ANO III — Nº 30 — Cr$ 10,00

JULHO DE 1978

coojornal

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE



olívio lamas

O QUE ESTÃO FAZENDO COM ESTES GAÚCHOS É UMA

VERGONHA PARA O RIO GRANDE!

ARAGUAIA: DOIS ANOS DE GUERRILHA

DEBATE: VENENOS NA MESA

O GENERAL FIGUEIREDO TOMA POSSE?

CUBA: A IMPRENSA NO SOCIALISMO

Graúdos na Fraude do Adubo

BIBLIOTECA CENTRAL DOS ESTUDANTES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
D.C.E. - U.F.V.

coojornal

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira cooperativa de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembléia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembléia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
Elmar Bones da Costa

Redação
José Antônio Vieira da Cunha, Osmar Trindade, Rosvita Saueressig, Jorge Polydoro (**editores**), Carlos Rafael Guimarães Fº, Elaine Lerner, Lenora Vargas, Luiz Cláudio Cunha, Marco Antônio Schuster, Tomás Pereira, Waldoar Teixeira, Najar Tubino, Pedro Maciel, Leonardo Dourado, José Onofre (**repórteres e redatores**), Luiz Recena Grassi (**Brasília**), Gilberto Pauletti (**Rio**), Geraldo Hasse, Jorge Escosteguy (**São Paulo**), Gleizer Naves (**Belo Horizonte**), José Maria de Andrade (**Recife**), Hélio Teixeira (**Curitiba**), Paolo Marconi (**Salvador**), Luiz Lanzetta (**Florianópolis**), Zélia Leal (**França**), Eva Dür (**Alemanha**), Moema Bauer (**México**), Assis Hoffmann, Leonid Streliaev (**fotografia**), Juvenal da Luz, Luiz Carlos Ferré, Nilson Figueiredo (**arte**), Jorge Gallina, Lilian Bem David (**diagramação**), Francisco Alba (**departamento industrial**), Lindomar Mohnsam da Silva, Estela Maris de Carvalho, Sílvia de Ávila Berni, Edison Ubiratan Trindade (**revisão**), Carlos Milton Rios (**produção**), Airton Azambuja, Atil Vineton (**fotolito**), Paulo Sá, Ivan Carlos Franco, Hélio Pinho, Julio César Romano Martins (**fotocomposição**), Olmiro Lempek, Luiz Gustavo Machado, Léo Roberto dos Santos (**montagem**).

Gerência
Eládio Vieira da Cunha

Comercial
Ênio Lindenbaum e Francisco Cleber Bressani

Circulação e Assinaturas
Carlos Alberto Wagner, Gilberto Taurino, Terry-mar Ferreira

Números atrasados
À venda somente a partir da edição nº 13. Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL

Endereço
Rua Comendador Coruja, 372
CEP 90.000 — Porto Alegre — RS
Fones 218984 e 240951 — Telex (051) 1605

Registro nº 33170 / Livro A 1

Impressão: Diário de Notícias

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.

ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (**Presidente**), Osmar Trindade (**Vice-Presidente**), Luiz Cláudio Cunha (**Secretário**), Jorge Olavo de Carvalho Leite, Carlos Karnas, Antônio Oliveira, José Guaraci Fraga, Assis Hoffmann, Emanuel Gomes de Mattos, Carlos Bastos, Edgar Vasques (**Conselheiros de Administração**), Hélio Gama, João Borges de Souza, Agnese Schiffino, Carlos Dorneles, Pedro Maciel, Paulo Burd (Conselheiros Fiscais), Jorge Polydoro (diretor-superintendente), Adélia Yates Porto da Silva, Ademar Vargas de Freitas, Affonso Ritter, Angela Riccordi, Antônio Brito Filho, Antônio Dreon, Arthur Monteiro, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Urbim, Celso Kosa, Claiton Selistre, Clarice Aquistapace da Silva, Caco Barcellos, Danilo Ucha, Delmar Marques, Fernando Albrecht, Elmar Bones da Costa, Erni Quaresma, Floriano Soares, Gládis Ibarra, Imara Stallbaum, Jandira Maria César, José Antônio Ribeiro, Félix Valente, Julieta Nunes Pereira, Licínio de Azevedo, Luiz Carlos Merten, Luiz Francisco Terra Júnior, Luiz Fonseca, Maria Angélica de Moraes, Maria Wagner, Marina Wodtke Abu-Jamra, Mário Marcos de Souza, Marques Leonam Borges da Cunha, Nirce Levin, Otacílio Grivot, Paulo de Tarso Riccordi, Paulo Gerson de Oliveira, Regina Vasquez, Renato Pinto da Silva, Ricardo Chaves, Rosvita Saueressig, Sérgio Moita, Silmar Müller, Walter Molina, Hermelindo Macedo, Clóvis de Oliveira Malta, Osmar de Barros Filho, João Carlos Ferreira da Silva, Lenora Vargas, Leonid Streliaev, Divino Fonseca, J. B. Scalco, Eva Maria Caparelli, Tomás Irineo Pereira, Alberto André, Sérgio Becker, Antonio Gonzales, Carlos Mossmann, Luiz Carlos Felizardo, Euclides Torres, Leo Tavejnhanski, Iara Schilling Pereira, Maristela Bairros, Luiz Rache Vitello Fº, Telmo Zanini, Iara Bendati, Afonso Licks, Carlos Rodrigues, Victor Hugo Sperb, Jaime Klintowitz, Silvio Ferreira, Ana Amélia de Lemos, José Onofre, Alberto Blum, Flávio Dutra, Jorge Martins Freitas, Renan Antunes de Oliveira, Mário Eugênio da Rocha, João Batista Aveline, Dorival Pacheco, José Lauro Dieckmann, Gerson Schirmer, Rejane Baeta, Fernando Goulart, Gomercindo Coitinho, Carlos Salzano, Laila Pinheiro, Marinória Schilling Osório, Geraldo Hasse, Gilberto Pauletti, Jorge Escosteguy, Luiz Oscar Matzenbacher, Olyr Zavaschi, Ademir Fontoura, Flavio Porcello, Virson Holderbaum, Carlos Fehlberg, Jussara Pereira Coelho, Paulo Roberto Maciel, Luiz Afonso Franz, André Pereira, Eugênio Bortolon, Mário Luiz Madureira, Roberto Manera, Cláudio Levitan, José Antônio Simch da Silva, Maria da Graça Guindani, Sérgio Caparelli, Lauro José de Quadros, Maria Inês Burger Marques, José Antônio Pinheiro Machado, Olívio Lamas, Silvia Costa, Judith Martins Costa, Sérgio Toniello, José Abu-Jamra, Francisco Dias Lopes, Lilian Bem David, Nilson Figueiredo, Roberto Alves D'Azevedo, José Erasmo Nascentes, Beatriz Polydoro, Hipólito Pereira, Fernando Rômulo Bueno, Edgar Lisboa, Antônio Carlos Mafalda, Valdir Barbosa Paz, Sérgio Arnoud, Ivan Pinheiro Machado, Maroni João da Silva, Luiz Augusto Rebês de Abreu, Vera Regina Monteiro, Amauri Mari de Melo, Paulo Macedo, Marco Antônio Schuster, Neusa Tasca, Otília Maria Goulart, Roberto Appel, Ivo Egon Stigger, Elaine Lerner, Alda Suzete Rosa Souza, Carla Irigaray, Tânia Barros, Tânia Jamardo Faillace, Paulo Denis Pereira, Ayrton Kanitz, Pedro Macedo, Terezinha Tellini Figueredo, Iaraporan Müller, Zélia Leal, Luiz Alberto Arteche, Neuza Maria Ribeiro, Marcos Antônio Baggio, Edna Della Nina, Armindo Antônio Ranzolin, Vilmo Medeiros, Paulo Poli, Andre Jockymann, Jayme Copstein, Raul Rübenich, Cintia Maria Nahra Leal, Leonardo Berlese Dourado, Edson Gomes Chaves Fº, João Paulo Lacerda, Luiz Fernando Lima da Silva, Verlaine Maria Silveira, Adroaldo Bauer Spindola Correa, Vera D. Barcellos, Sibyla Loureiro, Humberto Andreatta, Maria Eneida Serrano, Jacqueline Joner, Ronaldo Westermann, Luiz Carlos Mello, Alfonso Abraham, Wladymir Ungaretti, Danilo Miralles, Gabriel Matias, José Luiz Chiarelli, Fernando Dibe Pinto, Floriano Correa, Milton Saldanha Machado, Miriam Tereza Chagas de Moura, Paulo Antônio Fogaça, Severino de Araújo Góes, Fernando Guedes, Neltair Rebês Abreu, Maria da Graça da Silva, Walmaro Paz, Milton Wels, Maria Helena Brancher, Maria Luisa Paim Teixeira, Júlio Tadeu Sortica, Ana Maria Lopes de Almeida, Edson Luiz Kozminski, Naiar Tubino, Marise de Martini Fetter, Luiz Antônio Kozminski, Jurandir Silveira, Alfredo Fedrizzi, Ricardo Schmitt, Carmem Maria Laviaguerra, Nelson Baibich, Francisco Daniel L. da Silva, Orlando Carlos Brasil, Vera Teresa Costa, Juarez Fonseca, Jorge Gallina, Maria Eloir da Silveira, Renato Kern, Vera Suzana Kern, Valmório Oliveira Rios, Evaldo José Gonçalves, Helton Ricardo Barreto, Higino Cosme Barros, José Enedir Francisco, José Roberto Garcez, Valdir da Silva, Sérgio Batsow, Cândido Augusto Cruz, Francisco Juska Filho, Carlos Rafael Guimarães, Carlos Frederico Menz, Eduardo Serrano San Martin, Ilza Maria Tourinho Girardi, Eugenio de Faria Neves, Carlos Eduardo Athanazio, Renato Canini, Wilmar de Oliveira Marques, Acari Amorim, Waldoar Teixeira, José A. Souza Pinto Netto, Pedro Sosa Pereira, Ênio Roberto Nugent da Rocha, Ana Maria Smidt, Eduardo Soares Guimarães, Alberto Magno Filgueiras, Antônio Carlos Rosito, Fernando Fuentes Lindote, Fernando Saes, Miriam Costa Correa, Nestor Fedrizzi, Odilon Abreu, Laerte Martins, Silvio Correa, Luis Carlos Ferreira, Anibal Bendati, Arthur Xavier de Oliveira Filho, Carlos Roberto Silveira, Carlos Alfredo Smich da Silva, Olides Canton, Roberto Augusto Thomé, Rogério Raupp Ruschel, Luiz Fernando Veríssimo, José Luiz Goulart Previdi, Maria Elaine Alves Borges, Eduardo Rômulo Bueno, Guaracy de Souza Cunha, Marco Túlio de Rose, Mauro César Silveira, Mauro Pacheco Toralles, Luiz Ricardo Lanzetta, Alice Inês de Verney Lorenzi, Ana Maria Barros Pinto, Lotário Neuberger, Ubirajara Silva Prates, Antônio Canabarro Trois Filho, Bernadete dos Santos Viana, Carlos Alexandre Gruber de Castro, Cristina Baptista Pereira, Eloisa Beatriz Enck Gonçalves, Jane Elisabete Peters, José Ribeiro Fontes, Mário Alberto Nascimento, Patrício D'Ávila Garcez Bentes, Paulo Antônio Coelho de Barros, Raul Zorano Sanvicente, Riomar Bêssio da Trindade, Rômulo Krafta, Vera Maria Bosak, Raul Quevedo, Ricardo Bolsoni, Mirta Vieira Coleno, Juvenal B. da Luz Neto, Juan Carlos Gomez, Luiz Recena Grassi, Ariosto Teixeira, Maria da Graça Seligman, Marcelo Lopes, Ayrton Centeno, Celso Augusto Schroder, Miltom Ribeiro da Silva, José Antônio Severo, Baru Derkin, Lucila Camargo e Paolo Marconi.

Associado à
AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Caro leitor

De repente, os jornalistas e leitores gaúchos ganharam de volta um tema que despertou paixão em outros tempos e que lhes estava proibido: a reforma agrária. No final da década de 50 e nos primeiros anos 60, a distribuição de terras foi o assunto que mais se discutiu no Sul. Houve um momento em que, organizados, os agricultores pensaram que a questão da terra estava quase resolvida.

Leonel Brizola, quando governador, chegou a implantar dois projetos piloto: o do Banhado do Colégio **e o da** Fazenda Sarandi. **Mas foi apenas um momento. Depois, tudo ficou abafado.**

Ironicamente, coube a um grupo de índios miseráveis, de quem também haviam tomado as terras, o mérito de trazer a expressão reforma agrária para a ordem do dia. Deformados em seus primitivos costumes — calçando tênis kichute e usando flechas de madeira —, mas ainda guerreiros nas atitudes, os kaigangues empurraram para a estrada 500 famílias que habitavam e exploravam suas terras na região Noroeste do Rio Grande do Sul, agricultores tão pobres quanto eles. E a questão estava criada.

Num primeiro momento, o governo minimizou o problema, convencido que a solução seria fácil. Depois, provavelmente temendo dar um primeiro passo nesse perigoso caminho que é dar terra para quem não tem, preferiu um atalho: um projeto de colonização no Mato Grosso, em condições de receber não apenas os expulsos das terras dos índios mas muitos outros pequenos proprietários.

Nesta primeira quinzena de julho, cerca de 40 dias após o atrito entre índios e colonos, o governo estava encurralado e irremediavelmente forçado a encontrar uma solução. A reação dos índios para retomar suas terras tocou num problema que vinha sendo ignorado nos últimos anos: a estrutura agrária do Estado.

Os colonos menos dóceis do que aqueles que aceitaram vir para um parque de exposições perto de Porto Alegre, ficaram na sua região e acabaram invadindo uma reserva florestal do Estado. A diferença de hoje para outros tempos não está no problema, mas no fato de que agora já se pode falar no assunto.

●●●

A lavoura gaúcha, comprometida com os recordes de produtividade, já não hesita em lançar mão dos produtos químicos. Na página central desta edição, três especialistas — José Lutzenberger, Lair Ferreira e Milton Guerra — falam dos venenos que consumimos diariamente e alertam: "Precisamos entrar em pânico!"

Os Editores

Tiragem desta edição: 33 mil exemplares

SANTIAGO



Grande equívoco

Em função de uma série de indicadores e, inclusive, por uma questão da própria lógica, há razões suficientes para se concluir que os militares brasileiros teriam formado uma aliança inicial com o empresariado apenas como tática dentro de uma estratégia global de fortalecimento da Economia e do Estado, o que, após atingido, permitiria uma caminhada livre das amarras originais. Mas o anticomunismo não foi bastante para que os empresários tolerassem a estatização e outras intervenções.

Não só os mecanismos de segurança já tinham feito sua parte, como era axiomático ser mais tranqüilo combater a subversão daí para a frente com o próprio poder econômico. Dos males o menor, era o raciocínio natural daquelas forças que, mesmo que o sistema ainda não estivesse lhes exigindo muito face à nova conjuntura, a História demonstra uma refratariedade a qualquer concessão.

É óbvio que para um enfoque deste tipo é indispensável isenção e se abdicar de ressentimentos, o que entendemos não ser tão simples assim para os mais atingidos pelo arbítrio. Mas se quisermos especular com a razão não podemos descartar estes aspectos.

A formação prática e realista dos militares os teriam conduzido a optar por um sistema baseado no que já se tinha. Mudanças estruturais os obrigariam a recorrer a aliados internacionais não tradicionais, o que, para um País da importância do Brasil talvez não fosse mesmo tolerado na época por seu aliado do Norte. Mas com países como a França e Inglaterra foi buscando uma aproximação, sendo que o acordo nuclear com a Alemanha gerou as reações conhecidas.

Não se pretende subestimar o anticomunismo das Forças Armadas, mas apenas mostrar não ter sido esta a motivação maior para sua aliança com o empresariado. Foi uma aliança pragmática, de interesses. Estes queriam uma guarda pretoriana e aqueles uma força de produção organizada. Agora é o que se vê. O sistema faz concessões para prolongar o esquema montado mas a estatização foi um pecado grave demais para ser perdoado.

A origem dos militares brasileiros seria ainda uma incógnita sempre perigosa. Eles poderiam não se contentar em ser apenas executivos assalariados e decidir que o Estado poderia ser o grande empresário.

Outro elemento a ser examinado é também o fato dos meios terem sido superestimados em prejuízo dos fins. Uma classe disciplinada e organizada teria forçosamente que ver com desconfiança setores onde a ordem tem importância apenas relativa. Os setores preocupados com aspectos estruturais negligenciam a forma e isto teria também influído no recrutamento de aliados entre as classes bem-educadas.

Mas os equívocos só se explicitam quando o problema já surgiu. E o pior, a rigor, é que mais uma vez a crise caminha para uma solução cujos beneficiários serão as elites.

Alexandre Cesar Pires de Carvalho

Mundo da Lua

Num momento em que a crise é a tônica, não apenas nacional, mas também mundial, existem certas pessoas que parecem insistir em desconhecer esta realidade. Surgem então idéias como a criação de um partido — pasmem — OVNI. Esta carta publicada pelo *Coojornal*, que a princípio parecia ser uma leve análise do nosso momento político, descamba subitamente para um onirismo imperdoável, onde proliferam os discos voadores, tripulados por seres extraterrestres, como sendo a solução de todos os nossos problemas. O autor desta carta, Luiz Rebouças Torres, enfatiza a necessidade de comunicação com representantes de outros mundos, esquecendo-se da comunicação com seus próprios semelhantes ou, pelo menos, relegando-a a um segundo plano.

O momento é de manter os pés no chão e olhar à frente e ao redor para ver e ajudar o homem, sem esperar que a solução venha de supostos seres extraterrestres.

Meu caro Sr. Luiz Rebouças: correndo o risco de estar lhe dando um grande elogio, sou obrigado a dizer, recorrendo a um dito popular, que o senhor está com a cabeça "no mundo da lua".

Alcir A. Cavion, Porto Alegre, RS

CARTAS

Fim do fascismo

Sobre o assunto "O fim do fascismo", publicado no *Coojornal* de junho, gostaria de relatar que não apresenta novidade alguma, pois em outras épocas já havia sido explorado em forma de grandes manchetes.

Mas o objetivo desta vem a ser a solicitação a V. Sa. de uma possível retificação, no que diz respeito a minha pessoa, pois na época de tal acontecimento histórico encontrava-me no posto de 1º Tenente da FEB, e atualmente sou major da reserva, e não general, conforme foi publicado.

Quanto à prisão de um soldado italiano a que se refere a reportagem, não foi feita por mim, mas sim pelas tropas brasileiras que efetuaram, além dessa, várias outras prisões.

Desejo esclarecer, outrossim, que as fotografias publicadas são de minha propriedade, chegando a esse jornal através da contribuição de meu neto, estudante de Comunicação Social, que as cedeu a um colega, que as fez chegar a essa redação. Mas que a redação, sem base concreta, cometeu equívocos dos quais resultaram uma justificação aos meus superiores e uma satisfação aos meus colegas.

Benedito Tancredo, Rio de Janeiro, RJ

Democraticamente

Foi com surpresa que li na página central do seu jornal a notícia sobre o estreante em política, professor Mariano da Rocha Filho. Como santa-mariense politizada e esclarecida, quero informar aos senhores que o Dr. Mariano foi líder estudantil em Porto Alegre, sendo o primeiro presidente da Feupa (Federação dos Estudantes Universitários de Porto Alegre) e em sua gestão foi um dos fundadores da Casa do Estudante.

Como reitor, durante 14 anos, hábil e político, foi sempre uma bandeira a favor do diálogo com os estudantes e nunca aplicou o decreto-lei 477.

Como fundador da primeira Universidade Federal no interior do Brasil, criou 4.500 vagas no ensino superior gaúcho, sendo 2.000 em Santa Maria e 2.500 nas extensões, inclusive em Roraima, e criou também 2.500 novos empregos em Santa Maria.

Gostaria que vocês democraticamente também dessem aos outros candidatos ao Senado a oportunidade que deram ao ilustre Dr. Pedro Simon. Assim, o povo poderia conhecer melhor todos os candidatos e não apenas um deles.

Nádia Machado dos Santos, Santa Maria, RS

PRODUCCIONES FIAT PARA LA DEFENSA



FIAT 66-40A
vehículo anfibio "4x4"
carga útil: 2000 kg; peso total: 7000 kg
motor diesel de 117 CV; 5x2 velocidades adelante
propulsión de hélice en el agua
velocidad por carretera: más de 90 km/h
velocidad máx. por agua: más de 10 km/h

FIAT 661-I
carro blindado para el transporte
de tropas "4x4" completamente anfibio
puede lanzarse con paracaídas
peso totale: 7650 kg; capacidad: 10 personas + 1
motor diesel de 145 CV; 5x2 velocidades adelante
velocidad por carretera: 100 km/h
autonomía: 725 km
posibilidad de montar diversos tipos de armas

FIAT 6616
carro blindado "4x4" completamente anfibio
puede lanzarse con paracaídas
peso total: 7500 kg
motor diesel sobrealimentado de 145 CV
5x2 velocidades adelante
velocidad por carretera: 95 km/h; autonomía: 700 km
cañón de 20 mm y ametralladora coaxial de 7,62 mm



FIAT veicoli industriali

Para informaciones dirigirse a: Direzione Mezzi Speciali Corso Marconi, 10 - 10100 Turin (Italia)
Industriali
6640 A
6616
6614

Blindados da Fiat

Num continente onde a paz agoniza nos punhos duros de regimes militaristas, onde o Poder está nas mãos de uns poucos, onde a ONU tem todas as as suas atenções voltadas para a questão direitos humanos, é incrível, inadmissível que ainda haja quem incremente vendas de armamentos sofisticados e material bélico.

Pois a revista *Servicios Publicos/ Desarrollo Nacional*, publicada em espanhol e distribuída na Espanha, Portugal, América Central e América do Sul e que se propõe a falar para "los dirigentes del tercer mundo... más de 40.000 lideres gubernamentales y directores de empresas públicas", está veiculando desde o ano passado um anúncio da Fiat-Divisão Iveco, estimulando a venda de sofisticadíssimos anfíbios-blindados, que podem ser atirados de pára-quedas em qualquer local do mundo.

Claro que a mídia está certa, pois sete dos nove países (sem contar as Guianas) deste continente estão sob controle de regimes militares. Sob o aspecto publicitário, seria um público-alvo em potencial; agora, sob o aspecto consciência profissional, é um ato abominável somente justificado pelas teorias da livre iniciativa do sistema capitalista. Mando a página da revista com o anúncio para vocês verem.

V. Oliveira Rios, Porto Alegre, RS

Imbatível oposição

Na qualidade de gaúcho, nascido em Pelotas, há muito radicado em Minas, antigo jornalista e colaborador atualmente da Imprensa das Alterosas, inclusive assinando uma coluna sobre livros em conhecido matutino mineiro, venho calorosamente congratular-me com os coestaduanos pela edição do *Coojornal*, cuja leitura impressionou-me vivamente pela segura e equilibrada linha editorial, variado e interessante material informativo, jornal dinâmico, afirmativo, atuante e moderno que não só veicula notícias, mas as interpreta e critica, com bom senso, profundidade e honestidade, portanto crítica construtiva, capaz de colaborar efetivamente para a solução da problemática brasileira, completando-se pelo seu bem cuidado aspecto gráfico, impressão uniforme e nitidez absoluta de *clicherie*.

Publicação bem diversa de outros periódicos que pululam no país, destituídos de seriedade, objetivos altos, superficiais, epidérmicos, vulgares estrelas cadentes, sem uma mensagem que esclareça a que vieram e o que realmente pretendem.

Das matérias contidas nas edições números 28 e 29, devo destacar o diário do saudoso general Olympio Mourão Filho; "O drama de quatro séculos de escravidão dos negros", do historiador Décio Freitas (apenas discordando da afirmativa do autor de ter sido Dom Pedro II escravocrata, versão plenamente refutada por Pedro Calmon em sua monumental obra acerca do Varão de Plutarco); a entrevista com o bravo jornalista Flávio Tavares, vítima indefesa do discricionarismo da América; a reportagem sobre a morte do jornal *Opinião;* e a reportagem sobre Kurt Rudolf Mirow e sua luta desassombrada, desmascarando as multinacionais, polvos da riqueza e do desenvolvimento nacionais.

E também a reportagem sobre o brilhante e combativo deputado Pedro Simon, autêntica vocação de líder e representante máximo da corajosa, persistente e imbatível oposição do Rio Grande do Sul, o estado mais politizado da Federação.

José Egydio Farinha, Belo Horizonte, MG

Mar de controvérsias

Nada do que o *Coojornal* tenha dito ou publicado pode ter servido de motivo para que eu atrasasse tanto a renovação de minha assinatura, muito pelo contrário. Neste mar de controvérsias e divisões, nem sempre naquela saudável direção do incremento ao debate, o *Coojornal* vem dando um grande exemplo de firmeza e objetividade. Vocês são, a meu modo de ver, o que existe de melhor nessa Imprensa, digamos, Alternativa.

Laerte Coutinho, São Paulo, SP

223 cadáveres!

Que País é este, não é mesmo, Francelino? Dá pra gente parar e pensar. Não vamos olhar sua indicação (ou escalação?) para o Governo de Minas, como a de outros colegas seus.

Pois deu no *Jornal do Brasil:* "Seis crimes elevam total de mortos na Baixada para 223". Isto para noticiar que desde janeiro deste ano já foram encontrados 223 cadáveres na Baixada Fluminense, especialmente nas proximidades de Belfort Roxo, Queimados e Nilópolis, aprazíveis estâncias fluminenses, onde lambari nada de costas e galinha cisca pra frente.

Enquanto isto, continua na base do "cala a boca" a determinação do promotor Hélio Bicudo, em São Paulo, para desmascarar o Esquadrão da Morte. Sodré, ex-governador daquele estado, negou veementemente a existência destes grupos de extermínio sumário de presos e desafetos de policiais.

Pressões de todo o tipo são feitas sobre quem se levanta para denunciar as atividades dos Esquadrões e sofre logo a pressão das *otoridades* para que deixem isto de lado. Esquadrão não existe, é fruto da imaginação da Imprensa, etc.

Os 223 cadáveres da Baixada Fluminense, com sinais de algemas nos pulsos, dezenas de perfurações a bala, rosto e tórax queimados com pontas de cigarros ou charutos seriam, se formos levar em consideração os argumentos palacianos, fruto de ação de elementos inconformados com o regime e que, na tentativa de denegrir e comprometer o nome do Brasil no exterior, resolveram praticar suicídio coletivo, deixando transparecer que foram chacinados.

Que País é este, *seu* Francelino?

Aloísio Alberto, Rio de Janeiro, RJ

Nota — **As cartas para a redação devem conter nome e endereço completo do remetente para que sejam publicadas.**

atendimento de problemas da infância



SAERME
Responsável Técnico: Dr. Raul Fernando Iserhard Cremers 3661
Av. Getúlio Vargas, 331 — Fone: 21-2375 — CEP: 90.000 - Porto Alegre

Fale com o Textor.

Filmes para televisão de 15, 20 e 30 segundos. Documentários e audiovisuais. Para obter qualidade na hora certa, em seus próximos comerciais, fale com a gente.



textor PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS E AUDIOVISUAL
Rua Artigas, 178 - Sala 312, fone: 31-4530, P. Alegre

CARTAS

A Frente e o MDB

A Frente Ampla do Euler e Magalhães, Severo e Cia., na verdade é muito ampla mais para eles mesmos do que para o povo brasileiro. Se o MDB não abrir o olho, o partido vai pro brejo, pois tais pessoas de fato não têm nada a ver com o MDB e sim mais com a Arena (apenas são de uma Arena dissidente e inconformada).

O povo brasileiro será traído se o MDB aceitar as eleições indiretas de Euler, Magalhães, Severo, Chagas Freitas e outros adesistas e inconformados por não terem sido nomeados em algumas "capitanias". Por que todos eles agora querem ser do MDB? Porque o MDB dá votos, dá popularidade, mas de fato os tais senhores nada têm de MDB, de popular e de democrático. O próprio Chagas já disse que no MDB poderá ajudar mais ao Governo, e nunca ao povo, como está claro e evidente.

Tem muita gente virando ou querendo dar uma de democrático, porém sem ser, na essência, nada disso. O compromisso do MDB deveria ser com o povo brasileiro e não com estes que se dizem "democráticos do dia pra noite". A cartada desse pessoal está sendo muito inteligente e está iludindo muitos emedebistas até esclarecidos. As democracias que eles prometem ainda são "relativas", só um pouquinho menos relativas que a dos arenistas que ainda não pularam o galho.

Se o MDB aceitar essa Frente, com eleições indiretas, estará se suicidando e deixando o povo a ver navios.

Luiz Rebouças Torres, São Paulo, SP

Negro no Brasil

Notável a entrevista de Décio Freitas. Gostaria, abusando uma vez mais da coragem gaudéria deste jornal, de contar um fato muito curioso sobre o problema do negro no Brasil.

Lá pelos idos de 1930, o eminente engenheiro e silvicultor Raymundo Bandeira Vaughan, primo-irmão do falecido poeta Manuel Bandeira, perfilhou quatro crianças de cor: Tereza, Ana, Cordélia e João, dando-lhes todos os direitos de filhos, o que causou os maiores transtornos ao aristocrático clã Monnerat-Bandeira Vaughan. A raiva cresceu quando Bandeira teve a audácia de colocar no "Livro da Família Monnerat" a foto do casal com os filhos pretos. Bandeira, cuja origem se perde nos primórdios do Brasil Colônia, jamais imaginara que as pressões de todos os lados fossem tão grandes.

O desagrado de muitos, certamente, era devido à fortuna do casal, na época com fazendas em Minas Gerais e Rio e imóveis no Rio, Caxambu e Niterói. "O Bandeira não vai deixar nada para eles. Aquilo tudo é trapaça", ouvia-se até bem pouco dos que conheciam a família. Tudo porque o Dr. Bandeira deixou tudo para os seus filhos pretos, retribuindo-lhes a dedicação de uma vida inteira.

Num País racista como o nosso — está aí o Afonso Arinos para confirmar — é de se temer pela sorte dos "filhos negros do Dr. Bandeira". É possível mesmo que lhes tirem, alegando apropriação indébita, o que lhes será legado pelo Dr. Bandeira, hoje com 88 anos. Por isto, é necessário que todos se mantenham atentos. Já há urubus ávidos...!

Jorge Baleeiro de Lacerda, Francisco Beltrão, PR

Boicote à Coca-Cola

A entrevista com Flávio Tavares, "Dezenove dias em um centro de torturas" (*Coojornal* de junho) a respeito de suas experiências com as forças repressivas no Uruguai é estarrecedora e ao mesmo tempo é um testemunho a ser lembrado para que seu sofrimento injusto não seja em vão.

Tenho escutado testemunhos semelhantes de vítimas de repressão de outros países, bem como lido bastante a respeito

Coca-Cola

LIXO É QUE É!

(aos interessados recomendo *Torturado por sua fé*, de Haralan Popov, Editora Fiel Ltda., que relata o sofrimento de 13 anos de um pastor que recusou acomodar-se aos comunistas na Bulgária). A injustiça e crueldade de regimes autocráticos e repressivos e as forças que os apóiam encontram a sua expressão máxima na tortura, uma prática maligna concebida e posta em vigor por pessoas que ignoram o mandamento de Deus de amar ao próximo.

Espero que um dia a tortura e injustiças semelhantes, que florescem na autocracia, possam ser banidas definitivamente da face da terra. Porém, há um caminho longo e difícil a andar até atingir este ideal. Um primeiro passo que tenho dado, e que espero venha a ser compartido pelos leitores do *Coojornal*, é o boicote aos produtos Coca-Cola.

Por quê? Porque esta empresa multinacional, buscando ganhar mais dinheiro e não se importando com os meios utilizados para lograr os seus fins, não somente ajudou o Governo argentino através do patrocínio da Copa do Mundo (estima-se em 15 mil o número de pessoas desaparecidas na Argentina desde que o general Videla assumiu o Poder) como também pretende patrocinar os Jogos Olímpicos de 1980 em Moscou (terra do Arquipélago Gulag, do "julgamento" de Yuri Orlov, etc.).

Tenho fé em que o protesto feito por muitos, através dos refrigerantes que deixamos de tomar, poderá salvar alguém do seqüestro, da confissão extraída à força, do julgamento artificial, do banimento e exílio, da prisão, do trabalho forçado, da tortura, ou de qualquer outra das inúmeras e infames formas em que o arbítrio pode manifestar-se, aplicados aos que pensam de forma diferente dos que detêm o Poder na Argentina e União Soviética, e utilizam o esporte (financiado pelas multinacionais) como o ópio das massas.

Christian K. Hansen, Nova Friburgo, RJ

Pão com suor

Já se completaram séculos desde que se estabeleceu, sobre pretextos de pouca expressão, que nesta atribulada vida do homem, cada um de nós deveria ganhar o pão com o suor do próprio rosto. Na época, não havia os recursos técnicos com que hoje se fazem divulgar as notícias nem os meios de comunicação permitiam que as novidades se difundissem além das possibilidades de um mensageiro que deveria deslocar-se a pé entre distantes aglomerados humanos. Mas o princípio foi atravessando os séculos e cada vez que a humanidade dava passos no sentido do progresso, também cada vez mais se criavam "teorias" que, a pretexto de melhorarem a convivência entre os homens, na realidade iam prestigiando fórmulas que, em última análise, conduziam à aceitação de que o pão nosso pudesse ser conquistado com o suor dos vizinhos e amigos.

O que é certo, hoje em dia, em alguns recantos do nosso atribulado planeta, é que já existem categorias sociais que conseguem obter pão com manteiga com o suor do rosto alheio e, no outro extremo do imenso rebanho, desfilam esquálidos e desesperados, os que dispostos a trabalhar e produzir não encontram como fazê-lo. Esta introdução tão desprovida de encanto literário vem-nos à mente quando somos despertados para o "caso dos posseiros" em que algumas centenas de homens que só podem e sabem trabalhar a terra não encontram na vastidão do nosso estado um espaço para poderem suar com tranqüilidade.

Não é de hoje que nos preocupamos com esse problema, o que não constitui extravagância alguma, pois desde que a terra de Santa Cruz foi objeto de uma partilha do tipo bolo de aniversário, não foram poucos os que anteviram as dificuldades que teriam as capitanias hereditárias não só para desalojar os índios, ignaros inimigos da civilização de então, como para, uma vez dominados aqueles em suas lindes, viverem em paz dentro delas os que, vindos de longe, participavam de butim. A situação aliviou mais tarde quando contidos os índios subversivos a "civilização" veio a socorrer os brancos legalmente estabelecidos, com a ajuda muscular dos escravos negros, regularmente comercializados por cabeça e que representavam boas possibilidades para um suadouro vitalício.

Para os estudiosos do Direito, toda essa história vale como elemento de convicção de que as leis e o poder de torná-las obedecidas têm como principal objetivo garantir os interesses dos que contam com a faculdade de elaborá-las e pô-las em execução, em determinada etapa do processo de produção.

Há 32 anos a nossa Constituição Federal demorou-se em estabelecer princípios e disposição tendentes a "promover a justa distribuição da propriedade", a "fixação do homem do campo" e preferência aos "posseiros de terras devolutas" para a "aquisição até 20 hectares" (artigos 147, 156 e parágrafo 1º). A Constituição Estadual, que se lhe seguiu, acolheu disposição mais concreta, com características de obrigação permanente ao Poder Público:

— O Estado promoverá planos especiais de colonização, sempre que essa medida lhe for solicitada por um mínimo de 100 agricultores sem terras de determinada região.

Ao que nos socorre a memória, parece que essa emenda passou quase por unanimidade na Assembléia Constituinte Estadual de 1947, lembrando-me perfeitamente que o deputado Brito Velho, representante do partido Libertador, foi quem com sua adesão firme e prestigiosa, decidiu os destinos da matéria.

O Estado nunca promoveu plano algum e as poucas vezes em que grupos de agricultores iniciavam coletas de assinaturas a serem encaminhadas ao Governo, costumava aparecer-lhes pessoas fardadas e armadas que lhes davam explicações dissuasórias para os seus propósitos. Isso não impediu que mais leis surgissem para "proteger" os trabalhadores da terra. Estatuto do Trabalhador Rural, Estatuto da Terra, possibilidade de desapropriação por necessidade social, com explicação sobre a correção monetária a incorporar-se na indenização aos proprietários expropriados, legislação federal definindo a política agrária até então considerada demagógica, para chegarmos enfim a nossa própria Constituição Estadual de 1970 em cujo artigo 165, após respeitosamente reconhecer que o direito à propriedade é inerente à natureza do homem, explicita no seu parágrafo 2º:

— Atendendo ao interesse social, o Estado poderá, mediante desapropriação, respeitada a Legislação Federal, promover a justa distribuição da propriedade, de maneira que o maior número possível de famílias venham a ter parte em terras e meios de produção.

Depois de tantas leis e tantos protestos em favor dos que trabalham duramente a terra para nos proporcionar o pão geral de cada dia, eis que mais de uma centena de agricultores do Noroeste do estado, confinados entre terras particulares e reservas de índios, são deslocados para a Grande Porto Alegre, onde agasalhados pelas autoridades estaduais, aguardam um novo destino para as suas vidas cheias de insegurança e de sofrimento. As disposições constitucionais, as leis, as portarias e os discursos enfáticos sobre "desenvolvimento social" formam um papelório e um falatório que, qualificados como demagogia, não darão idéia exata de seu funesto conteúdo.

A Secretaria de Agricultura e o Incra devem ter sido os dois órgãos da administração que agindo coordenadamente — e que coordenação! — chegaram à conclusão de que os nossos colonos escorraçados do Noroeste do estado vão ser felizes no Centro-Oeste do Brasil, onde terras férteis e tudo o mais de que são carentes os aguardam para felicidade geral da Nação. A nossa Secretaria de Agricultura nunca tomou conhecimento das obrigações constitucionais e legais que lhe cumpre obedecer e executar e o Incra continua cadastrando e recolhendo impostos com tal empenho que, lamentavelmente, não lhe resta qualquer possibilidade de ver socorridas as hordas de colonos abandonados desta Região, o que, sinceramente, deve sensibilizar elementos qualificados do próprio órgão federal, tão profunda e tão frontal é a injustiça que se comete.

Muita gente está querendo acreditar que o Estado, não podendo distribuir terras, irá adotar doravante a solução de distribuir colonos. É uma espécie de reforma agrária às avessas. Goiás e Mato Grosso aparecem na novela como uma Canaã gigante, capaz de acolher todos os famintos e sedentos viandantes da agricultura nacional. Mas o que se sabe que tem ocorrido naqueles estados, nos últimos anos, de luta pela terra, não é de animar ninguém e muito menos de acreditar na bem-aventurança do "pacote" humano que está sendo mandado para lá. Não faz muito tempo que em declaração pública os incansáveis padres do Episcopado Regional do Centro-Oeste anunciavam que a situação da Região era de "progressiva marginalização dos trabalhadores rurais, posseiros e pequenos proprietários, vítimas da voracidade do latifúndio".

Em 1972 a marginalização era progressiva. Daí para cá terá avançado muito ou pouco? O que é certo é que os dois padres que na época tentaram fazer prevalecer as leis protetoras dos colonos da Região — Francisco Jentel e Francisco Cavazzuti — foram ameaçados de expulsão do País, sem falar-se no martiriológio de Dom Pedro Casaldáliga.

Então a escolha de Mato Grosso parece ter sido uma boa escolha, realmente. Nada de cumprir as leis em vigor, nada de mostrarmos, nós os gaúchos, que somos capazes de fixar neste chão todos os que aqui nasceram, que aqui produzem e aqui querem continuar produzindo. Fala-se que foi abolida a pena de banimento. Mas, não parece.

E, para encerrar, não seria demais perguntar à Secretaria da Fazenda e ao Banco do Estado: não consta nada por aí a afirmar que o Estado é dono de uma grande fazenda, de muitos milhares de hectares, em Minas Gerais? Fazenda das Gaitas? Há ou não há esse enorme patrimônio havido pelo Estado no acervo do extinto Banco Pelotense? Quem sabe se a gente aproveita o que já tem e que ameaça ser ocupado por intrusos das Alterosas? Pra frente Brasil! Mas, como é difícil.

Júlio Teixeira, Advogado e Constituinte de 1947 — Porto Alegre — RS

150 MILHÕES PARA ELETRIFICAÇÃO RURAL

Segundo informação transmitida ao secretário-geral da Arena, deputado Nélson Marchezan, pelo diretor da área de crédito rural do Banco Central, mais de 12 mil propriedades rurais vinculadas a 18 cooperativas gaúchas serão beneficiadas pelo governo com a liberação de recursos de Cr$ 150 milhões, destinados ao financiamento de projetos para implantação de energia elétrica.

José Ribamar de Melo informou que os recursos liberados, acrescidos de 10 por cento que o Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul deverá desembolsar, como agente financeiro, e mais 20 por cento das cooperativas de eletrificação, totalizando cerca de Cr$ 54 milhões, deverão ser aplicados no período de um ano, em condições especiais.

Com essas verbas adicionais, o total a ser aplicado em eletrificação rural no Rio Grande do Sul atingirá Cr$ 271 milhões. Os projetos a serem implantados beneficiarão 57 municípios. A liberação foi conseguida junto ao governo federal com a mobilização da Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Rio Grande do Sul- Federgs - junto às autoridades governamentais, alertando-as para o agravamento da situação no meio rural do Estado, piorada com a longa estiagem.



Marchezan recebeu informação do Banco Central

Perspicácia

Os senhores candidatos pelo MDB às próximas eleições de novembro, com um pouco de perspicácia, poderão aprender através dos jornais diários como é fácil fazer propaganda eleitoral e buscar promoção pessoal sem, objetivamente, ter méritos para tal.

Um candidato conseguiu que seu retrato fosse publicado em dois órgãos da chamada Grande Imprensa de Porto Alegre (*Folha da Tarde* e *Zero Hora*), respectivamente nos dias 20 e 21 de junho. Aparecia em pose de galã de cinema mudo, segurando o cigarro conforme manda o figurino. A notícia dizia: "O Sr. Nelson Marchezan foi avisado que tantos municípios receberão benefícios pela eletrificação rural, etc., etc.".

Que as disparidades se acumulam e as contradições aumentam em nossos jornais diários é uma realidade lastimável, principalmente levando-se em consideração que anos de silêncio pesam sobre a opinião pública. Mas disso os senhores candidatos pela oposição podem tirar uma lição: é fácil fazer propaganda eleitoral usando notícias de jornais. Basta ter um pouco de perspicácia e muita falta de dignidade.

B. V. Oliveira, Porto Alegre, RS

URGENTE! AGORA O NEGÓCIO É DEPOSITAR TODO MÊS.

Antes, se você tivesse 100 cruzeiros no primeiro mês, 200 no segundo e 300 no terceiro, os rendimentos só eram calculados sobre 100. Isto é, o menor saldo do trimestre.

Agora, se você quiser, pode ser melhor: se você tiver 100 cruzeiros no primeiro mês, 200 no segundo e 300 no terceiro, pode ganhar sobre a média. Isto é, os juros ou dividendos e a correção monetária são calculados sobre 200 cruzeiros. É só você deixar o dinheiro lá, e depositar todo mês para ganhar cada vez mais.

Se a Caderneta de Poupança foi o papel que mais rendeu nos últimos três anos, imagine agora com as novas vantagens.

SISTEMA BRASILEIRO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO — BNH

Caderneta de Poupança

Cada vez melhor

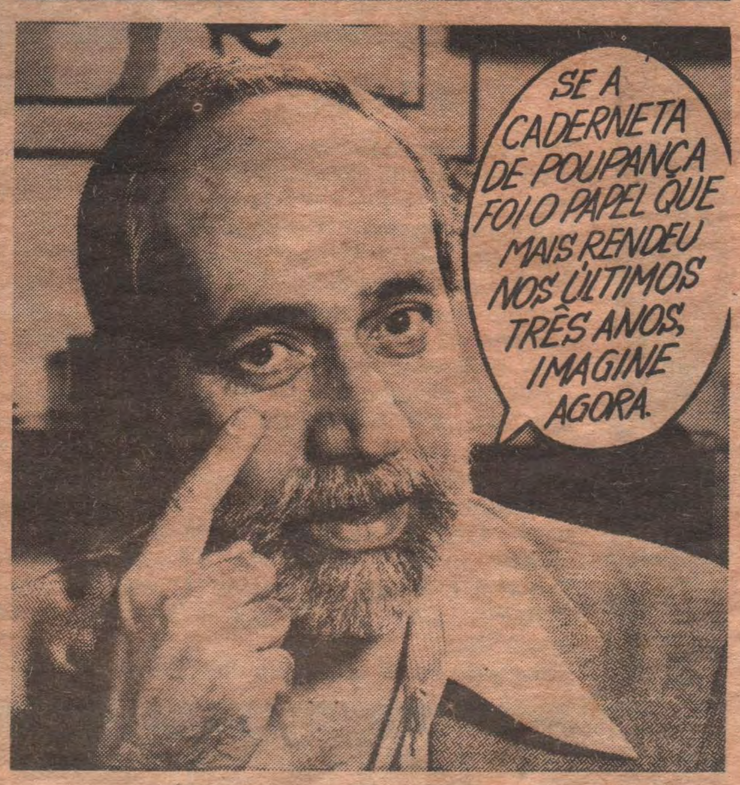












Deposite a sua Devolução do Imposto de Renda na sua Caderneta de Poupança. Imposto de Renda dá Renda.

tosse. Os colonos não entendem tanta doença. E chamam as enfermeiras de **coiceiras.** Elas, por outro lado, reclamam que os colonos não entendem as receitas, e que preferem comprar remédio fora do Parque. Seu Didovino, pai de oito filhos, conta o caso do filho doente:

— Ele tava com sarampo. Mas eu só fiz um chá de laranja queimada e passou. A laranja puxa tudo, e logo sai as bolinhas, e tá sarado.

Quatro dias com a moringa quente

Na entrada do Posto, Miguel Pinheiro, 21 anos, acompanhado da mulher, e a filha (um mês e 25 dias de idade). Esperam uma baixa hospitalar. Dona Nair diz que não tem vaga nos hospitais das cidades vizinhas. Miguel está esperando desde o meio-dia. A pequena Joíra não come desde as primeiras horas da manhã. Aparentemente ela dorme, com a boca berta. Miguel não acredita na enfermeira, pois vê que ela está mais ocupada em procurar atender a mulher de Arvino Luiz Simão, um dos três colonos que viajou ao Mato Grosso, com a comitiva oficial — Governo e diretoria da Copercana. As atenções são para ele e a mulher, que precisam viajar. O tempo passa. São quase oito horas da noite. De repente acontece uma correria. A enfermeira entra na sala do coronel. Todos se movimentam.

— A criança revirou os olhos e nós invadimos a sala do médico.

O médico tira a roupa do nenê. Age com rapidez. A mulher do Miguel chora. O coronel avisa que não é para contar nada para o repórter, e depois, com um sorriso amarelo nos dentes, comenta:

— Isto aqui não é dose pra homem é pra elefante.

Aumenta o número de protestos no Parque. Um colono joga feijão nos pés do cabo Lautert. Outro reclama da carne congelada que é servida, diz que está podre. A comida enjoa: arroz, feijão, massa, carne, aipim, ou sopa, e pão.

O coronel compara os colonos com um batalhão efetivo do Exército e conclui: "Os colonos comem mais". Aparecem dois aparelhos de ar condicionado amassados. Alguém quebra uma lâmpada, que custa Cr$ 5 mil. Roubam roupas e talheres. O coronel instaura a revista obrigatória na saída. Faltam dois dias para as 35 famílias deixarem o Parque. E tem gente querendo desistir.

— Faz quatro dias que eu tô com a moringa quente. Já gastei mais de 300 cruzeiros de cachaça. Mas eu tenho vergonha de riscar o meu nome. Tenho medo de ser maltratado depois.

Quem fala é Arlindo Vani, o alemão forte. A mulher dele não quer saber de Mato Grosso. Não é o único que bebe e



200 famílias invadiram a Fazenda

conta as suas mágoas. No parque surgem as primeiras idéias de ação, para os colonos que ficam: voltar ao interior, invadir a Fazenda Sarandi, propriedade do Estado, voltar a Nonoai e matar os índios, ou então permanecer no Parque, não ligando para o prazo que a Secretaria da Agricultura que quer o parque liberado dia dez de julho para começar a prepará-lo para a grande feira de animais em agosto.

O Governo insiste que não possui terras para os colonos no Rio Grande, e o Secretário do Trabalho, Juarez Hausen, declara: "O Governo é que decide para onde levará os colonos. Eles estão sob a custódia do Governo".

Na Assembléia Legislativa o deputado Aldo Pinto, do MDB, aponta as cinco propriedades de domínio estadual e federal onde há lugar.

Diz o deputado: "O Exército é o maior latifundiário do Estado. Eu não entendo como é que o Governo não quer resolver o conflito. É um mistério".

Na véspera da partida, os agricultores recebem a vista do Cardeal Dom Vicente Scherer para rezar uma missa e completar o trabalho que um padre de Esteio já havia iniciado. O padre convenceu 49 casais a legalizarem sua situação casando na igreja e no civil e fez mais de 100 primeiras comunhões. O Cardeal fez quatro casamentos e 65 crismas.

Satisfeito, porque via pelo menos uma parte do problema resolvido (ainda ficariam 160 famílias), o secretário do Trabalho comentava:

— Olhem estas crianças como estão



fotos de olivio lamas

Arroz, feijão e polenta. A comida é pouca, mas os colonos resistem

sadias. Os colonos receberam um tratamento que jamais teriam condições de ter em Nonoai.

O Secretário certamente não sabia que quase a metade das 63 famílias inscritas tiveram que ficar porque tinham crianças doentes. Na véspera do embarque, 15 crianças estavam hospitalizadas.

Às oito horas da manhã de sábado, dia 1º de julho, os novos retirantes estão acomodados em 4 ônibus. São 35 famílias, com 124 pessoas que partem de Esteio. Estão silenciosos, com o braço pela janela abanam para os companheiros que gritam felicidade, boa sorte. A mulher de Arlindo Vani esconde o rosto e começa a chorar.

Nesse mesmo dia, outros seis ônibus saem de Nonoai. Têm o mesmo destino, o Mato Grosso, e levam mais 46 das 200 Famílias que ainda estão acampadas ao relento próximo à reserva indígena. Os gaúchos que nos últimos 20 anos colonizaram o Oeste catarinense, o Sudoeste do Paraná e o Sul do Mato Grosso. Continuam saindo. Só que agora transformados em retirantes compulsórios, porque o Governo não está disposto a tocar no problema da terra, que se agrava a cada dia.

Desespero leva a invasão de terras

Os agricultores levados para o Mato Grosso ainda não haviam atravessado a fronteira do estado, quando estourou a notícia: colonos invadiram a Fazenda Sarandi. Soube-se então que desde o final de junho algumas das 200 famílias que ficaram em Nonoai começaram a entrar na gleba conhecida como Fazenda Sarandi e que é de propriedade do Governo estadual.

Depois de 40 dias de espera, sem qualquer solução à vista, eles chegavam ao desespero. Principalmente depois que um agricultor, pai de oito filhos morreu "de fome e frio", segundo seus companheiros.

A Fazenda Sarandi tem 21 mil hectares excepcionalmente bem situados entre os municípios de Ronda Alta, Rondinha e Sarandi, no Alto Uruguai gaúcho. Foi desapropriada em 1962 pelo ex-governador Leonel Brizola para dar início ao seu projeto de reforma agrária. Ela foi dividida em 471 lotes com tamanho médio de 25 hectares e 40 granjas de 100 a 180 hectares. Apenas parte foi entregue a agricultores sem terra.

Extensas áreas encontram-se hoje numa situação confusa. Há duas glebas, por exemplo, num total de 3.150 hectares que estão arrendadas a grandes proprietários por preços muito abaixo do preço da terra na região. Uma dessas glebas, denominada Granja Brilhante está arrendada a Ari Dionisio Dal Molin, presidente da Federação das Cooperativas de Trigo e Soja e seu irmão Argentino Dal Molin. Outra está arrendada para uma grande empresa e madeireira de Carazinho.

A fazenda fica a 93 quilômetros do local onde os colonos de Nonoai estavam acampados. Eles entraram no mato, armaram barracas de lona e se preparam para construir suas casas e começar aplantar. A polícia cercou imediatamente a região, mas não consegue evitar a invasão crescente. Em três dias já haviam 200 famílias na gleba das quais apenas 100 podiam ser identificadas como do grupo de Nonoai. As demais, eram famílias de minifundiários de toda a região que se deslocaram para lá assim que a notícia da invasão se espalhou. Na região, segundo levantamento da Cooperativa de Frederico Westphalen, o tamanho médio das propriedades é de 2,2 hectares, o que indica uma absoluta predominância de minifúndios sem condições de sequer garantir a subsistência de seus proprietários.

Em todo o Rio Grande do Sul estima-se que existem hoje mais de 400 mil minifúndios (propriedades com menos de 20 hectares) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura estimou há dois anos que chega a 50 mil o número de famílias que deixam o campo a cada ano por falta de terra.

Isso numa terra em que existem 60 mil latifúndios improdutivos e que já teve a pretensão de ser o celeiro do Brasil, é no mínimo constrangedor.

Vestibular UNIFICADO 78

LETRAS/PEDAGOGIA

Todos cursos noturnos, com 50 vagas cada um.
Inscrições de 12 de junho a 14 de julho, de segunda a sexta-feira, das 14 às 17h e das 19 às 21,30h.
Documentação: 1) Certificado de conclusão e histórico de 2º grau, em 2 vias e firmas reconhecidas. Para os cursos técnicos de 2º grau (Magistério, Contabilidade) mais duas fotocópias autenticadas do diploma; 2) Certidão de Nascimento ou de Casamento (fotocópia simples); 3) Certificado de Quitação com o Serviço Militar; 4) Título de Eleitor; 5) Atestado de Sanidade Física e Mental; 6) Carteira de Identidade; 7) 2 fotos 3x4; 8) Taxa de Cr$ 335,00.

Calendário das Provas: 17/07 — Comunicação e Expressão (1ª parte: Redação); 18/07 — Comunicação e Expressão (2ª parte: Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Língua Inglesa); 19/07 — Estudos Sociais (Geografia, História e O.S.P.B.); 20/07 — Ciências (1ª parte: Física e Matemática); 21/07 — Ciências (2ª parte: Biologia e Química). Horário único: 20h.
Íntegra do Edital publicado no Correio do Povo de 04.06.78.

LA SALLE
CENTRO EDUCACIONAL LA SALLE DE ENSINO SUPERIOR
Av. Victor Barreto, 2288
Fones: 72-2289, 72-2012, 72-2309

Ouroville vai parar na polícia

Os anúncios vendiam ar de serra, cheio de mato, em lotes campestres, próximo aos centros urbanos. Verdade. Tinha tudo isto.

Só que, além dos possíveis interessados, os anúncios atraíram a atenção do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal que foi ver o negócio de perto e considerou ilegal.

O projeto do Parque Ouroville — entre as cidades de Gravataí e Taquara, a pouco mais de 100 quilômetros de Porto Alegre — vendia lotes para sítios de fim de semana, pedaços de uma gleba de terras montanhosas e foi lançado durante um coquetel, com cinco minutos de cobertura em cadeia pela televisão de Porto Alegre.

No fim do mês passado, o IBDF encaminhou denúncia à Polícia Federal contra a Agroindústria Barra do Ouro Ltda. — responsável pelo loteamento — acusando-a de desrespeitar lei federal que diz que as florestas são bens de interesse comum a todos os habitantes do País e proíbe qualquer loteamento no topo de morro, montanhas ou serras. Acrescenta a denúncia que as nascentes de rios ou olhos d'água também devem ser respeitados.

Pois bem, os 2 mil e 900 hectares, que o Parque Ouroville dividiu em 3 mil e 600 sítios de cinco mil metros cada um, estão sobre o morro de onde partem as nascentes dos rios Maquiné e Três Forquilhas e um dos três nascedouros do Rio dos Sinos.

A área já vem sendo devastada há muito tempo, mas agora o IBDF reagiu porque ela seria fraccionada. Segundo um levantamento aerotofogramétrico feito pelo Serviço Geográfico do Exército, em 1967 existiam naquela zona 120 quilômetros de mata virgem que hoje estão reduzidos à metade, mas onde ainda ali habitam animais em extinção, como o tucano, a jaguatirica, o leão baio, a siriema, o jacu velho. É alguma coisa do que sobrou no estado, que no começo do século tinha 42% da sua área total cobertos de florestas.

Paulo Machado de Campos, o delegado do IBDF que está no cargo porque o titular é candidato a deputado, considera a área de preservação permanente e foi com base nisto que foi encaminhada a denúncia. A polícia deverá fazer o inquérito e encaminhá-lo à Justiça Federal, que poderá embargar o loteamento e determinar a devolução do dinheiro a quem já comprou algum sítio.

Questão curiosa, e só compreensível pelo envolvimento financeiro da campanha promocional — só com uma empresa de jornal, rádio e televisão tinha um contrato de Cr$ 2 milhões — é que apenas alguns jornais de fora do Rio Grande do Sul registraram a denúncia do IBDF. Um funcionário do IBDF chegou a desabafar: "Estou a ponto de botar a correr esse repórter que vem todo o dia fazer perguntas e o jornal dele não publica nada".

Houve também pressões sobre o IBDF, com telefonemas em nome de autoridades até de Brasília. Uma semana depois de haver feito a denúncia, o delegado do IBDF não se mostrava arrependido: "Prefiro me demitir do que voltar atrás", disse ao repórter de um jornal diário, que engavetou a notícia.

Leonardo Dourado

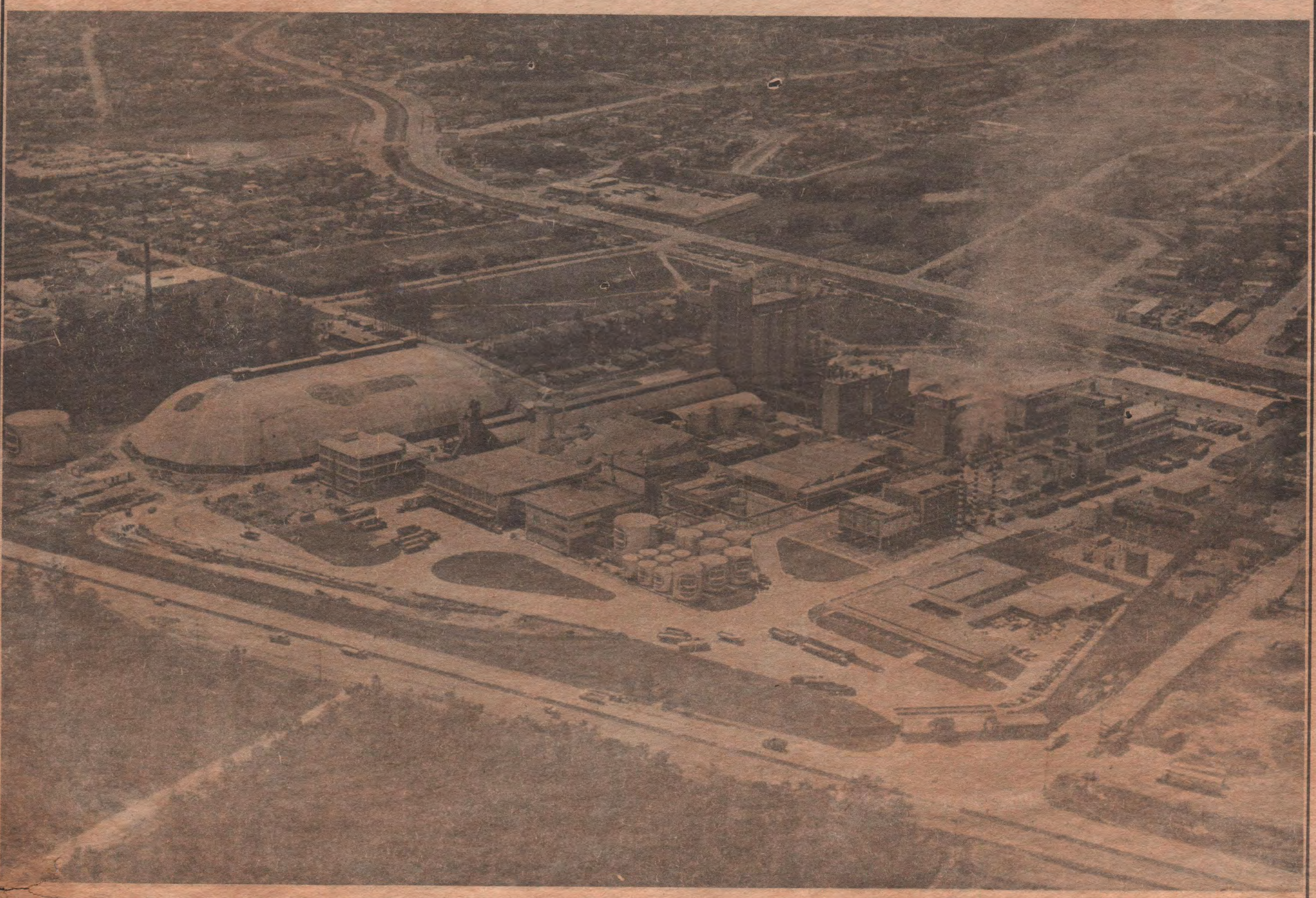
Prêmios para reportagem de Cooperativismo

Vinte e dois prêmios de Cr$ 5 mil (um para cada estado da Federação) e um prêmio nacional de Cr$ 70 mil integram o I Concurso de Jornalismo promovido pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Poderão concorrer trabalhos sobre cooperativismo publicados entre os dias 1º de julho e 31 de outubro deste ano, em jornais e revistas.

Na primeira fase haverá julgamento nos estados e os 22 premiados concorrerão ao prêmio nacional. As inscrições, nas sedes das organizações estaduais de cooperativas em cada estado, serão feitas entre os dias 1º e 13 de novembro. As coordenadorias ou divisões técnicas do Incra também estão habilitadas a fornecer informações sobre o concurso.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
BIBLIOTECA CENTRAL
D.O.E. - SETOR

O SEGUNDO PAÍS MAIOR PRODUTOR DE SOJA DO MUNDO TINHA QUE TER O MAIOR PARQUE INTEGRADO* DE PROCESSAMENTO DE SOJA DA AMÉRICA LATINA, VOCÊ NÃO ACHA?



Em Esteio. Rio Grande do Sul. Aliás, desde 1929, a Samrig não pára de crescer, processando trigo e depois soja, fabricando alimentos e produtos de qualidade insuperável para milhares e milhares de brasileiros. Com muito carinho. E responsabilidade.

(*) Na mesma fábrica, a soja entra, por um lado, e saem, já transformados, por outro: óleo comestível, margarinas vegetais, gorduras hidrogenadas, lecitina, farinha, farelo, proteína concentrada e proteína isolada.

SAMRIG
S. A. MOINHOS RIO GRANDENSES



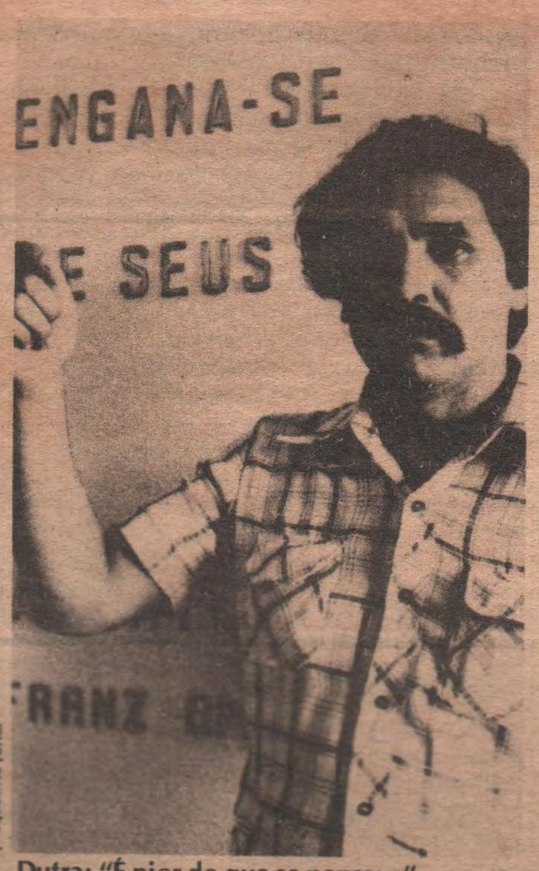
juan gomes

Olga: "É um retrocesso"



assis hoffmann

Chiarelli: "É um bom trabalho"



jacqueline joner

Dutra: "É pior do que se pensava"

Pior do que se esperava

O ante-projeto da nova CLT tira direitos dos trabalhadores

Feita em pacote mas remetida em pílula ao Congresso, para ir sendo aprovada sem despertar a atenção e reações conjuntas, a reforma da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que o Governo encomendou em forma de anteprojeto começa a demonstrar, aos poucos, várias facetas inteiramente contrárias aos interesses dos trabalhadores.

Em Porto Alegre, onde o anteprojeto chegou publicado na revista Legislação do Trabalho e Previdência Social — Edições LTr, a reforma proposta arrancou uma manifestação de espanto de Olívio Dutra, presidente do Sindicato dos Bancários: "É pior do que se pensava". E a advogada Olga Cavalheiro Araújo, especialista em Direito do Trabalho, qualificou como "um grande retrocesso no direito trabalhista brasileiro".

Quando se tornarem públicas — a revista é de circulação restrita aos advogados —, as reformas propostas deverão encontrar forte oposição dos líderes sindicais. Deliberadamente ou não, elas incluem um dispositivo que enfraquece os sindicatos. Está logo no artigo 14, onde são separadas as normas da legislação trabalhista em dois tipos, as de caráter imperativo e as contratuais. Nesta, surge a figura do acordo bilateral entre as partes, ou seja, do que dispuser o contrato de trabalho. E sobre estas, a decisão será sempre individual de cada empregado, enfraquecendo a decisão em grupo e por extensão os sindicatos.

A advogada Olga Araújo diz que "a pretexto de dignificar a pessoa do trabalhador, o Direito do Trabalho o tutela como contratante, fundando-se na utopia da liberdade do indivíduo poder contratar livremente, quando todos sabemos que, se colocarmos um trabalhador a elaborar seu contrato diante de uma empresa, ele não terá força nenhuma". É por dispositivos como este que Olívio Dutra afirma que "este grupo que elaborou o anteprojeto passará à história da página negra dos retrocessos trabalhistas".

Carlos Alberto Chiarelli, ex-secretário geral do Ministério do Trabalho, um dos membros da comissão, diz que o objetivo não era elaborar um novo Código do Trabalho mas apenas atualizar a CLT. Para a advogada Olga Araújo, entretanto, essa disposição ficou mesmo como objetivo inicial, e que de fato são propostas alterações profundas na atual legislação trabalhista. E citando a letra "e" do item 18 do relatório da comissão diz que "só foram admitidas alterações excepcionalmente para atender ao desenvolvimento econômico", ou seja, sem necessariamente obedecer exigências sociais.

Olga acrescenta, entretanto, que é no item 20 do relatório que a comissão acaba com as esperanças de qualquer mudança para melhor na legislação trabalhista. Lá está escrito: "Entretanto, porque não lhe cabia criar novas instituições jurídicas de proteção ao trabalho, a comissão não cogitou de incluir no anteprojeto capítulos sobre a co-gestão e a participação do empregado no lucro das empresas em que trabalhe. Pela mesma razão, não cuidou de substituir a disciplinação da estabilidade no emprego e da indenização de antigüidade pelo sistema da nulidade da despedida arbitrária, compatibilizando-o com o regime do FGTS".

Do ponto de vista do trabalhador, há outro grave retrocesso. Se a reforma passar, o empregado terá apenas dois anos para reclamar seus direitos na Justiça. Passado este prazo, a infração caducará. O curioso é que a nova CLT prevê só dois anos para prescrição dos direitos dos empregados mas, em contrapartida, oferece cinco anos aos órgãos administradores ou gestores do PIS-Pasep para que cobrem as contribuições devidas e 15 anos para a cobrança dos depósitos do FGTS. O dinheiro dos órgãos estatais fica, assim, plenamente resguardado.

Pela reforma, o trabalhador sai perdendo também com a novidade introduzida no artigo 7º, que dispõe sobre a responsabilidade no contrato de trabalho quando se trata de grupo de empresas. Pela lei atual, o chamado grupo econômico responde pelas dívidas decorrente do contrato de trabalho. Ou seja, a falência de uma empresa faz com que outras empresas do mesmo grupo sejam responsabilizadas pelas obrigações trabalhistas da empresa falida. Apesar disso, o empregado tem obrigações apenas com uma delas e se for prestar serviços a uma segunda, isto originará novo contrato de trabalho.

Pela nova proposta, é considerado como empregador único o grupo econômico, o que coloca à disposição de todas as empresas que o integram o trabalhador que se vincular a apenas uma delas. No entanto, prevê que as vantagens salariais ou de condições de trabalho de cada uma destas empresas em particular não se estendem às demais. Simplificando, nas obrigações, os empregados são considerados vinculados a todas, mas não poderão se valer disto para reclamar benefícios.

"O resultado é que, embora se acenem com reaberturas ao nível das postulações de ordem liberal pelas reformas políticas, o Governo consagra progressivamente a exploração selvagem e desapiedada da mão-de-obra nacional, já estrangulada por uma estrutura sindical progressiva, por uma política de arrocho salarial, pela rotatividade decorrente do FGTS e por todo o contexto que define o modelo econômico de concentração de recursos a favor dos monopólios internacionais", reclama Olga Araújo.

Olívio Dutra, um dos poucos líderes sindicais nacionais que já tomou conhecimento da filosofia do novo texto, diz que isto é fruto de um detalhe básico: "A comissão (*) que estudou a reforma não tem nenhum representante dos trabalhadore, alguém que defendesse seus interesses, mas tem alguns que de certa forma representam o pensamento do empregador, pois são membros ou consultores de grandes conglomerados econômicos".

Já o especialista em Direito do Trabalho e representante do Brasil na Organização Internacional do Trabalho (OIT), Carlos Alberto Chiarelli, entende isto como normal: "Todo o esqueleto de uma lei deve ser estudado e proposto por técnicos ou juristas. Nós somos técnicos e recebemos uma missão do Governo e a cumprimos dentro do prazo".

Um dos problemas sérios para quem pretenda analisar ou criticar a nova CLT, é o critério que o Governo escolheu para obter sua aprovação no Congresso. Em vez de enviá-la em conjunto, para que seja debatida e criticada como um todo, está buscando sua aprovação em doses homeopáticas, o que tem servido para confundir a opinião pública e, ao mesmo tempo, obtendo um impacto menor aos protestos pelas inovações prejudiciais aos trabalhadores que introduz.

Assim, segundo Chiarelli, já passou pelo Congresso toda a parte que trata do repouso (diário, semanal, férias), bem como a que regula a higiene, Medicina e segurança do trabalho. Há poucos meses, o Governo ensaiou o envio dos dois capítulos que regulam o trabalho do menor e da mulher, mas alguns artigos acabaram transpirando à Imprensa e sindicatos e a reação contrária fez com que o anteprojeto fosse segurado por algum tempo, retornando ao Ministério do Trabalho.

Diz ainda Chiarelli que a parte que regula o Processo Trabalhista deve ser a próxima a ser enviada ao Congresso, embora não tenha condições de falar em prazos. "O anteprojeto é de uma comissão, mas não nos pertence individualmente. Cumprimos uma tarefa, e o projeto agora pertence ao Governo"

Tomás Pereira — RS

(*) — *Nomeada inicialmente em agosto de 1974, pelo ministro Arnaldo Prieto, a comissão, que tinha originalmente sete membros, foi ampliada em 75. Foi presidida pelo ex-ministro do Trabalho Arnaldo Sussekind e intregrada por Aldílio Tostes Malta, Aluysio Simões de Campos, Carlos Alberto Chiarelli, Délio Barreto de Albuquerque Maranhão, Edmo Lima de Marca, Hugo Gueiros Bernardes, Júlio César do Prado Leite e Marco Aurélio Prates de Macedo.*

Graúdos na fraude

— Tudo bem, tudo bem. A gente tem que pagar pelos erros. Só acho que estão prendendo apenas os camundongos. Os gatos mesmo estão soltos".

Antônio Marchese, um agricultor de 60 anos, plantador de soja em Passo Fundo (RS), reconhecia a culpa mas estava desolado. Sua foto aparecera em vários jornais no começo de julho do ano passado, quando centenas de pequenos e médios agricultores foram ouvidos pela polícia. A operação que em algumas cidades envolveu até o Exército destinava-se a apurar o que logo foi apelidado de **fraude do adubo-papel**, e que consistia no desvio de financiamentos e subsídios que o Governo dava para compra de fertilizantes.

Quem seriam os gatos? No último dia de junho deste ano o nome de Antônio Marchese voltou aos jornais, aliás, a um único jornal, *O Globo* do Rio. Só que desta vez Marchese apareceu em companhia mais qualificada. Em companhia de nomes que não tiveram, na época, que subir amontoados em carrocerias de caminhões para ir depor sob escolta policial e cobertura de toda a Imprensa do País.

Marchese é um dos 446 clientes da indústria de fertilizantes Luchsinger Madorin (Adubos Trevo) beneficiados com financiamentos subsidiados do Governo Federal e envolvidos na fraude. Os 27 volumes do inquérito policial, com um total aproximado de 2.500 folhas e documentos, desaba efetivamente também sobre algumas pessoas e empresas tidas como da maior respeitabilidade. Estão lá os nomes de Roberto Anselmo Tagliari, tido como o "maior sojicultor do país", que consta estar no exterior; de João Grazziotin, dono de uma enorme cadeia de lojas no Rio Grande do Sul (Lojas Grazziotin); de Jandir Slaviero, homem de negócios no Rio Grande e em outros estados; do bispo dom Cláudio Kolling, da mitra diocesana de Passo Fundo; de Iber Silvestre Benvegnu, presidente da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul). Estes e outros menos notáveis.

— É do seu conhecimento que com faturas e/ou notas fiscais vinha sendo obtido, numa mesma compra, mais de um financiamento ou subsídio?

A pergunta foi feita na Justiça Federal, onde o inquérito chegou em janeiro deste ano, ao revendedor de adubos e fertilizantes Luiz Sarafim, que trabalhava para a Luchsinger Madorin nos Municípios de Passo Fundo, Marau, Soledade, Sarandi e Getúlio Vargas:

— Sim, isso vem ocorrendo, principalmente porque no Banco do Brasil eles querem somente a fatura e com a nota fiscal vai-se a outro banco fazer a mesma operação, ou de financiamento ou subsídio. Também são utilizadas a primeira via da nota para subsídio ou financiamento num banco e a segunda via da mesma nota fiscal para subsídio ou financiamento em outro banco e, às vezes, a fatura para uma terceira operação.

Na época, foi estimado que o total da fraude poderia ultrapassar a Cr$ 1 bilhão. Pois bem, somente no inquérito (há outros de outras regiões) que envolve a Luchsinger Madorin e mais de 440 clientes seus, a Polícia Federal calculou as de operações ilícitas em torno de Cr$ 355 milhões (pelos preços atuais daria para 110 mil toneladas de adubo, aproximadamente). A mecânica das operações irregulares tinha variantes, mas as duas fórmulas básicas usadas foram estas:

— O representante (revendedor na região) ou o próprio escritório central da indústria emitia pedidos de determinadas quantidades de adubos para o cliente. Este assinava no próprio pedido ou numa nota fiscal de compra e venda, declarando ter recebido a mercadoria. De posse desse documento comprovando a entrega, o representante da empresa o apresentava na carteira agrícola de qualquer agência bancária credenciada pelo Banco Central, junto com uma duplicata que, na maioria das vezes, nem assinada pelo comprador do adubo estava. Mesmo assim era preenchida pela empresa com os dados de operação de compra e venda. Isto bastava

para o gerente da carteira agrícola, em cumplicidade, liberar para a empresa vendedora o valor do financiamento ao agricultor — 40% do total da compra eram subsidiados (o Governo pagava) e os outros 60% a pagar em cinco anos, com juros baixos.

— Em outros casos, o agricultor realmente comprava o adubo, mas o recebia parceladamente e em pequenas quantidades ou, então, meses depois, ficando a empresa a girar com o dinheiro do financiamento movimentado em seu nome. Nos dois exemplos, eram usados os expedientes que Luiz Serafim relatou em seu depoimento.

Passada a primeira etapa dos depoimentos, o inquérito da Polícia Federal passou a ser considerado sigiloso. Mas no fim do mês passado, aproveitando manifestações de advogados e denúncias de agricultores que disseram estar sendo explorados por advogados, um repórter da sucursal gaúcha de *O Globo* levantou quase toda a lista de nomes que constam do inquérito. E foi adiante: o jornal anunciou que a Polícia Federal recebeu outros dossiês no Banco Central e da Receita Federal, remetidos através da Procuradoria Geral da República.

Nestes novos documentos, pede-se para investigar irregularidades envolvendo mais duas grandes empresas do setor de adubos e fertilizantes: a Manah S/A e a Companhia Riograndense de Adubos (CRA). A CRA, segundo o jornal, já tem 32 clientes envolvidos, subsidiados com Cr$ 9 milhões e 300 mil e a Manah, 11 clientes, que receberam irregularmente Cr$ 2 milhões e 600 mil.

Os envolvidos são denunciados por estelionato, falsidade ideológica e omissão e uma das penas poderá ser a condenação a devolver, acrescidos de juros e correção monetária, os valores subsidiados. Mas não é só por isso que o assunto é considerado delicado e incômodo, ao ponto de os jornais do Sul que acompanhavam o assunto com grande entusiasmo na 1ª fase, o terem ignorado olimpicamente nesta segunda fase. Além de agora serem mencionados nomes mais respeitáveis, há indícios que as informações ainda não estão completas e que entre os envolvidos há aspirantes a cargos públicos e mandatos políticos.

Osmar Trindade

Até parece que a Escala, a Martins & Andrade, a Quadrilha, a DM-9, a Setembro ou a Oficina não seriam capazes de atender a conta da Caderneta de Poupança.

Se não é assim, como é que se explica que a maior verba publicitária do Brasil fique restrita ao eixo Rio-São Paulo?

Uma verba que por sinal sai do Rio, de São Paulo, da Bahia, de Minas, do Rio Grande, enfim, de todos os estados.

Exatamente. Todo mundo ajuda a formar esse bolo enorme de dinheiro que sustenta a publicidade da CBPE, disputado somente pelas agências do centro do país.

E a gente? A gente fica aqui torcendo pra um e pra outro, feito guri.

Tá na hora de botar essa questão na mesa.

Afinal, porque não distribuir a verba da CBPE proporcionalmente, para ser concorrida pelas agências regionais?

Todo mundo sabe que quem entende de linguagem regional é o pessoal que tá dentro de casa.

De mídia regional, a mesma coisa. (Aliás, muito se falou nisso no III Congresso, lembram?).

Quanto à qualidade de trabalho, as agências citadas como exemplo e muitas outras, tem profissionais de alto nível em seus quadros, inclusive gente premiada nacionalmente.

É a tal história: na hora de premiar, todo mundo reconhece a qualidade, porém na hora de colocar as grandes verbas em concorrência, esse pessoal fica de fora.

Tem graça?

Chegou o momento de acordar para esses fatos.

Todo mundo.

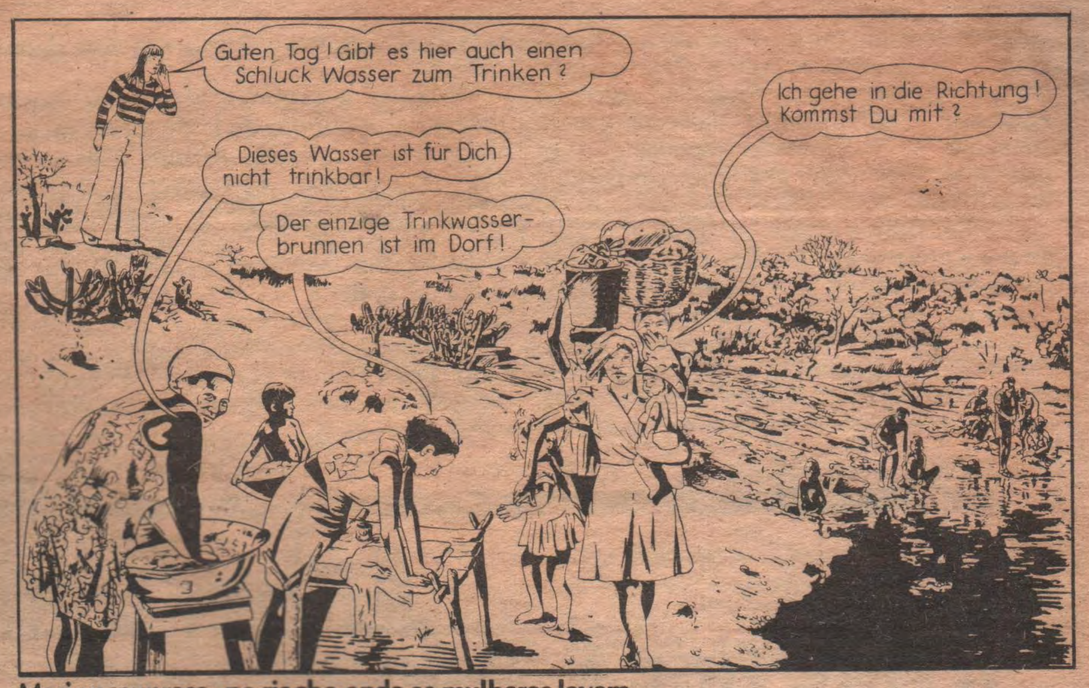
Inclusive nós, que somos pequenos mas não estamos brincando.

Sópropaganda & Mercadologia
Rua Sete de Setembro, 1.126 Salas 121 e 123
Fones: 21-4266, 21-4310 e 21-4423 Ramais 121 e 123
Porto Alegre - RS.

Colaboração: Newtype, Flores & Filhos, Alvorada



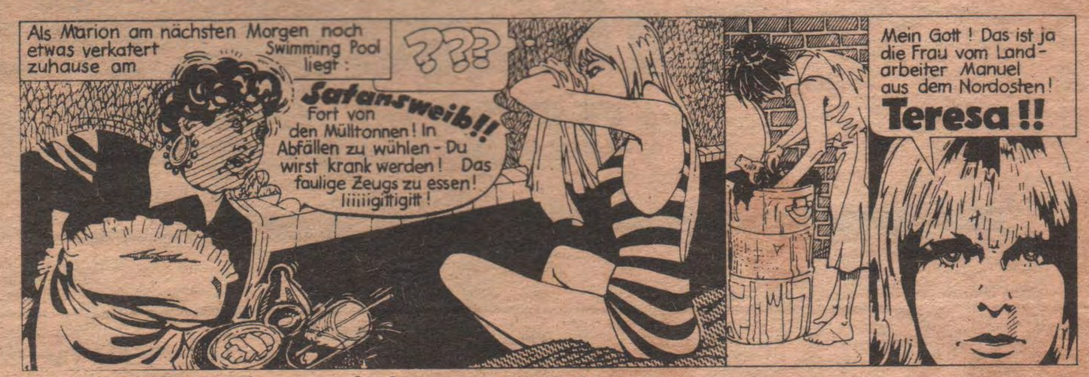
O latifundiário nordestino explica a Marion que sua fazenda de 1.200 hectares não é grande "mas pode-se viver dela"



Marion, supresa, no riacho onde as mulheres lavam a roupa: água para beber só mais adiante·



"Estas são Ana Maria, Lourdes e Rosa, minhas filhas. Roberto e Raimundo ainda estão no campo com o pai. Jose´ deveria estar na escola, mas não há vaga"



Em São Paulo, Marion acorda de uma noite de festas — com samba, feijoada e vai à piscina. Na saída encontra Teresa, nordestina, mulher do agricultor Manoel



Teresa conta que foram expulsos pelas máquinas da fazenda. Vieram ao Sul atrás das promessas de emprego que nunca encontraram. O filho menor já foi enterrado

Marion, a alemazinha, no País das favelas

Marion e uma jovem alema, nascida em Munique. É secretária, tem 21 anos e, depois de economizar durante alguns anos, vai realizar o grande sonho de sua vida — conhecer o País do samba, do futebol e do café.

Assim começa uma história em quadrinhos, destinada a revelar os grandes problemas brasileiros para os estudantes alemães, nas escolas.

No primeiro quadrinho, a alemãzinha está a uns 50 quilômetros do Recife, à espera de uma carona para chegar ao Ceará. Quem vai lhe dar a carona é um senhor chamado Perez, por acaso funcionário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Depois de oito horas de viagem, chegam ao Ceará e Marion consegue hospedagem na casa de um fazendeiro chamado Ramiro Bastos.

O fazendeiro e o funcionário do Incra são conhecidos e travam uma conversa que interessa muito a Marion. Diz o funcionário que o Governo está iniciando um projeto de modernização da agricultura que irá melhorar muito a vida dos moradores da região.

O fazendeiro fica contente, pois terá financiamento para comprar máquinas modernas, aumentar a produção e ter maiores rendimentos. Marion, no entanto, começa a preocupar-se: nesse meio tempo ela conheceu Tereza, mulher de um agricultor que trabalha na fazenda e ficou sabendo que a família da Tereza está ameaçada. Ela e o marido ficarão desempregados e sem onde morar com os filhos.

O fazendeiro Ramiro Bastos tranqüiliza Marion, afirmando que todos conseguirão bom emprego no Sul do País mas, aí, ela já aprendeu sua primeira lição de Brasil: as medidas do Governo beneficiam alguns, mas deixam em dificuldades muitas famílias.

Começa então a segunda parte da história: atendendo a um convite de um tio, que é diretor de uma filial de uma multinacional alemã em São Paulo, a jovem abandona o Nordeste para conhecer a região mais industrializada do país. Em São Paulo, dedica-se a amenidades — jogos de tênis, bons restaurantes, piscina, jogos de futebol, compras.

E tudo corre bem, até o dia em que Marion reconhece Tereza, a mulher do trabalhador rural despedido por Ramiro Bastos. Está catando comida numa lata de lixo. Marion leva um choque e insiste em conhecer o lugar onde Teresa mora. É a segunda lição: conhece uma favela paulista e fica sabendo que os problemas do campo não encontram solução na cidade.

A alemã, curiosa e acostumada às leis sociais existentes em seu País, pergunta então pelo salário mínimo, pelo auxílio desemprego e descobre que sua amiga e a família estão jogados à própria sorte. Mas Marion segue perguntando: "e a Igreja e os Sindicatos o que fazem nestes casos?" "Os Sindicatos aqui não podem abrir a boca. A Igreja faz o que pode mas não está apta a nos dar empregos", responde Tereza.

De volta à casa do tio, a alemãzinha pede que ajudem aquela pobre família, e obtém como resposta mais uma lição: "Isso não é muito fácil", responde o tio. "Aqui no Brasil, todas as cidades possuem dessas favelas e milhões de desempregados. Essas pessoas não são apenas analfabetas, mas também alcoólatras, criminosas e comunistas."

No entanto, para que os alunos não se choquem com o desfecho, o tio acaba ajudando a família e Tereza, agradecida, homenageia Marion com uma belíssima feijoada. Um final feliz que não impede que os estudantes em geral vejam na história "um quadro bem real dos problemas e as dificuldades do povo brasileiro".

QUARTO DE DESPEJO

A viagem de Marion é contada no volume nº 50 de *Escola e Terceiro Mundo*, uma série de cadernos especiais feitos com o objetivo de conscientizar as crianças da realidade dos países subdesenvolvidos. Há outros cinco volumes tratando de problemas brasileiros, mas nem todos em quadrinhos. O número 49, por exemplo, é só de textos e considerações sobre o Nordeste Brasileiro, de autoria de jornalistas alemães correspondentes no Brasil, ou retirados de obras de autores brasileiros, como o ex-deputado Márcio Moreira Alvez e a falecida Carolina Maria de Jesus, a favelada — escritora de *O Quarto de Despejo*.

As histórias em quadrinhos, porém, são as que fazem maior sucesso por uma razão muito simples: de acordo com as últimas estatísticas, as crianças alemãs consomem por ano 12 milhões de exemplares de histórias em quadrinhos. As revistas pedagógicas em quadrinhos começaram a circular há três anos, por iniciativa de um grupo de jovens do setor de política desenvolvimentista da Agência Evangélica de Informação. Hoje, apesar de restrições de setores que acusam-nas de ter uma acentuada tendência comunista, são editadas em grande quantidade, em conjunto com o Ministério da Cooperação Econômica e divulgadas na Áustria e na Noruega.

Eva Dürr, Alemanha

ESTÚDIO FOTOGRÁFICO FOCONTEXTO. COMPETÊNCIA NA FRENTE E ATRÁS DAS CÂMARAS. Assis Hoffmann e equipe oferecem toda a sua experiência em foto publicitária, industrial e jornalística para a produção de anúncios, catálogos, audiovisuais, reportagens e qualquer outro serviço do ramo.



FOCONTEXTO Vasco da Gama, 321 - Fone: 21-3714 - Porto Alegre

ASSINE DE FATO

Nome _____
Profissão _____ Idade _____
Endereço _____
Cidade _____ Estado _____
CEP _____

O interessado deve enviar pelo correio o cheque nominal ao Jornal DE FATO — Avenida do Contorno 2399 — fundos — Floresta — B.H. — CEP 30 000

Assinatura anual
$ 100,00

A primeira semente do cooperativismo brasileiro foi plantada no sul. Somos um de seus frutos.



Em 1847, Jean Maurice Faivre iniciou no interior do Paraná um sistema de trabalho em cooperativas que viria desenvolver-se no Brasil durante o século XX.

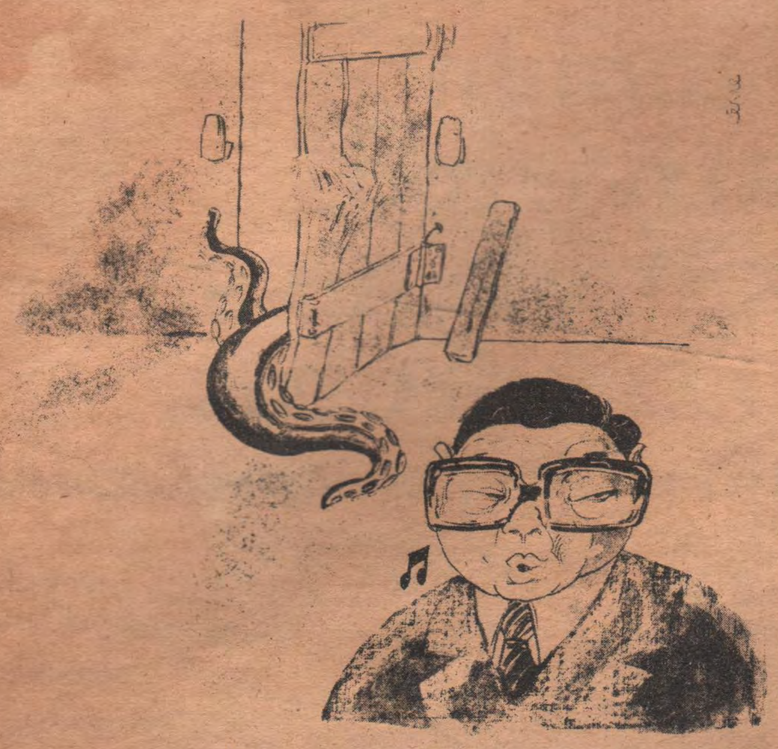
Do pioneirismo de Faivre aos tempos atuais, muitas lutas têm sido travadas, muitos desafios superados para que frutifique uma idéia.

A Cotrijuí vem marcando sua presença num processo de trabalho cotidiano que busca aproximar-se cada vez mais do ideal de justiça social que caracteriza o cooperativismo.

E os frutos que temos colhido, desde o início de nossas atividades, justificam o entusiasmo e o empenho que colocamos nas tarefas de cada dia.

COTRIJUI

cooperativa
regional tritícola
serrana ltda.



Multinacionais forçam a porta do monopólio

Idéias para acabar com a Petrobrás não faltam. Aquela do ministro Ueki — de vender ações dela nas bolsas européias e norte-americanas — parece definitivamente falecida. Mas há muitas outras em andamento.

O Programa nacional do Álcool — que poderia distribuir renda se incentivasse o plantio de mandioca e minifúndios — só incentivou a cana-de-açúcar. Dos quase 200 projetos aprovados, só três falam em mandioca. Dois usarão mandioca dos próprios usineiros. O terceiro, da Petrobrás mesmo, usará mandioca do norte-americano Ludwig e do Azevedo Antunes, da MBR e da *Betlehem Stel*.

Seria apenas para contrariar os ideólogos da distribuição da renda nacional? Pode ser. Mas tem um efeito colateral que, finalmente, começou a ser mostrado no final do mês passado. O Instituto do Açúcar e do Álcool e o Conselho Nacional do Petróleo já avisaram que estão estudando um jeito de permitirem que os usineiros e suas cooperativas (cooperativas?) negociem seu álcool diretamente com as distribuidoras (estrangeiras). Se 25% do petróleo que o País consome vão para a gasolina, quando 20% dessa gasolina forem substituídos por álcool,5% do monopólio terão ido para o brejo.

Mas há outros flancos. Os **contratos de risco** estão aí. Uma terceira **rodada** será aberta brevemente, segundo o ministro Ueki. E outras multinacionais serão **convidadas** a ajudarem a Petrobrás a **explorar** o subsolo brasileiro atrás de petróleo. Paralelamente, há muitas multinacionais interessadas em ajudar também no **desenvolvimento,** na preparação dos campos descobertos recentemente para a produção.

Um **balão de ensaio** foi levantado, no mês passado, pelo ministro Ueki. Almoçando com o general Araken de Oliveira, presidente da Petrobrás, e com diretores do *Jornal do Brasil,* o ministro disse — e o *JB* publicou, assim como publicou, depois, o desmentido do ministro junto com a confirmação do jornal — que "a Petrobrás concentrará seus esforços e seus recursos na bacia de campos e abrirá todo o litoral restante para a ajuda das multinacionais".

Nem era bem isso. Aliás, era o contrário. Elas querem é comprar mesmo. Diversas multinacionais como *CJB,* a *EARL And Right* e a *Worley* têm e oferecem para a Petrobrás tecnologia para um outro ponto de **desenvolvimento** da bacia de campos. A Petrobrás compra equipamentos ou, se é o caso, promove associações entre elas e empresas brasileiras para que os equipamentos sejam feitos aqui mesmo.

Mas a proposta da *Davy International* e de sua subsidiária, a *Powergas,* é bem mais ampla e conta com o empenho até de um embaixador, sem falar em outras autoridades.

A *Powergas* quer, simplesmente, fazer **todo** o desenvolvimento da Bacia, desde a contratação de pessoal até a compra de equipamentos, no Brasil e no exterior, passando pela contabilidade, pela contratação dos **serviços de apoio** e de tudo o mais. E o *Morgan Grenfel Bank* oferece, para **dourar a pílula,** nada menos do que um bilhão de dólares, para **financiar** os trabalhos e equipamentos.

Sorte que, tanto José Marques Neto, diretor de produção e exploração da Petrobrás, quanto Carlos Alberto Shool Isnard, d, diretor financeiro, e Leonel Finotti, superintendente do órgão que cuida do desenvolvimento de Campos e que poderia ser extinto se a proposta da *Powergas* fosse aceita, garantiram à *Gazeta Mercantil* que "não falta dinheiro para empreendimentos na área do petróleo e muito menos para a Petrobrás". E se aquele bilhão de dólares não interessa, menos ainda interessa à Petrobrás, como disseram, "pacotes tecnológicos fechados". Assim, só sobra uma porta para a *Powergas* entrar na Petrobrás. A da política. E há muita gente forçando essa porta. E ameaçando o monopólio.

José Roberto de Alencar — Rio

Governo não quer mais briga com os cientistas

O Governo decidiu melhorar suas relações com os cientistas. No ano passado, tentando impedir os debates políticos que nos últimos anos haviam transformado a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) numa das poucas tribunas livres do País, os órgãos de segurança acharam conveniente criar obstáculos à realização da 29ª Reunião Anual da entidade, em Fortaleza.

Ignorando o velado boicote oficial, a SBPC afirmou a autonomia intelectual dos cientistas, realizando aquela reunião em São Paulo, obtendo muito maior impacto político. Depois disso, a principal entidade científica do País recolheu-se as suas go do ano, na publicação de um revista, na realização de simpósios regionais, no atendimento a consultas científicas do Governo e nos preparativos para a 30ª Reunião Anual, de 9 a 15 deste mês, em São Paulo.

Nesse período, o Governo revisou sua posição e a SBPC foi brindada por alguns significativos gestos de simpatia e boa vontade das autoridades, que mudaram seu comportamento em relação aos cientistas:

1) A Prefeitura de São Paulo formalizou a concessão, por 40 anos, de um terreno de 1.680 metros quadrados para a construção da sede da SBPC. Até hoje a sede da entidade é um pequeno sobradinho residencial no Bairro de Pinheiros, em São Paulo, onde trabalham 11 funcionários. A construção da nova sede deve ser iniciada até abril do ano que vem, embora a SBPC ainda não saiba onde arranjará os Cr$ 43 milhões necessários. Através de concurso internacional, foi escolhido um projeto de três arquitetos de Curitiba — A. Willer, O. Mueller e José Sanchotene. Dos oito andares do edifício, a SBPC ocupará três e alugará os outros cinco, com o que poderá conquistar autonomia financeira.

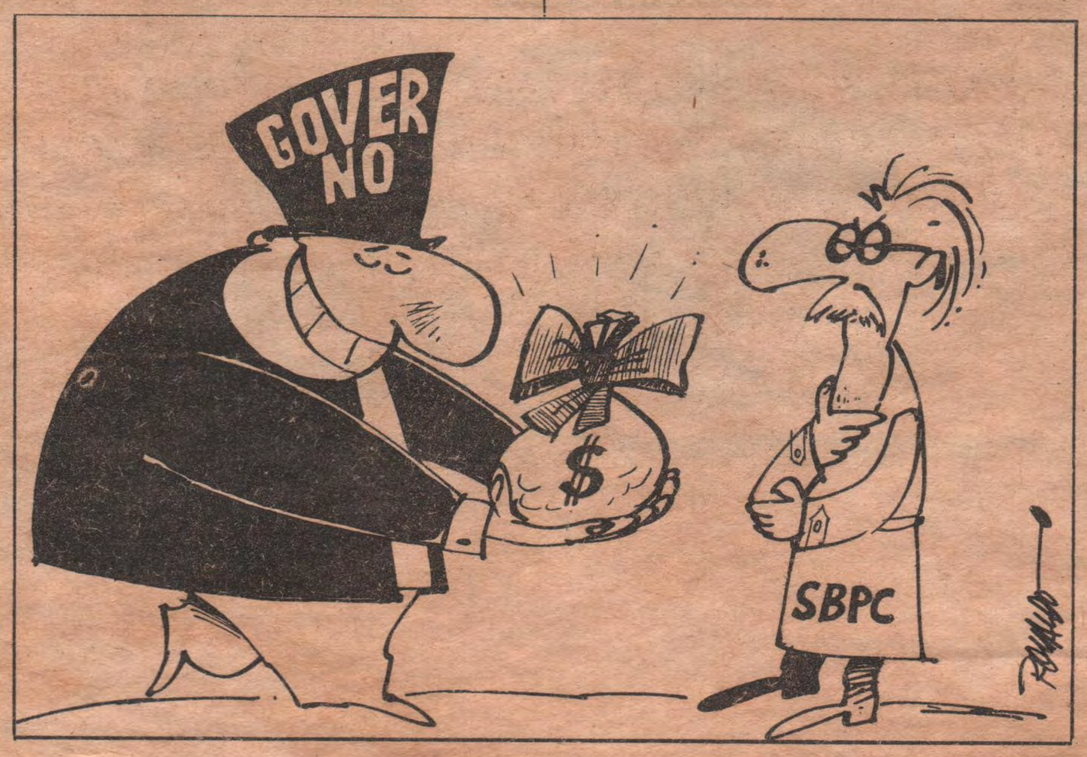
2) O governador paulista Paulo Egydio Martins decidiu em favor da SBPC uma disputa pelo cargo de diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (Fapesp), entidade estadual que distribui bolsas a cientistas. Por tradição, sempre que expira o mandato de quatro anos do diretor científico, o conselho da Fapesp elabora uma lista de três nomes — escolhido entre os membros do conselho — para que o governador indique um. Este ano, mudando o processo tradicional, o conselho indicou três nomes que não faziam parte do conselho: Rogério Cerqueira Leite, coordenador das faculdades da Unicamp; Lourival Monaco, diretor do Instituto Agronômico de campinas; e Afonso Celso Pastore, professor de Economia da USP e um dos principais assessores do ex-ministro Delfim Neto. Por discordar da mudança dos critérios da lista tríplice e não gostar da indicação de Pastore — considerado mais tecnocrata do que cientista — a SBPC foi ao governador levar seu protesto. Paulo Egydio devolveu a lista ao conselho da Fapesp e manteve no cargo de diretor científico o titular nos últimos quatro anos, William Saad Hossne, que possui ótimas relações com a SBPC.

4) A Universidade de São Paulo, que se recusara a emprestar suas instalações para a reunião anual da SBPC no ano passado (realizada na PUC), cedeu o campus para a reunião deste ano.

Para este ano a SBPC organizou 142 sessões de painéis científicos, 114 debates, simpósios e mesas-redondas, 98 sessões de comunicações científicas (teses), 41 conferências, 11 encontros científicos, 10 assembléias gerais de entidades científicas e oito cursos. O objetivo central da SBPC na 30ª Reunião Anual é realizar um balanço do que melhor se faz em ciência no Brasil e no mundo, setor por setor.

Por mais que as autoridades fiquem melindradas, a SBPC não se preocupou em despolitizar sua grande reunião anual. "Nossas reuniões sempre foram um canal de crítica e continuarão sendo, pois o cientista é crítico, por definição", afirma Simão Mathias, professor de História da Ciência na USP e um dos cinco presidentes de honra da entidade. "O cientista se torna mais crítico à medida que sua liberdade é cerceada."

Geraldo Hasse, SP



Jornalistas do Rio acabam com 12 anos de peleguismo

Acabaram-se 12 anos de peleguismo no Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro. Em eleições realizadas na última semana de junho, os profissionais da Imprensa carioca conseguiram derrotar as pretensões de José Machado que desde 1966 vem se reelegendo ininterruptamente e que pretendia ficar mais três anos à frente do sindicato.

Carlos Alberto Oliveira, o *Caó,* repórter da sucursal da revista *Veja*, no Rio, é o novo presidente. Ele recebeu 1.067 votos contra 847 dados a José Machado e o pleito provocou uma mobilização sem precedentes na história do Sindicato. De um total de 2.554 profissionais habilitados a votar, apenas 640 não compareceram dando um índice de abstenções (23,6%) incomum no sindicalismo brasileiro.

Para continuar no cargo, Machado usou de todos os expedientes, entre eles várias tentativas de impugnar candidatos da chapa adversária e a arregimentação de pessoas que não exercem o jornalismo, mas que no dia da eleição apareceram de carteirinha do sindicato em punho, mensalidade em dia, prontas para votar. Até o Secretário da Agricultura do Rio de Janeiro apareceu, para a surpresa geral, com a carteira de jornalista no dia da eleição.

Além de vencer o esquemão que Machado organizou para se manter na Presidência, a oposição liderada por Caó teve que derrotar as próprias divergências internas. Para unir numa chapa única as diversas correntes foi necessária uma consulta direta às redações.

Constituída a partir do voto dos colégios eleitorais — as redações — a chapa de oposição manteve a categoria mobilizada até a eleição. A nova diretoria, que tomará posse dia 11 de agosto é esta: Carlos Alberto Oliveira (presidente), Argemiro Ferreira (vice), Fritz Utzerzi (1º secretário), André Mota Lima (2º secretário), Fichel Davit (tesoureiro), Ricardo Gontijo (procurador) e Carlos Laet (bibliotecário).

De seu programa de 41 itens, a oposição já escolheu algumas prioridades para desenvolver imediatamente. Além de assumir a defesa dos interesses da classe — negociações diretas com os empresários e piso salarial de seis salários mínimos regionais por cinco horas de trabalho, bem como a defesa da Liberdade de Imprensa, de expressão e de organização — a nova diretoria pretende promover uma limpeza no quadro social do Sindicato. Principalmente porque, nesta eleição, constatou-se que votaram, pelo menos, quatro exportadores de café, um banqueiro, um empresário e um detetive particular, além de inúmeros jornalistas há muito afastados do exercício da profissão.

Riomar Trindade, Rio

Pergunta na escola: Quem deve ser presidente?

O jornal *Sem Rodeio,* que circula entre os alunos do Colégio Júlio de Castilhos, de Porto Alegre fez uma pesquisa entre seus jovens leitores para saber o que eles acham da sucessão presidencial.

Foram ouvidos 500 estudantes do Julinho, que é também considerado o colégio-padrão do Estado. 32% dos entrevistados nada sabiam a respeito do assunto, mas 24% opinaram que a escolha do Presidente por eleição indireta "é injus- ▶

Carlos Salzano V. da Cunha

— ADVOGADO —

OAB 2927 CPF 007648680

Andradas, 1560 — CONJ. [illegible] (AL. MALCON)
Das 14 às 16 horas — FONE 21-82-82



ta". 21% disseram que "é uma troca de Presidentes que são sempre militares" e 16% revelaram apenas saber "que entra Figueiredo".

Uma das questões indagava aos alunos: "Achas que os militares devem continuar no Poder ou que um civil deve assumir a Presidência?". 86% foram a favor de um civil na Presidência. Apenas 6% disseram que os militares devem continuar e outros 6% mostraram-se indiferentes.

"Como tu achas que devia ser a escolha do Presidente da República?", indagava o terceiro item da enquete. A eleição direta "pelo povo" mereceu 95% das preferências.

O Júlio de Castilhos é o maior colégio público do Rio Grande do Sul, com 6.500 alunos, a grande maioria nos cursos diurnos e com idade entre 12 e 18 anos. O jornalzinho mimeografado, feito por um grupo combativo que se denomina Alternativa, faz mensalmente uma enquete dessas.

Em maio, o jornal perguntou aos seus leitores sobre a qualidade do ensino. As respostas indicaram que 63% dos alunos acham que o ensino atualmente "está fraco, ruim" e que "nem por sonho dá base para passar no vestibular". 73% dos ouvidos responderam que o ensino profissionalizante não dá "nenhuma condição para se conseguir um emprego".

O pátio da serraria, envolvido pela música do machado e da serra, foi o palco em que os Irmãos De Zorzi ensaiaram seus primeiros passos para um futuro cheio de aplausos.

Escala



No dia 1.º de julho de 1953, os irmãos Waldemar, Honorino e Olímpio fundaram a Madeireira De Zorzi.

Naquele tempo não havia mecanização. Quem quisesse vencer, tinha que pegar no pesado mesmo.

O pátio da serraria, envolvido pela música do machado e da serra, foi o palco em que os irmãos De Zorzi ensaiaram seus primeiros passos para um futuro cheio de aplausos e reconhecimento.

Hoje, 25 anos depois, a Madezorzi tem capital e reservas superiores a 320 milhões, é composta por 10 empresas, mantém um estoque florestal de 300 mil araucárias e se orgulha de ter reflorestado 45 milhões de árvores ao longo de sua história. Aliás, nas florestas da empresa existem alguns milhares de pinheiros com 23 anos de idade — o que significa que, antes do reflorestamento virar moda, a madeireira dos três irmãos descendentes de italianos já trocava com a natureza.

Tudo isso, graças a muito calo nas mãos. Graças a muito sereno na cabeça. Graças a muita topada em tocos soltos pelo meio do caminho.

E graças ao machado e à serra do Olímpio, do Honorino e do Waldemar.

madezorzi

25 ANOS DE NATUREZA

Sinais de vida no Paraguai

Por Hélio Teixeira

Pressões externas estão abalando a solidez do regime de Alfredo Stroessner, o mais antigo ditador da América Latina



Irmo Celso/Abril

Uma das primeiras fotos da Cadeia de Emboscada, um campo de concentração

Pois o Paraguai ameaça acordar de seu sono de 24 anos, conciliado sob a mão de ferro do regime presidido pelo general Alfredo Stroessner.

Os primeiros sintomas disso puderam ser comprovados na manhã do último 19 de junho, quando pequenos grupos de mulheres, homens e crianças foram se acercando do centenário Palácio Solano Lopez, desconcertando o formidável contingente de agentes de segurança que guarnece os jardins e corredores da sede do Poder Paraguaio.

As 50 pessoas apenas fizeram um pedido considerado **absurdo** pelos nervosos funcionários do palácio. Afinal, queriam tão somente conversar com o todo poderosos Stroessner e entregar-lhe uma carta em que, como familiares de presos políticos, pediam a liberdade de todos e informações sobre algumas dezenas de **desaparecidos.** E logo depois foram às embaixadas norte-americana e venezuelana, entregar cópias da carta.

Era o passo mais audacioso na escalada que ocorre entre setores contrários ao regime autoritário paraguaio, acuado por pressões externas e agora por reclamos cada vez mais intensos no campo interno.

Greves também!

Desde 11 de junho, por exemplo, o Governo Paraguaio vinha tentando trancar a sete chaves o que considerava ser segredo de Estado. A partir daquele dia, 16 presos políticos recolhidos à prisão de Emboscada, um lugarejo próximo a Assunção, iniciaram uma greve de fome.

Eles exigiam a liberdade de todos os presos políticos, uma declaração pública sobre o paradeiro das pessoas detidas e posteriormente desaparecidas e o imediato levantamento do estado de sítio em que vive o Paraguai desde 1954, quando Stroessner se instalou no Poder.

Essas manifestações não chegaram a ultrapassar algumas linhas dos jornais de Assunção, que foram ameaçados e acusados pelo subsecretário de Imprensa, Anibal Fernandez, de "tergiversar os fatos". Mesmo assim, a normalmente obediente Imprensa paraguaia rebelou-se e o vespertino *Última Hora* respondeu ao Governo com um azedo editorial.

E as alfinetadas ao regime passaram a ter novos adeptos. Um grupo de líderes sindicais, em carta aberta, mostrou solidariedade ao movimento grevista e os partidos políticos da consentida oposição Liberal Radical, Revolucionário, Febrerista e Democrata Cristão) esqueciam suas desavenças para pressionar o Governo. E formou-se a Frente Antiditatorial, como passou a ser conhecida este reunião das oposições.

Justiça Policial

Acostumados a sistemáticas ondas de repressão, todos ficaram surpresos com a parcimônia de Stroessner em enfrentar esses problemas. Sentiu-se, pela primeira vez, estar o regime paraguaio menos protegido e com pouco fôlego para suportar uma torrencial onda de protestos caso ensaiasse novas operações repressivas e arbitrárias.

Havia a coincidência de estar se realizando a VIII Assembléia Geral da OEA, quando o tema principal foram os direitos humanos. E nesse aspecto o Governo paraguaio é condenado, pois o relatório de 92 páginas feito pela Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, da OEA, indica claramente uma série de violações.

Mesmo proibida oficialmente de entrar no Paraguai, foi relativamente fácil à Comissão traçar um perfil das dificuldades existentes neste campo. Além de torturas, prisões arbitrárias, essas coisas conhecidas, o documento da OEA apresenta a *insuficiência jurídica* existente no País como o fator principal de violação dos direitos humanos.

Em geral, por exemplo, quando as pessoas chegam a ser processadas (há casos de anos, sem processo), têm juízos apenas formais e, na maioria dos casos, a simples declaração policial serve de base ao juiz para condenar.

Há o episódio de alguns intelectuais da revista *Criterio,* cumprindo atualmente de um a dois anos de prisão em Emboscada e no presídio de Tacumbu. No processo chegou-se ao ponto de a sentença dizer que "se a polícia agiu assim é porque alguma coisa há de verdade, senão a polícia não teria tomado qualquer medida".

Dedo de Carter

Agora, Stroessner, que está estreando seu sexto mandato consecutivo como Presidente da República, tem sido aconselhado a moderar seu aparato de segurança interna. E os conselhos vêm principalmente da embaixada norte-americana, onde se assenta o diplomata Robert White.

Para o Departamento de Estado, existem três áreas de ação sobre o regime paraguaio. A primeira é a solução dos problemas mais urgentes, como a liberação dos detidos por causas políticas. E a pressão aí é direta, através da própria embaixada e de entidades religiosas. Não foi à toa que Stroessner libertou mais de 200 presos políticos de Emboscada, onde restam ainda 22.

A normalização institucional e jurídica é a segunda etapa. Sugeriu-se ao Governo a eliminação da Lei 209, o AI-5 deles. Conhecida como "Lei de defesa da democracia", é capaz de levar alguém à prisão pela simples razão de pensar ou falar contra o regime.

Um primeiro passo neste sentido já foi aplicado, pois o Governo limitou o estado de sítio a Assunção e algumas regiões de fronteira. Mas nem isto vale muito, pois a polícia política costuma fazer prisões em áreas que não estão em estado de sítio. E, para se prevalecer do arbítrio, forçam o detido a "acompanhá-la" até Assunção.

Todos os dias a capital paraguaia é obrigada a adormecer à uma hora da manhã. Neste horário, todos os locais públicos devem cerrar suas portas. Comenta-se nos meios políticos paraguaios que tal decisão de Stroessner se deu em virtude de um relatório da polícia, mostrando existir 80 mil *drogaditos,* viciados em maconha e tóxicos, em Assunção. Então, para preservar a cidade que caminhava para a "corrupção moral", Stroessner baixou essa ordem e todos devem dormir mais cedo.

Grupo de amigos

A par desses problemas, o Presidente paraguaio sabe que deve preencher ainda algumas condições para continuar no poder com apoio norte-americano. Nelas se incluem mecanismo para tentar melhorar o padrão de vida da população, principalmente rural, e com isto dar estabilidade ao País sem necessidade de apelar para medidas repressivas constantes.

Isto, porém, parece remoto, já que teria de ser eliminada significativamente a corrupção administrativa generalizada, além do afastamento de pessoas comprovadamente participantes do tráfico de drogas e contrabando. O que é difícil, pois entre essas pessoas sabidamente encontram-se figuras do Governo.

Aliás, ninguém duvida que o regime instalado no Paraguai tem seu sustentáculo no chamado *grupo de amigos.* São, na verdade, cerca de 20 personagens que cultuam e se aproveitam das benesses do velho caudilho de 65 anos, que por sua vez consegue reger a orquestra com pequenas desafinações.

A base de tudo continua sendo o Partido Colorado, cuja filiação é praticamente uma obrigação de todo o paraguaio, sob pena de não conseguir cargos públicos, ser juiz ou militar, obter passaporte e bolsas de estudos no exterior e mesmo dar aulas em escolas. E juntamente com o partido existem os *pyragues*, cujo significado em Guarani é "pessoa que não faz barulho", ou mais simplesmente *dedo duro.*

Eles são a base do sistema de informações e repressão do regime. E através de confidências deles mesmos disseminam-se entre a população de Assunção as atividades paralelas dos assessores diretos de Stroessner, a começar pelo temido Pastor Coronel, chefe do Departamento de Investigações, a central de torturas. É apontado como o homem-chave no tráfico de drogas.

General e padre

Há comentários também sobre o general Andres Rodrigues, em cuja fazenda em Hernandarias, perto da fronteira com o Brasil, existiria uma pista de pouso para desova de cotrabando. Embora já afastado, o contra-almirante Hugo Gonzales tem uma vida de rei com os lucros ganhos no contrabando de armas. Sua versatilidade era tal que foi capaz de servir, ao mesmo tempo, aos montoneros argentinos e aos companheiros de Pinochet, no Chile.

Nesse grupo dos mais íntimos do ditador está o padre redentorista Ramon Mayams, que serviu de mediador entre o Ministério do Interior e os grevistas de Emboscada. Segundo depoimentos de presos e seus familiares, o redentorista "tentou utilizar-se de nossas mulheres para obter nossa liberação e em outros casos pediu dinheiro com o mesmo objetivo".

Não falta a Stroessner o devido sustentáculo militar. Aí o comandante do regimento de escolta da Presidência, general Guilhermo Clebsch, exerce papel fundamental, porque é a mais forte unidade do exército, inclusive com unidades blindadas. Clebsch tem cursos no Brasil, Estados Unidos e Panamá e é considerado o militar "mais dotado" do País.

Mas, ao lado da aparente solidez, já se ouvem vozes discordantes mesmo dentro do regime. Uma pequena safra de tecnocratas devidamente instruídos pelos norte-americanos tenta dinamizar a emperrada burocracia paraguaia, onde até para se exportar há obrigação de pagamento de *dividendos* aos controladores do Poder.

Numa recente reunião ministerial, os velhos companheiros de Stroessner foram sumariamente classificados de "múmias", por estarem impedindo a vinda de novos investimentos ao País. E exatamente neste ponto impera a maior dificuldade do regime paraguaio, porque atualmente a única renda líquida existente no País vem praticamente de Itaipu e não cai diretamente nos cofres do Governo, mas dos empresários envolvidos na construção da hidrelétrica.

O cotrabando ainda é o maior produto do País, mas tem-se como certa uma breve alteração das regras do jogo, comum superdimensionamento de taxas e impostos, o que fatalmente levaria o até agora pacato e nascente empresariado a se rebelar.

Do mesmo modo, os operários que atualmente recebem um salário mínimo de dois mil cruzeiros (14 mil guaranis), depois de passarem dois anos sem aumento salarial já começam a acreditar em seus sindicatos.

No meio estudantil também ocorrem inquietações e a pequena classe média paraguaia, diante do custo de vida, calculado segundo normas do Governo nem sempre reais, sente-se pressionada. Assim, a tendência do vizinho País já não identifica a de cinco anos atrás, quando "todos sabiam da corrupção do Governo, mas justificavam Stroessner por ter conseguido dar paz a um País sempre convulsionado. Agora é diferente", diz um veterano jornalista.

Essa alteração do quadro, com pressões externas cada vez maiores e o aparecimento de candentes aspirações internas poderia levar a uma abertura do regime. Ou como dizem seus opositores: "Será como Franco, na Espanha".



Escala

Pra indicar bem os caminhos daqui do sul, uma locadora de veículos tem que entender muito dessa terra.

A Auto Locadora Gaúcha é a maior e mais antiga empresa de locação do Brasil.
E é gaúcha.

BIBLIOTECA CENTRAL
ESTUDANTES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
D.C.E. - U.F.V.

AUTO LOCADORA GAÚCHA

O carro que você quiser, na hora que você quiser. Sempre.

Loja 1: Conceição, 364 - fones (PABX) 21-3333, 21-5555 e 24-5166 - Horário: 7 às 22h, inclusive domingos e feriados. Loja 2: Av. América, 211 - fones 22-4510 e 22-2121 Horário: 7 às 22h inclusive domingos e feriados. Loja Aeroporto: fones 42-4510 e 42-5363 Atendimento Permanente.

PAIS
ENVENE

Três especialist
um passeio gro
No roteiro, ma
campos com c
veneno, águas

As safras foram arrasad
de seis meses. A populaçã
comer peixe, dois meses d
fenômeno de contaminaçã
litoral, ainda não bem explic

São apenas dois fatos re
dicam que o Rio Grande do
motivos para ser, como se
onde vive a melhor consciê
do país e onede a defesa
feita por um qualificado e a
de combatentes.

Nós reunimos três home
so. Lair Ferreire, agrônmo, d
Departamento de Preserva
de Recursos Naturais Ren
cretaria da Agricultura. M
presidente da Sociedade
Brasileira e vice-presidente
Toxicologia, entidade priva
pesquisa. E José Lutzenberg
ecologista, o pioneiro da
ambiente no Brasil.

Aqui, um resumo do qu
com eles durante quase qua

A terra es
sendo
levada pa
os rios

COOJORNAL — Para com
pode expor, assim num qua
é a situação na sua área. Poc
pelo Ferreira...

FERREIRA — Eu sou mais l
preservação, às áreas de p
vas. Isso me obriga, entã
maneira global em term
florestal. A respeito disso,
que o estado, no início do
to, tinha 42% do seu territ
matas nativas e hoje tem
Começamos então com ma
milhões de hectares que c
território gaúcho. Em 196
florestas nativas já havia
badas. Restavam pouco m
hectares, que correspondi
superfície do estado. Dêpoi
tivemos um desflorestamen
485 mil hectares, ou seja m
metade do que existia. Entã
1,8%. Esse é o dado que se
mas ele é de 1973.

COOJORNAL — Qual seria
aproximadamente?

FERREIRA — Bem, vamo
seguinte: passaram-se cin
posição que se faz por refl
é muito mais do que conso
indústria de fumo no estad
nos para secar fumo,
queimam por ano algo
produzido em 12,5 mil hec

NOSSA SAGEM ENADA

as nos levam a testo.
as destruídas,
neiro de
poluídas, etc...

s por imaseca
o ainda receia
depois de um
das águas do
ado.
centes que in-
Sul tem fortes
diz, o estado
ncia ecológica
do ambiente é
guerrido grupo

ns ligados a is-
oordenador do
ção e Controle
váveis da Se-
ilton Guerra,
Entomológica
do Centro de
da dedicada a
r, agrônomo e
efesa do meio

e conversamos
ro horas.

tá

ra

eçar, cada um
dro geral, qual
emos começar

gado à área de
rques e reser-
a pensar de
de situação
que se ouve é
eu povoamen-
o coberto por
apenas 1,8%.
s ou menos 10
briam 42% do
, 91% dessas
m sido derru-
ais de 900 mil
m a 3,6% da
de 66 a 73 nós
o da ordem de
ais ou menos a
, ficamos com
usa ainda hoje,

o índice atual,

considerar o
o anos e a re-
estamento não
e a cada ano a
. Nos seus for-
s plantadores
quivalente ao
ares, de acordo

com dados do IBDF. Calcula-se, então, que o déficit, a diferença entre o que se repõe e o que se derruba é de 20 mil hectares por ano. De onde estão saindo estes 20 mil hectares? Estão saindo dos 1,8% computados em 73. Recentemente, ouvi falar que está para sair um trabalho do Governo que pretende dar uma avaliação real da coisa. Tenho certeza que o resultado vai deixar mesmo as pessoas mais otimistas estarrecidas.

COOJORNAL — Quer dizer que 20 mil hectares de florestas nativas são derrubadas no Rio Grande do Sul por ano?

FERREIRA — Isto assim, numa conta grosseira. Porque é preciso considerar que a reposição florestal, o reflosrestamento está sendo feito à base de projetos que se localizam no litoral, bem distante de onde é feito o grosso da devastação, que é onde se deu a expansão do monocultivo da soja. Aí, a vegetação nativa é que está pagando o grande preço. O resultado é que hoje já não se consegue lenha ou madeira para moirões em muitos locais. Tenente Portela, por exemplo, que é um município que tem 33 mil hectares de floresta, a maior reserva florestal do estado, muitos agricultores andam nas serrarias mendigando sobras de costaneiras, pontas de toras para fazer lenha. No resto, a situação não é diferente.

COOJORNAL — Este 1,8% de que se fala estaria reduzido a quanto?

FERREIRA — O que está restando a rigor no estado são algumas áreas reservadas, que no total não chegam a 40 mil hectares, mais um restinho de floresta ciliar em margem de rio ou nalgum socavão mas bem no fundo de alguma propriedade de agricultor de boa vontade. As reservas são: Tenente Portela com 17,5 mil hectares, Nonoai, que é um parque estadual com 17,5 mil hectares, mais 1,4 mil hectare da reserva do Espigão Alto, mais o Alegrete-Ibirapuitã com 350 hectares, mais a reserva do IBDF em Passo Fundo com 9 mil hectares. É isto, sendo que esta última ainda está no papel, é preciso botar dinheiro em cima para passar para o Governo. Então, se contarmos todas as áreas que restam, nós vamos ter um total que corresponde a 0,4% da área do estado. Para se ter uma idéia, a Alemanha tem quase 15% de sua área de parques, a Venezuela também tem uns 15%. Nós não chegamos a 0,5%. Depois, quando se tem seis meses de seca, todo o mundo se espanta...

COOJORNAL — Uma das conseqüências do desmatamento indiscriminado são os "desertos" que já pontilham várias Regiões do estado. Um grupo de técnicos do Departamento de Solos da Faculdade de Agronomia concluiu que o potencial de desertificação atinge um milhão de hectares. Que informações tens a respeito disso?

FERREIRA — Com o solo descoberto, se dá o que se chama erosão laminar, quer dizer há um desgaste daquela camada superior, da superfície do solo que acaba sendo levada pelas chuvas. É justamente a camada que produz. Se você viajar pelo estado, em meses de chuva, não vai encontrar rio com água limpa. O Rio da Várzea, que começa aqui em cima e deságua lá em Iraí, é sujo de ponta a ponta. O próprio Rio Uruguai, o maior rio do estado e que cruza uma região agrícola importante, sempre foi um rio limpo. Hoje têm uma água tão suja que você só tem uma idéia da sujeira olhando pelo lado da Argentina onde o Piquiri-Mirim entra no Uruguai. O Piquiri é um rio de água que você enxerga até 1 metro e meio ou mais abaixo da superfície. Quando ele entra no Uruguai parece água se misturando ao óleo. A água do Uruguai é grossa e barrenta, são toneladas de terra que as chuvas arrastam para o leito do rio e ele leva embora.

COOJORNAL — Esse mesmo grupo do Departamento de Solos constatou, num determinado dia em que fizeram uma coleta, que em cada metro cúbico de água do Uruguai havia 2,5kg de terra...

FERREIRA — Há uns três meses, ou nem tanto, o Ricardo Pinto Porto, técnico do Ministério da Agricultura escreveu um artigo revelando um dado semelhante: no Rio Jacuí, na barragem da usina do Passo Real, a entrada de terra diluída em água era na base de 1,8kg por metro cúbico de água.

Aquela fábrica branca, imensa, fantástica...

COOJORNAL — Lutzenberger, tu és o pioneiro da luta contra a devastação. Como vês a situação hoje?

LUTZENBERGER — Quando começamos em 71, pensamos que levaríamos 20 anos para conseguir alguma coisa. Hoje eu até fico surpreso com certas manifestações que indicam que já há uma consciência, uma preocupação que há alguns anos seria impossível de se imaginar. Os meios de comunicação não deixam passar um dia sem falar no assunto, até os políticos já estão fazendo demagogia com a ecologia. Quer dizer, a preocupação com o meio ambiente deixou de ser coisa de louco.

Acho, no entanto, que não é tanto por mérito daqueles que estão nesta luta. As pessoas estão sentido na carne e no osso o problema. O envenenamento da praia de Hermenegildo é apenas um exemplo. E o público levou um choque. Ou seja, a corrida suicida está cada dia mais acelerada. Os fatos desastrosos, conseqüência dessa loucura, estão aí, obrigando a gente a pensar mais.

COOJORNAL — Já há consciência, mas alguma coisa concreta está sendo feita para inverter esta corrida?

LUTZENBERGER — Nada realmente significativo está acontecendo no sentido de uma inversão nesse processo suicida. Ao contrário. Esses dias, por exemplo, alguém me trouxe a revista *Manchete*, um número recente, com aquela vista aérea de duas páginas do barco-fábrica de celulose do Ludwig entrando na Amazônia. (NR: Daniel Ludwig, milionário americano que implanta um gigantesco projeto agroindustrial na Amazônia). Uma imagem surrealista. Aquela imensa fábrica flutuante, branca, fanfasmagórica, e atrás a floresta compacta... Uma foto que merece ser emoldurada, como um exemplo assustador do que está acontecendo. E todo o comentário da revista favorável àquela coisa.

COOJORNAL — Às vezes, é matéria paga...

LUTZENBERGER — Pois é. Aqui no Rio Grande há outro exemplo. Estão fazendo, com todos os problemas e desastres dos pesticidas, duas fábricas novas de pesticidas no estado. Que eu saiba o esquema oficial nada está fazendo para o caminho alternativo. Está promovendo só este caminho que não é o único e não é o melhor. Sei que não podemos abandoná-lo de um momento para outro, mas deveríamos pelo menos estar preparando as alternativas. Uma dessas fábricas, inclusive, é da Fecotrigo, uma entidade de agricultores e que não era para estar ligada a multinacionais. Deveria estar promovendo os caminhos alternativos.

COOJORNAL — Sabes o que eles vão produzir nestas fábricas?

LUTZENBERGER — Não consegui saber nada ainda. Tenho notícias que essa da Fecotrigo nem alvará da Secretaria da Saúde tem. Já pedi para alguns deputados procurarem saber o que vão produzir, mas deu em nada. Sei que é algo parecido ao Treflan.

COOJORNAL — O que seria possível fazer, assim de imediato?

LUTZENBERGER — A curto prazo nós temos que voltar a reincorporar o máximo de matéria orgânica em nosso solo, se isso for possível até na grande monocultura. Nada impede e já está sendo feito por alguns que, na colheitadeira combinada exista um picador de palha e que após a colheita se reincorpore aquela palha em vez de queimar como fazem hoje. Isto já seria um passo, haveria menos erosão, maior retenção de água no solo, mais humus, mais saúde nas plantas. Nossos solos estão totalmente mineralizados, esqueléticos.

O fundamental porém é uma inversão no enfoque. Precisamos abandonar a política oficial que só promove os cultivos que são plantados para fazer dinheiro e não para ser comida. É por isso que nós temos hoje situações absurdas como a que eu vi em Santo Ângelo, de um colono que hoje viaja 50 quilômetros com o seu fusquinha para comprar ovos na cidade. E o pior: o ovo que ele compra vem de São Paulo.

O esquema oficial promove aquilo que é interessante para as multinacionais, que são as enxurradas de adubos, de preferência solúveis, depois os venenos necessários exatamente por causa disso. Nós já podemos fazer muita coisa para ter uma agricultura menos predatória, mas há todo um esquema que não deixa.

Em São Paulo tem um laboratório, o Mário Nogueira de Oliveira, que produz uns fermentos que permitem fazer um trabalho orgânico bastante bom. Em São Paulo, grandes plantações de café que estavam totalmente degradadas foram recuperadas em um ano com matéria orgânica e fermentos. Esse laboratório está fazendo sucesso fora do país, exportando seus fermentos. Aqui ele não consegue nem ser conhecido.

Uma avalanche: 2 milhões de toneladas de veneno

COOJORNAL — Professor Guerra, queremos que o senhor nos fale dos problemas ligados a inseticidas e pesticidas.

GUERRA — É muito difícil avaliar a situação real nesta área. No Brasil nós não dispomos de dados sobre envenenamentos, e não só de envenamento de ser humano, mas de animais e do ambiente também. Não existe estudo ou estatística. Então não se conhece o problema real.

E os motivos são, fundamentalmente, dois. O primeiro é o segredo que existe em relação aos casos de intoxicação. Os médicos, não sei bem por que, não informam a respeito. O segundo é a desinformação geral a respeito de toxicologia contemporânea. São raras as Universidades no mundo que tratam desse assunto. No Brasil, nós introduzimos no ano passado na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte e vem sendo dada alguma coisa na Faculdade de Medicina de São Paulo, mesmo assim não entrando muito em defensivos agrícolas.

No resto das faculdades todas ninguém toca em defensivos agrícolas. Quer dizer, existe um desconhecimento total da toxicologia de defensivos agrícolas e desses produtos novos, plásticos, detergentes, enfim todos esses produtos novos.

Talvez por estar muito mal-informada, a área médica evita entrar em contato com o problema. O nosso centro de estudos por exemplo, sente uma grande deficiência na área médica.

O pessoal geralmente não gosta de participar de reuniões, debates, Justamente por essa deficiência de informação.

Isso gera então uma grande dificuldade: a de se fazer um diagnóstico diferencial, visto que muitos sintomas de males causados por defensivos agrícolas confundem-se perfeitamente com outros sintomas: parada cardíaca, por exemplo. Pode haver uma parada cardíaca por acúmulo de potássio no coração que só vai se manifestar muito tempo depois.

COOJORNAL — O senhor poderia explicar melhor isso?

GUERRA — Foi feito recentemente um trabalho muito interessante na Europa. O potássio vai provocando um desequilíbrio eletrolítico e se acumula nos músculos esqueléticos. Então vêm aquelas dores lombares, aquela paralisia dos membros inferiores. E acumula-se também no miocárdio. A pessoa pode morrer algum tempo depois de uma parada cardíaca e o médico simplesmente atesta parada cardíaca. Mas não é só isso. Distúrbios na tiróide, e outros tantos sintomas muito ligados ao pulmão — pleurisias, pneumonias, esse negócio todo — podem ser causados por defensivos e o diagnóstico se fixar em outra causa.

COOJORNAL — Atualmente só se considera vítima desses venenos o sujeito que morre na hora.

GUERRA — É, nosso conceito de toxicologia também está muito atrasado, no mínimo uns 15 anos. Nós ainda estamos falando em toxicologia no conceito de dose média letal. Se matou é tóxico, se não matou não é tóxico. Não se toca num aspecto que é muito grave que são os males crônicos provocados por doses mínimas dessas substâncias.

Os clorados, por exemplo, em doses mínimas, ínfimas, provocam alterações nas células. Eles ocasionam por exemplo, mutação nas vacinas.

Quer dizer, eu vacino meu filho com todo o carinho depois dou uma fruta contaminada com DDT ou um outro clorado



ele modifica ou anula o efeito da vac

Mesmo uma dose mínima de uma substância dessas é suficiente para intervir lá na síntese das proteínas, na intimidade da célula. Num exemplo bem simples: o DNA, que nada mais é do que um livro de receitas que tem cada célula. Ali tem todas as formulazinhas para fazer todas as receitas da Revolução. Então chega um determinado organismo que quer comer determinado doce. Então pede uma receita e o DNA produz a receita.

Mas, no momento em que uma dessas substâncias como os clorados entra lá, altera toda aquela receita. Muda tudo, em vez de 20 ovos, entra uma colher de manteiga e assim por diante. A enzima que vai ser produzida será completamente diferente da natural. Então passa a provocar um distúrbio total na Bioquímica do organismo. Inclusive produz substâncias estranhas que o organismo não sabe o que fazer com elas e acaba guardando-as porque ele não foi planejado para eliminar aquela substância. Aquela estrutura então ocasiona células gigantescas, que são o câncer.

Portanto, quando a gente avalia a questão, porque este ano morreram dez agricultores ou morreu um só, está vendo apenas uma pequena parte. Quantos estão sob ação destas substâncias? Quantos estão aí sofrendo paralisia ou estão com o nervo ótico estourado?

Agora, por exemplo, lançaram um produto para o trigo que está sendo muito usado. Nós fizemos um experimento com ele. Em 50 dias as cobaias não tinham mais condições de se reproduzir, não tinham mais espermatozóides em 60 e o testículo já havia diminuído 80% do tamanho. O que significa isso para o gado que pasta na resteva do trigo?

COOJORNAL — Qual o nome desse remédio?

GUERRA — Nós não costumamos citar nomes. Mas eu pergunto: qual o efeito que um veneno desses tem sobre o próprio homem. Porque não se sabe quanto tempo o resíduo vai ficar no solo, não se tem informação nenhuma a respeito.

COOJORNAL — O senhor vê preocupação por parte das autoridades?

GUERRA — Não. Aliás, uma coisa que nos inquieta é o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas aprovado pelo Governo. É um programa para em três anos triplicar a nossa produção de defensivos. Aí tem dois aspectos perigosos: um quantitativo outro qualitativo. No primeiro caso, nós vamos aumentar de 80 mil para 210 mil toneladas a produção nacional de defensivos. Isso aí em termos de princípio ativo que em uns produtos representa 1% do volume, em outros 50%. Mas vamos admitir uma média de 10% do princípio ativo em relação ao volume total e veremos que para 210 mil toneladas de substâncias que são o princípio ativo de defensivos teremos um volume final de 2 milhões de tonelada (NR: normalmente o veneno é diluído em pó ou em água).

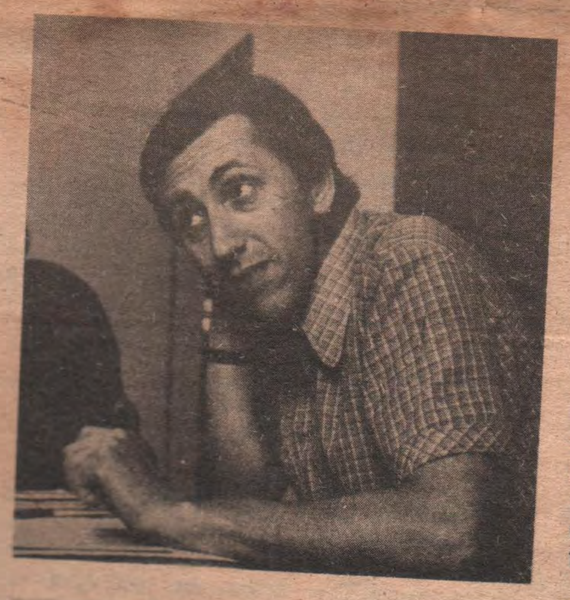
Num estudo feito no nosso último congresso, em Maceió, chegamos à conclusão que não haveria possibilidade nenhuma de aplicar esses defensivos pelos processos tradicionais normais. Só é possível através de avião. E, para aplicar essa quantidade através de avião, seriam necessários de 800 a mil aviões funcionando. Atualmente nós temos de 150 a 180 aviões trabalhando precariamente. Então como é que nós vamos resolver esse problema quando cair essa avalanche de defensivos aí em 1980, como está previsto?

A indústria pode resolver o problema do avião, mas e a mão-de-obra para levar esses aviões? Gente completamente incapacitada para aplicar. Então vai acontecer aquilo que o pessoal está fazendo: pega o avião e vai passando por cima de rios, de casas por cima de tudo. Um verdadeiro crime.

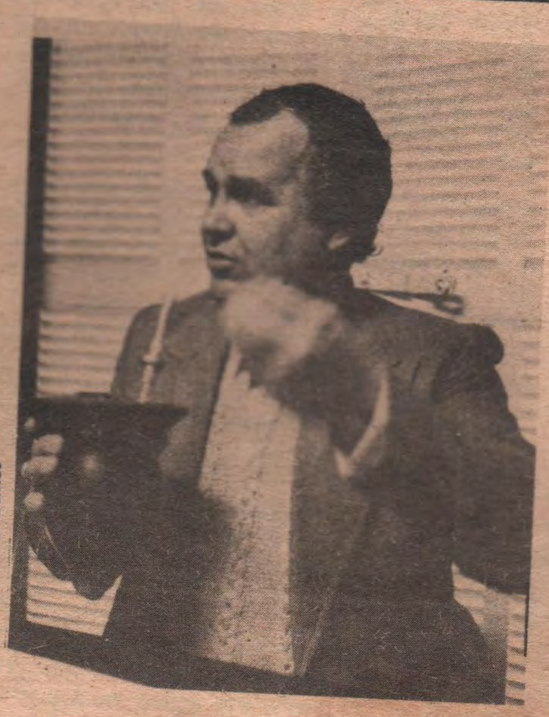
COOJORNAL — E o problema qualitativo?

GUERRA — Bem, aí é só ver a lista do que vamos fabricar: DDT, BHC... Quer dizer, todos eles altamente poluentes e perigosos. O argumento do pessoal do Ministério da Agricultura em nossos congressos é de que o produto é barato porque a patente é barata. Sabe por que a patente é barata? Porque não está sendo produzido nos outros países. Nós estamos trabalhando com o que os outros abandonaram.

Ferreira (ao lado): "É preciso assustar" Guerra (abaixo à direita): "Não há informações" Lutzenberg: "Não temos mais granjas e sim fábricas de frangos







Fotos de Maureci Santos

"Em São Paulo, morre um japonês por semana"

COOJORNAL — O Senhor tem aí uma tabela. O que é?

GUERRA — Essa tabela aqui nos diz o seguinte: que de 1967 a 1970 no estado de São Paulo, nas plantações de algodão onde se usa principalmente o Parathion, houve 329 pessoas doentes e 103 mortos. Mas é um dado parcial. Só nas plantações de tomateiro em São Paulo eu acho que morre um japonês por semana.

Parathion é violentíssimo. Caindo uma gota no olho da pessoa ela morre. Lembram aquele caso que houve lá em Londres há bem pouco tempo? A menina brincava no jardim, tropeçou, caiu e bateu com o braço numa pedra, uma escoriaçãozinha vagabunda. Poucas horas depois estava morta. Ninguém sabia por quê. Pesquisa dali, pesquisa daqui até que o jardineiro lembrou que tinha quebrado um vidro de Parathion naquela pedra e limpou, mas ficaram resíduos ali. É uma violência, cinco miligramas de Parathion mata uma pessoa.

Temos um outro produto querendo entrar aqui no estado que é 180 vezes mais tóxico que o arsênico. É o Carbofuram, um clorofosforado. Estão introduzindo muito na lavoura de arroz. É um crime o que fazem botando isso no arroz, onde as pessoas trabalham dentro d'água. Nós fizemos experimentos com esse produto usando frangos. Em nove meses o testículo do frango que deveria ser do tamanho de um ovo de pomba estava do tamanho de um grão de feijão. Duas novilhas que eu tinha também ficaram inutilizadas num teste que fiz.

COOJORNAL — Esse Carbofuram é inseticida ou herbicida?

GUERRA — Ele tem uma finalidade inseticida e nematicida. Está sendo muito usado em Santa Catarina. Em outros experimentos notou-se que ele atacava o nervo ótico, os bichos ficaram cegos.

Nós temos uma série de *slides* que é impressionante. Volta e meia quando chega aquela turma de toxicologista dos Estados Unidos eu mostro e pergunto o que vocês acham disso aqui? Deixo os caras falarem, eles são sempre ingênuos. Os remédios não fazem mal nenhum e coisa e tal. Aí a gente pega eles todos e começa a projetar *slides* e resultados de pesquisas e no fim eles se entregam: "Sabem que casualmente nós encontramos resultados semelhantes, mas isso é uma questão de formulação e tal...". Quer dizer, eles já sabiam do resultado.

COOJORNAL — Mas para entrar no País uma fórmula dessas não tem que passar por testes?

GUERRA — O registro desses produtos no Brasil tem que passar por uma completa mudança. Eles são registrados por uma comissão idônea, mas como existe muito pouca pesquisa toxicológica no País, eles têm que se basear nas informações dadas pelos próprios laboratórios que vão fazer o registro. Ora, se eu vou registrar um produto, mostro só o lado positivo.

COOJORNAL — Ninguém confere os dados que são fornecidos, nenhum órgão do Governo?

GUERRA — Você sabe quantos produtos são registrados anualmente no Ministério da Agricultura? Mais de mil e para dar opinião sobre eles existe uma comissão que se reúne uma vez por mês.

COOJORNAL — Mas não há no País como confirmar aqueles dados fornecidos pelos fabricantes?

GUERRA — Ninguém pode fazer isso. O Instituto Biológico não tem nem material para tal. É uma dificuldade tremenda de material. Eles fazem um teste rápido e pronto. Eu não quero desconfiar da honestidade dos técnicos, mas eles não têm condições para fazer as coisas.

COOJORNAL — Mas o Senhor, a sua equipe, tem condições de fazer uma análise melhor?

GUERRA — Não. Quando a gente consegue é fazer uma por ano e isso é nada. Nosso centro é particular, é uma sociedade científica com poucos recursos. Estamos sempre juntando dinheiro de um e de outro para comprar as coisas, inclusive ração para as cobaias. Conseguimos um coelho de presente com um criador, uma coisa ali, outra acolá e assim fomos montando nosso laboratório. Mas para fazer uma análise para ver, por exemplo, se um produto é cancerígeno, é preciso trabalhar com dois mil ratos no mínimo. Durante dois ou três anos. Mesmo assim nós não acreditamos muito em experiências feitas em laboratórios com ratos porque o rato é um animal que tem metabolismo muito rápido. Então ele difere muito do que poderia acontecer com a droga dentro do nosso organismo. Nós preferimos coelhos e até animais maiores como novilhas. Mas onde é que eu vou conseguir 20 novilhas para montar um experimento?

Quem mais pode fazer análises? O Adolfo Lutz em São Paulo só faz de resíduos em alimentos. Dá até pena, eles não têm dinheiro nem para os reagentes, que são essenciais para a análise de resíduos, e custam caríssimos e dependem de importação que não é permitida. Dá até pena ver que eles pegam aqueles solventes e redistilam aquilo 500 vezes para reaproveitar.

COOJORNAL — O senhor falou que é difícil avaliar a extensão dos males causados por defensivos. Mas há uma estatística mesmo precária, não?

GUERRA — O que se tem é o que a Imprensa publica. E isso é apenas uma parte. Os hospitais não divulgam, os médicos não divulgam ou por orientação ou porque nem sabem. E depois, quando um cara morre intoxicado por um produto, aí se registra. Mas e um camarada que morreu com câncer na tiróide, quem pode dizer que é causado por um defensivo com o qual o cara trabalhou há três anos? Ou uma senhora que fica sem condições de ter mais filhos, quem vai dizer que foi Carbaril ou algo semelhante?

Por falar nisso, vocês sabem que a erva-mate está com um índice de resíduos de defensivos elevadíssimos? E foi feita uma análise. Um grande banco, de grande importância no País...

COOJORNAL — O Banco do Brasil?

GUERRA — Ah, não sei. Um grande banco que dava mate como brinde. Mandou examinar o mate e acusou um índice muito acima do permitido pela Organização Mundial da Saúde. Sabem por quê? Porque com esse negócio da soja, o pessoal vai cortando tudo e vai deixando os pés de erva-mate no meio da lavoura. Depois vem a soja, passam os aviões com defensivos, aí tira a soja e vem o trigo. Passa o avião de novo e assim por diante. Como a erva-mate é perene, vai acumulando defensivo. Esse negócio foi tão cretino que eles mudaram a tolerância para acomodar o negócio. Quer dizer, se a tolerância máxima permitida era, digamos, oito e a erva-mate estava com nove, eles passaram a tolerância para dez.

COOJORNAL — E o que acontece com o solo que recebe camadas e camadas todo o ano desses venenos?

GUERRA — Vamos ver o que fazem com o Aldrin. Ele leva dez anos para degradar 90%. Quer dizer, no primeiro ano ele degrada apenas 10%. Então se hoje aplica um quilo, no ano que vem ainda tem 900 gramas no solo. Se tu aplicas mais um quilo, estás com um quilo e 900 gramas. No outro ano, mais um quilo, fica com 2 quilos e 800 gramas. Aí este solo deixou de ter condições e vais notar a vegetação amarelada, porque o Aldrin interfere no equilíbrio de sódio e potássio da flora, ele diminui as zonas de radicela, não há mais absorção. Isso vai criando um deserto.

Os problemas mais sérios, porém, são com os herbicidas. Na década de 80, eles vão dominar o mercado. Questão de mão-de-obra, economia e tal, a indústria vai estar toda voltada para o herbicida que será um alto negócio. Ora, se nós pouco sabemos da toxicologia dos velhos — DDT, BHC, fosforados e tais — imagina o herbicida que está entrando hoje e sendo registrado.

O herbicida é um fazedor de desertos. Nós já temos a experiência com as lavouras de arroz na Região de Santa Vitória do Palmar. Aqueles campos eram de primeira qualidade, pastagens excelentes. Hoje só temos umas gramíneas de péssima qualidade. Pasto duro. Depois desta etapa aí, vem a areia, tudo estará morto.

Mas há algo muito pior. Os herbicidas, quando são feitos, são testados nos laboratórios em condições ideais, então se degradam de determinada maneira. Mas o que acontece na realidade? Quando ele, o herbicida, é lançado no solo, aquela terra já recebeu uma carga de inseticida que matou uma série de organismos, mais um fungicida que acabou com a microflora

Então o solo não tem mais nada para desdobrar aquele herbicida. Então ele pode se transformar em outros metabólicos muito mais perigosos. Este é um problema que está sendo muito estudado ultimamente. Ainda estes dias recebi uma carta da Itália. Nos centros de estudos da Itália eles estão pesquisando isso. Os metabólicos vão dar no fim as anilinas e as anilinas são grupos que atingem a todos os órgãos: aparelho respiratório, aparelho circulatório, aparelho reprodutor, em tudo enfim.

COOJORNAL — O Senhor mencionou o exemplo de Santa Vitória...

GUERRA — Ainda ontem à noite recebi um telefonema de lá. Um advogado. Ele estava preocupadíssimo. Lá tem três ou quatro grandes produtores de arroz. Eles contrataram um advogado para acionar um processo contra uma firma vendedora de herbicida, um produto que eles usaram e diminuiu drasticamente a produção de arroz. Isso é comum, eles vendem sem se preocupar se o produto é ou não adequado para esta ou aquela finalidade. Recentemente houve um caso em São José do Norte, numa vasta área de cebola. Um prejuízo enorme. É conseqüência dessa corrida que está havendo de lançarem todos os dias produtos novos em quantidade e todo o mundo aplica sem orientação. Com isso há diminuição na produção e aumento nos custos, um contra-senso.

Governo não consegue proibir Agente Laranja

COOJORNAL — Pode-se fazer alguma relação entre a intensificação do uso dos venenos e o surgimento de novas pragas?

GUERRA — Há uns exemplos que nos vêm dos Estados Unidos que nos dizem muito bem a respeito disso. Lá, 30 anos depois que entraram naquela corrida maluca dos defensivos chegaram à conclusão que haviam aumentado doze vezes os prejuízos causados pelas pragas e doenças. Então ficaram apavorados e tomaram medidas drásticas e imediatas. Hoje estão lá nessa filosofia de cultura integrada e tudo. Isso é muito bem descrito naquele livro *Eu e a Terra*. Ele mostra que quanto mais fraco o solo, mais fraca a cultura, quanto mais fraca a cultura, mais pragas e doenças.

LUTZENBERGER — Para confirmar o que o professor está dizendo. Em meu orquidário lá em Torres — eu convido qualquer pessoa que quiser, ofereço 100 ou mil dólares por pulgão que acharem em cima das minhas plantas. Eu jamais usei um centímetro cúbico de veneno. Não tem praga, não tem fungo, não tem pulgão. Se alguém me trouxer um balde de pulgão, estou disposto a atirar em cima das minhas orquídeas e no dia seguinte elas estarão limpas.

COOJORNAL — Poderíamos enumerar as pragas novas que surgiram na soja nos últimos anos?

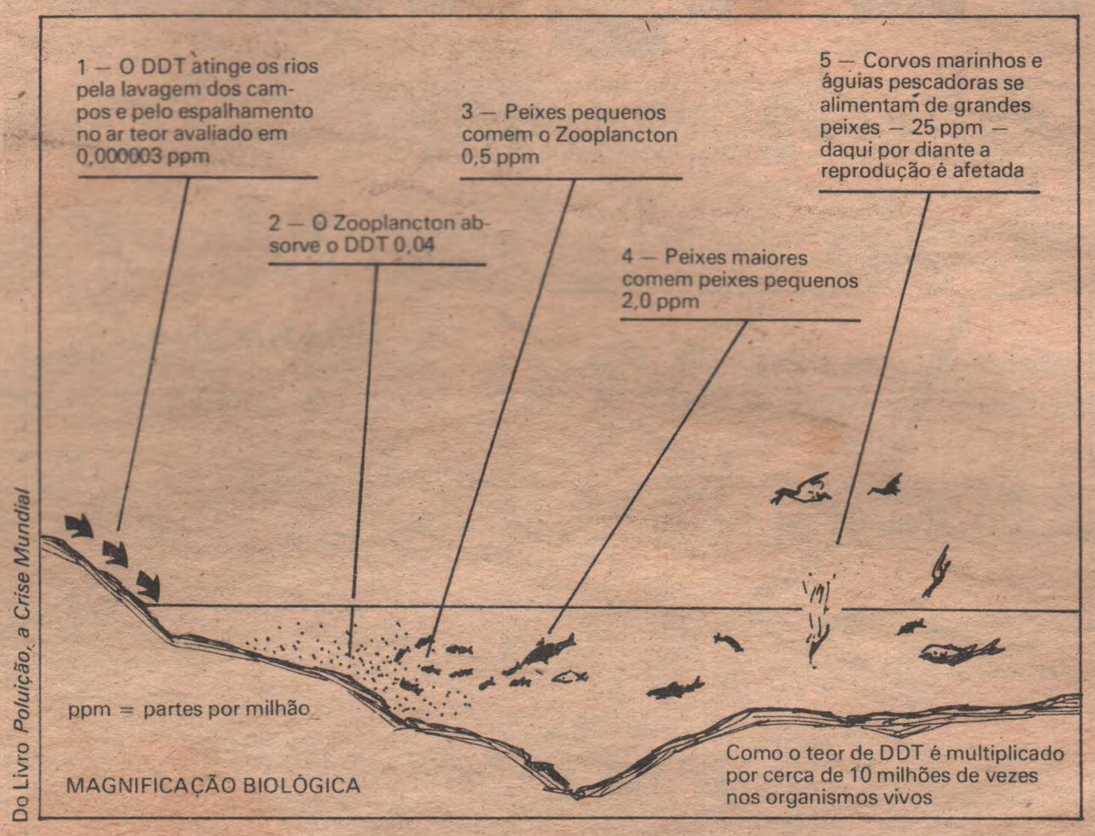
GUERRA — Assim à queima roupa... Bem, a soja é um exemplo clássico. Há cinco anos, a gente até dizia que era uma cultura excelente porque não tinha praga ou doença. A cada ano surgem mais pragas na soja. De outras culturas vai passando para a soja. Ela vai ocupando o lugar das outras culturas e herdando as pragas.

COOJORNAL — A cultura é extinta, mas a praga permanece, é isso?

GUERRA — Permanece. Ou se adapta, ou é atraída. É o caso da praga da alfafa, que passou para a soja. E assim há um grande número. Inclusive na soja armazenada, que até dois anos atrás não era atacada por nada, já tem duas ou três espécies de pragas que atacam o grão. Estão se acomodando lá. Dentro de pouco teremos um problema sério no armazenamento também.

COOJORNAL — Do ponto de vista técnico, há soluções razcáveis para pelo menos amenizar essa situação toda. Mas será que é possível vencer a pressão política e econômica que impõe esse modelo agrícola?

"As autoridades dizem que não se deve causar pânico. Mas, é de pânico que estamos precisando"



Do Livro *Poluição, a Crise Mundial*

GUERRA — Repare um detalhe. O pessoal está preocupado com essa corrida agroquímica. Mas o problema é que eles estão achando que nós precisamos produzir, precisamos aumentar a produtividade. E o que é que nós estamos constatando a cada dia que passa? Que a produtividade dentro dessa orientação está baixando. Olha o trigo baixando a produção, olha a soja baixando a produção, olha o custo da produção aumentando. Mesmo quando há um pequeno aumento da produtividade, será que está compensando o custo a mais? O pessoal não está fazendo esta conta. Há pouco fizemos um estudo com respeito ao trigo: para pagar o custo do tratamento da terra era preciso aumentar sete sacos por hectare. Sabe quanto aumentou? Seis sacos: quer dizer todo aquele custo, aquela trabalheira e ainda deu o prejuízo contábil de um saco por hectare, sem falar no prejuízo da degradação da terra.

COOJORNAL — Sim, mas o que se pergunta é se é possível fugir de todo um esquema montado neste sentido, de usar veneno e mais veneno?

GUERRA — Veja bem, nós estamos agora com a campanha pelo receituário agronômico. Que a venda de defensivos só seja feita mediante a receita de um agrônomo, um técnico que examina a terra e a lavoura indica o que realmente ela precisa. Aqui no estado a Secretaria da Agricultura está muito motivada, está apoiando totalmente. Mas no âmbito federal existe uma pressão muito grande contra. É fácil de compreender.

A tendência dos agrônomos é não receitar os produtos mais violentos. Então o que é que os caras vão fazer com aquela quantidade de BHC que estão produzindo lá? Vejam o caso da *Dow Chemical*, com a fábrica de 245 T em São Paulo. O Governo fomentou a instalação da fábrica, os caras gastaram milhões para montar a fábrica, mas na hora de vender queriam proibir o 245 T no Brasil. A turma grita que é um produto perigosíssimo, que duvidam que eles vão produzir o 245 T sem toxina. Mas e aí? Deixa ou não deixa? É uma tecnologia caríssima, então vai a toxina no meio, aquele tal *Agente Laranja*. O Governo fica sem condições de atender esses apelos, ele aprovou e até estimulou os caras a instalarem a fábrica. Assim contam-se inúmeros casos. E eles vão deixar montar fábrica de DDT, BHC e sei mais o quê. Veja o caso do BHC. A indústria se recusa a produzir o Lindanio, que é o BHC sem aqueles elementos mais prejudiciais. O Lindanio seria um produto aceitável mas sai caríssimo e eles não querem produzir. E não vão produzir. O Governo não tem força para obrigar.

Galinha come corante para pôr ovo amarelo

COOJORNAL — Só um detalhe, Lutz. Quando eles te levam lá na Polícia Federal, eles te enquadram como subversivo?

LUTZENBERGER — Não, a coisa não partiu da Polícia Federal. Foi uma denúncia feita por alguém, provavelmente pelo Secretário da Saúde, suponho eu. Mas não houve nada. Porque o que eu disse é comprovado e já tinha sido dito antes.

COOJORNAL — O Lutzenberger freqüentemente tem problemas com as autoridades e processos. E lá no Instituto também ocorre isso, professor Guerra?

GUERRA — Não, felizmente, até hoje não tivemos pressão de parte dos órgãos governamentais.

LUTZENBERGER — Eu também não diria que tenho problemas freqüentes, não. Foram muito raros e muito suaves, de modo que eu não sofri nada. Só perdi uma tarde conversando com os delegados e foi uma conversa muito amigável.

COOJORNAL — Bem, mas no caso do Centro é mais delicado. Porque ele lida com nomes de produtos ou fatos concretos envolvendo produtos. Isso não tem dado problemas?

GUERRA — Tem tido dificuldade principalmente por parte das firmas, que não gostam. Mas também nunca houve assim uma ameaça. Sempre procuram dizer que não é bem assim. Oferecem apoio, perguntam se o Centro está precisando de alguma coisa. Convidam para conhecer a Europa, ver o laboratório deles lá, essas conversas.

COOJORNAL — O senhor diz que o seu trabalho não é sistemático. Como é que imagina que seria aceito um trabalho sistemático de fiscalização desses defensivos? E nos Estados Unidos, como é que é feito? Eles simplesmente colocam no mercado um novo inseticida?

GUERRA — Não, o negócio lá é fogo, uma fiscalização violenta. E existe uma conscientização muito grande lá, uma influência política muito grande por parte dos protetores do ambiente.

COOJORNAL — O senhor falou que tem uma legislação andando de lá pra cá. O que seria isso?

GUERRA — A legislação sobre defensivos agrícolas já tem sido falada em dois congressos. Existe um projeto para disciplinar o uso de defensivos agrícolas no Brasil, no Congresso, há muito tempo.

COOJORNAL — Há quanto tempo?

GUERRA — Já faz tempo que se fala isso no Congresso, pelo menos toda a minha gestão, já vai para cinco anos.

COOJORNAL — E o que é que é justificado pelo fato dela não ter entrado ainda em jogo?

GUERRA — Problemas de implicações... Eu não sei qual é o fator limitante mesmo.

LUTZENBERGER — Eu gostaria de levantar outros aspectos. Nós falamos quase que só dos pesticidas como contribuindo para a contaminação toxicológica ambiental, mas existem outros campos que o público ainda não tem conhecimento. Os plásticos que nós usamos sem nenhuma preocupação e que consideramos uma coisa totalmente inócua. Eles contêm toda uma série de aditivos. A diferença entre os vários tipos de polietileno está nos aditivos. Um polietileno é mais elástico, outro menos. Um é mais duro, outro flexível etc... Por exemplo, o PCD pode aparecer que é uma substância da mesma família que o DDT. Ele é usado pela indústria com as finalidades mais diversas. É usado como aditivo na fabricação de plásticos, é usado como solvente nos próprios pesticidas. Às vezes, eu tenho um DDT 20%, mas ele está dissolvido num PCD 80%. Ele é usado como líquidos para aparelhagem hidráulica, por exemplo, guindastes, freios de carros, tudo isso vai para o ambiente depois...

GUERRA — Na borracha sintética, também. Uma travada larga um bocado de PCD na atmosfera.

LUTZENBERGER — Na Alemanha, está proibido plantar verduras ou qualquer planta para consumo, junto às autopistas. Porque o pó microscópico, que largam os pneus, contém cádmio. Então, verdura plantada na margem de estrada é verdura perigosa. E tem mais. Agora apareceu o PBD, onde o cloro é substituído pelo Bromo, substância usada para evitar incêndios, por exemplo. O Asbesto que estamos largando na atmosfera através dos revestimentos dos freios e debriadores de nossos carros. Asbesto nós sabemos que é cancerígeno. E assim temos, do lado industrial, uma farmacopéia ainda mais diabólica do que essa da agricultura. E as autoridades não estão preocupadas com isso.

GUERRA — E os aditivos que estão usando hoje na indústria de alimentos, nas compotas. Hoje, para comer uma geléia, é preciso ter muito peito. Eu sei porque dei assistência à fábricas de compotas. É tanto componente para dar odor, para dar cor, todos eles altamente perigosos para a saúde.

LUTZENBERGER — As galinhas que nós hoje comemos, as galinhas que vêm de fábrica. Eles dizem granja, mas aquilo é fábrica. Aquela ração leva, em primeiro lugar, antibióticos, leva hormônios, leva substâncias arsenicais que fazem crescer mais ligeiro; ela contém, isso para que a galinha seja mais facilmente comercializável e transportável, toda uma série de aditivos, desde os flavorizantes e aromatizantes. Estão colocando vermicida — já não é mais nem vermífugo — dentro da ração. Não querem saber se a galinha tem ou não vermes. A galinha poedeira, para que ela possa realmente produzir aqueles 320, 330 ovos por ano, é alimentada com uma ração tão desequilibrada que aquele ovo que ela põe teria uma gema quase branca, transparente. Então ela leva um corante na ração também para que a gema seja bem amarelinha. Aquele amarelo que eles dizem que não levou corante na padaria, já levou corante no ovo, na ração. De modo que não tem mais onde se escapar. É um mundo realmente louco, absurdo. O público precisa saber o que está sendo feito, como ele está sendo transformado em cobaia para experiências cujo resultado ninguém conhece. Nós não podemos aceitar o posicionamento oficial que diz: "por Deus, não deve haver pânico, não deve haver choque". Ora, nós precisamos é exatamente de pânico, porque se não houver pânico não vai acontecer nada.

Operação Araguaia

Há guerrilha no interior do Pará? No último trimestre de 1972, esta foi uma pergunta que circulou por todo o país. A imprensa sob censura não pôde esclarecer nada — saiu uma única reportagem em O Estado de S. Paulo. **Nos anos seguintes foram aparecendo informações esparsas. Oficialmente ainda não se fala:**

— Foi o maior movimento de tropas do Exército, semelhante à mobilização da FEB (Força Expedicionária Brasileira, na Segunda Guerra, que foi lutar na Itália).

Há dois meses, no Rio de Janeiro, um oficial que participou da Operação no Pará usou esta frase para começar e encerrar a conversa com o repórter de uma revista de São Paulo. Em março de 75, ao encaminhar sua primeira mensagem ao Congresso Nacional, dizendo que "passaram a ser relativamente menores os imperativos do fator segurança", o presidente Ernesto Geisel mencionou a guerrilha do Araguaia, talvez a única menção oficial:

— É que o terrorismo foi dominado e contido (...). As tentativas de organizações de bases de guerrilheiros no interior desprotegido e distante, inicialmente em Caparaó, Oeste do Paraná, Vale da Ribeira e depois em Xambioá-Marabá, no Norte de Goiás e Sudeste do Pará, completamente reduzidas...".

Há processos na Justiça Militar, há participantes da guerrilha vivos e há testemunhas desta Operação que uma ex-guerrilheira diz ter durado dois anos. Os repórteres Palmério Dória de Vasconcelos, Sérgio Buarque e Vicent Carelli reconstituíram os fatos desde o começo, no já distante ano de 1967.

DEZ ANOS PARA PREPARAR CAMINHO

Era antigo o interesse estratégico sobre a Região. Já em dezembro de 1970, antes da Transamazônica, quando havia só duas estradas de penetração — a Belém—Brasília e a PA-70 — houve ali a Operação Carajás, o maior exercício feito até então pelas forças militares: cinco mil soldados, de vários pontos do país, com coberturta aérea, contra 80 guerrilheiros "de mentira" emboscados na selva.

A manobra durou cinco dias, os soldados vasculharam uma área de 100 quilômetros quadrados, os "guerrilheiros" se renderam e houve festa de encerramento, com desfiles de tropa em Marabá. Nessa festa, o comandante militar da Amazônia, general José Nogueira Paes, fez apelo para a integração do povo com as Forças Armadas "num verdadeiro compromisso com a Segurança Nacional", segundo conta a revista *O Cruzeiro*.

O fato é que guerrilheiros "de verdade" chegaram lá a partir do Dia de Natal de 1967, de "motor" pelos Rios Tocantis e Araguaia, depois de pegar a Belém—Brasília, ainda uma estrada de terra batida, vez por outra interditada pelas chuvas. Foram se estabelecendo, uns como vendedores ambulantes — que na Região são chamados *marreteiros* — outros compraram direito de posse no mato, outros montaram farmácia em lugarejos. Eram mais ou menos 10, preparando caminho para os que chegariam em 1970 e 71.

Assim foram conhecendo tudo. Andavam pelo Sudeste do Maranhão, Norte de Goiás, Norte do Pará. Mas se plantaram mesmo no Sul e Sudeste do Pará, Região rica em vários sentidos — lá foi descoberta a maior reserva de minério do mundo, a de Carajás, quase ao mesmo tempo em que os primeiros chegavam. É rica em castanha-do-pará, exportada para a Europa. Bonita, é uma boa parte atravessada pelo Rio Araguaia.

Foi ali que, desde 1966, mas principalmente depois de 1970, se concentraram as grandes empresas agropecuárias financiadas pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Geralmente em terra ocupada pelos lavradores, que entraram antes pelas picadas — não havia estradas, a Belém—Brasília passava longe. Só em 70 é que surgem as rodovias, a maior delas a Transamazônica. A maioria das terras era devoluta (pública), havia poucos conflitos entre posseiros e proprietários. Os primeiros a chegar já eram conhecidos na cidade, alguns com antiga militância política:

Ângelo Arroyo — Operário metalúrgico no Bairro Italiano do Brás, em São Paulo. Participou da grande greve de São Paulo em 1953 e do movimento de Formoso, uma revolta de camponeses dessa cidade de Goiás contra grileiros e a PM, em 1956.

Maurício Grabois — Deputado pelo partido Comunista do Brasil, na Constituinte de 1946. Na Câmara foi líder da bancada do PC.

Elza Monnerat — Funcionária pública no Rio, velha militante do PC do B.

Paulo Rodrigues — Dele, sabe-se pouca coisa. Era gaúcho.

João Carlos Hass Sobrinho — Gaúcho, médico, ex-presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina da Universidade Federal e da União Estadual dos Estudantes do RS. Antes de chegar à Região, morou em Porto Franco, Goiás. Construiu um hospital com o apoio da população e das autoridades municipais.

Osvaldo Orlando Costa — Quase dois metros de altura, sapatos nº 48. Oficial da reserva — fez o antigo CPOR, no Rio — engenheiro. Jogador de basquete do Botafogo do Rio.

Paulo Rodrigues — Viveu como vendedor ambulante e depois comprou uma posse no município de São Geraldo do Araguaia. Ângelo, Elza e João Carlos foram trabalhar como camponeses. Osvaldo virou garimpeiro e mariscador (caçador de pelss). Também trabalhava a terra.



No mapa, os pontos da ação do Exército e da guerrilha

EMBRIÃO DE UM EXÉRCITO POPULAR

O que os levou para lá?

Segundo os processos que mais tarde seriam peças na Justiça Militar, foram "organizar os camponeses visando incorporá-los no processo de transformação social brasileira". Através de pequenos grupos, se pretendia formar "o embrião de um exército popular para tomar o Poder pela luta armada".

E por que se instalaram na margem esquerda do Rio Araguaia?

Ali é confluência de uma Região de selva e outra bem-habitada — para os padrões amazônicos — longe dos principais centros militares. Área pouco policiada. Além de pequenos destacamentos das PMs estaduais, havia apenas um Tiro de Guerra do Exército, em Marabá, a maior cidade da Região. A população andava normalmente armada, comprava armas com facilidade. Havia grande movimento de garimpeiros e castanheiros. Vinha gente de todos os estados.

Osvaldo ficou o mais conhecido de todos. O **Osvaldão** era o que mais circulava. É uma lenda. Tornou-se padrinho de crianças em vários lugares, se dava com políticos, caçava com a população. Bom atirador, também se fala na Região que tinha muita força: "Carregava um saco de 60 quilos num ombro, outro de 60 quilos noutro ombro". Acabou se fixando como lavrador entre a Serra das Andorinhas e a Serra dos Carajás, numa localidade de Gameleira, município de São João do Araguaia.

Comprou um direito de posse por Cr$ 50,00 em 1970. A posse de Osvaldão seria mais tarde a sede de um **destacamento** formado por 21 pessoas, dividido em três grupos de sete. Havia três no Araguaia: o de Osvaldão, na Gameleira; outro em Apinajés, perto de Marabá; eo último em Caiano, perto de São Geraldo, em frente a Xambioá.

O destacamento era formado aos poucos. O da Gameleira começou com Osvaldão e um velhinho. Depois chegou José Genuíno Neto, 24 anos, filho de lavrador, ex-presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará, membro da diretoria da União Nacional de Estudantes (UNE) de 69 a 70. Já tinha sido processado duas vezes, uma delas por ter participado do 30º Congresso da UNE em Ibiúna, São Paulo. Mais tarde, diria na Justiça Militar que foi para lá saindo de São Paulo. Viajou de ônibus até Imperatriz, no Maranhão, e depois pegou um barco — uma viagem de cinco dias até Gameleira.

Genuíno tornou-se *Geraldo*, lavrador, sócio de Osvaldão na posse de terra e "sobrinho" de um velho de 60 anos, cabelos já brancos, baixinho, que trabalhava firme na terra. Mais tarde, Genuíno saberia que o velhinho era o ex-deputado João Amazonas de Souza Pedrosa, um dos constituintes pelo PC em 1946 e considerado até hoje um dos dirigentes do partido.

IAM À MACUMBA, BATIZAVAM CRIANÇA

De dia, o novato trabalhava na roça, cortava madeira, melhorava a casa. De noite, ouvia dos mais antigos explicações sobre os costumes do lugar, o modo de vida dos lavradores, os termos usados na Região. Aprendia o que era *juquira* (trabalho na roça), *terecô* (a macumba local). Recomendação importante: ouvir muito e falar pouco. Todos pegaram malária. Para uns a vida não era fácil.

As noites na casa de taipa também eram preenchidas com o som de modesto rádio *Companheiro*: BBC de Londres, Tirana, A Voz da América, Rádio Havana — emissoras comumente ouvidas na Região. Para notícias mais detalhadas do Brasil, ouviam a Rádio Bandeirantes, de São Paulo. Osvaldão, já enraizado na Gameleira, levava o novato para conhecer os vizinhos.

O destacamento ia crescendo. Chegou Antônio Ribas, o *Ferreira*, paulista, ex-presidente da União Estadual dos Estudantes Secundaristas. Ferreira foi ser castanheiro, a 18 quilômetros da posse de Osvaldão. Depois foram chegando, de 70 a 71, Flávio, Amauri, Sueli, Maria Dina, João, Lourival e outros. Na metade de 71, o destacamento estava quase completo. A média era de 27 anos. Estavam em quatro casas diferentes, num raio de mais ou menos 60 quilômetros. Nessa área havia umas 200 casas. A cidade mais próxima era Xambioá, com uns três mil habitantes.

Todos começaram como Genuíno, na roça. Como ele, se integraram. Iam no terecô, nas novenas religiosas, caçavam com a população, eram convidados para batizar crianças, ajudavam nos mutirões. Iam conhecendo bem a Região. A população via todos como iguais. Não conhecia suas atividades anteriores.

A partir desse momento o destacamento começa a sua organização militar, ao mesmo tempo que elabora um programa de 27 pontos, com reivindicações da população. Garantia de terra para os lavradores, melhores condições de trabalho na coleta de castanha, nas madeireiras e nas fazendas que estavam implantando-se, contra a perseguição da PM e dos batepaus, liberdade de culto (os terecôs eram perseguidos), contra os estrangeiros que estavam se instalando na Amazônia, contra os impostos, defesa do pequeno comerciante (os preços eram bem mais altos no mato), falava nos direitos da mulher e defendia a terra dos índios.

O último ponto do programa conclamava os lavradores a "mostrar sua força", a resistir na terra em vez de ficar pulando de uma para outra — a maior parte dessa gente já vinha de outras regiões, principalmente do Nordeste. Os itens do programa eram assuntos corriqueiros na

Região. Nas conversas nas casas, nos botecos, nas festas, nos *adjuntos* (mutirões). Não havia, portanto, problema em divulgá-lo.

E, junto com o trabalho de roça, começaram os treinos militares. O dia começava às seis. Duas horas de ginástica feita pelos moradores de cada casa, caminhada na selva só com sal e arma para treinar orientação e sobrevivência, conhecer a topografia, a vegetação — feito geralmente no inverno, época de pouca gente na selva. Vieram os treinamentos de fuga, emboscada, assalto. E foram se tornando comuns exercícios prolongados na mata, de cinco a oito dias — no começo quase todos se perdiam. Saíam com 20 quilos nas costas — rede, plásticos, sal, farinha, remédios, munição, espingarda, cartucheira — armas comuns na Região. Em casa se discutia teoria da guerra. Além dos clássicos marxistas, Visconde de Taunay — *Retirada de Laguna* — Euclides da Cunha — *Os Sertões*. O programa e o tipo de treinamento eram os mesmos para os outros dois destacamentos.

EM ABRIL, CHEGOU O EXÉRCITO

A Região já está bem mudada. Em junho de 1970, o Governo Federal lançou o Programa de Integração Nacional, cujas pilastras eram o Rodovia Transamazônica, atravessando parte da área onde estavam os futuros guerrilheiros e o plano de "colonização da Amazônia com um milhão de famílias". A Amazônia virou vedete da Imprensa. Só se falava na nova estrada e no novo País que ela ia significar para os "homens sem terra" do Nordeste. Multiplicam-se as grandes fazendas de gado financiadas pela Sudam.

A vida da população do Araguaia mudou da noite para o dia — a posse da terra passou a ser um problema mais grave: além dos grandes projetos, chegam mais lavradores. O Governo reservou para si uma faixa de 100 quilômetros de cada lado das estradas federais da Amazônia, colocando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para administrá-la.

Abril de 1972. Chega o Exército na região do Araguaia — dois anos depois da Operação Carajás. Pequenos grupos, em trajes civis, instalaram-se em Marabá e Xambioá, e aos poucos foram entrando na mata. Os futuros guerrilheiros perceberam com antecedência e embrenharam-se na mata. Segundo depoimentos prestados na Justiça Militar, os guerrilheiros se diziam perseguidos aos seus conhecidos, mas não iriam se deixar prender. Resistiram na Região. Ia começar a guerrilha no Araguaia. Vão chegando tropas. Começam a entrar na mata. Procuram suspeitos, chegam às antigas casas dos guerrilheiros: já estavam vazias, algumas destruídas. Fazem prisões.

— Xambioá é, hoje, uma grande praça de guerra onde caminhões jipes, oficiais e soldados circulam fortemente armados por suas ruas de terra, suas casas de taipa e sob sol escaldante.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, a 24 de setembro de 1972, seis meses após o início da Operação, publica era reportagem, a única feita na Imprensa até hoje sobre a guerrilha no Araguaia. O título: **Xambioá: guerrilha e atraso.** Trechos da reportagtem:

— Enquanto as forças conjugadas do Exército, Marinha e Aeronáutica somam, nas selvas da margem esquerda do Araguaia, cerca de cinco mil homens na caça de guerrilheiros, o Exército iniciou ontem, em Xambioá e Araguatins, em Goiás, à margem direita do Rio e no extremo Norte do estado, a Ação Cívico Social (Aciso) visando levar assistência à população da área. O Exército transportou até a Região 2,5 toneladas de medicamentos para combate à lepra, leishemaniose, malária, tuberculose, paralisia infantil e quase toda sorte de endemias encontradas na área.

— Xambioá é um município com 10 mil habitantes, dos quais apenas três mil se localizam no setor urbano. Apesar de manter tropas na Região desde maio, o Exército não influi nas disputas políticas (...). Em Araguaiana, distante 150 quilômetros de Xambioá, à margem da Belém Brasília, um vereador comentou: "Deus que me perdoe, mas a presença de terroristas por aqui até que foi uma bênção porque chamou a atenção das autoridades para a Região".



Vincent Carelli

Areni, o índio que serviu de batedor do Exército: "A gente ouvia o tátátáá..."

O CIVIL É QUEM MAIS SOFRE

— Esse mesmo político reproduz, como ilustração, o diálogo que ocorreu há dois meses, entre o comandante da 3ª Brigada de Infantaria, general Antônio Bandeira, e o engenheiro-chefe do Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás:

— Engenheiro, eu preciso de uma rodovia de 30 quilômetros, pronta dentro de dois meses, ligando Araguaiana a Araguanã.

— O engenheiro, profissional muito respeitado no estado, procurou mostrar a impossibilidade de realizar a obra em tão pouco tempo:

— O senhor não me entendeu direito *— insistiu o general.* **A obra tem que ficar pronta em dois meses porque vou passar por ela com minhas tropas. Os problemas a resolver são seus.**

— E no início de setembro, quando as chuvas voltaram a cair e a engrossar o caudal dos rios, o comandante cruzava a mata na boléia de um caminhão do Exército.

— A guerrilha já deixou mortos e feridos entre os militares, mas a expressão "guerrilheiros" não é empregada. Os militares usam o termo "terroristas", afastando, dessa forma, qualquer conotação aventureira ou romântica. Há nos acampamentos muitos oficiais de informações, inclusive do Cenimar, que interrogam os prisioneiros. Esses foram reunidos num enorme buraco cavado na terra e coberto por uma rede de arame farpado. Acima do buraco, três soldados mantêm guarda permanentemente.

— Não há um número preciso que defina os efetivos dos guerrilheiros. Alguns militares chegam a estimá-los em 30, ao todo. Toda a operação está sendo conduzida, pessoalmente, pelo general Viana Moog, comandante militar do Planalto. Ele se afastou da Região temporariamente na quinta-feira, para receber, em Goiânia, o Presidente da República. Ficou comandando as tropas o general Antônio Bandeira.

— Segundo o Prefeito de Xambioá, o Exército mantém, desde maio, cerca de 200 homens no acampamento. Esse número se elevou a partir da semana passada para cinco mil, distribuídos entre Araguatins, Araguanã e São Geraldo. É porque, decidido a acabar de vez com a ação terrorista na Região, o Exército resolveu "varrer" toda a margem esquerda do Rio Araguaia e penetrar na selva até então "santuário" dos guerrilheiros.

— Vi muitas guerras quando era menino... a de 40 a 45. O civil é quem mais sofre.

Quem está falando é o padre Humberto, da Prelazia de Marabá. Francês de Bretanha, 40 anos, formado em Filosofia, morou na Palestina no "tempo da guerra". Palestina, no município de São João do Araguaia, é onde moraram dois guerrilheiros até 1970 — Ciro Flávio de Oliveira Salazar, ex-estudante de Arquitetura no Rio de Janeiro, e *Amauri*, ex-bancário em Minas Gerais. Os dois montaram uma farmácia no lugarejo.

Padre Humberto chegou em 1973 a Palestina, não conheceu nenhum guerrilheiro mas foi confundido com um dos chefes da guerrilha, *Paulo Rodrigues:* um soldado viu a foto do guerrilheiro, magro como o padre e achou que tinha feito uma descoberta. O bispo de Marabá, Dom Alano Pena, teve que apresentar o padre Humberto às autoridades, para tirar as dúvidas.

— É, nessas guerras os nervos ficam muito excitados.

EXÉRCITO, MARINHA E AERONÁUTICA

A Região era toda policiada. Padre Humberto conta que, de Marabá a Palestina, pela Transamazônica havia cinco barreiras. Cinco vezes os passageiros tinham que pular do ônibus, mostrar documentos — que os soldados conferiam com uma lista — e abrir a mala.

— E a estrada só tinha 120 quilômetros. Para circular na mata, na Região do Araguaia, só com salvo-conduto do Exército — os próprios soldados tinham que entrar com uma plaqueta. Em Marabá havia 200 presos entre outubro, novembro e ▶

sõpropaganda

1120

VOZ ATIVA

Rádio Continental/Breve: 50 kilowatts

ONDA MEDIA | 540 | 600 | 700 | 850 | 1400 | 1600 | KHz

ORTA 3 | 1.6 | 1.8 | 2.1 | 2.5 | 120M | 4.7 | MHz

60M | 49M | 41M | 31M

2 | 5 | 6 | 7 | 10 | MHz

25M | 19M | 13M

TA 1 | 11 | 12 | 14 | 16 | 20 | 22 | MHz



BIBLIOTECA CENTRAL ESTUDANTES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
D.C.E. - U.F.V.

dezembro de 73. O bispo teve que ir várias vezes a Brasília para interceder.

Segundo depoimentos da Justiça Militar, foram mobilizados 20 mil soldados nas seguintes unidades: Batalhão de Guarda Presidencial, 8º Grupo de Artilharia Antiaérea, Regimento de Cavalaria de Guarda, Polícia do Exército de Brasília, 10º Batalhão de Caçadores de Goiânia, 6º Batalhão de Caçadores de Ipameri, 36º Batalhão de Infantaria de Uberlândia, além do Comando Militar da Amazônia e da 12ª Região Militar, principalmente os 1º e 2º Batalhão de Infantaria de Selva. Da Aeronáutica encontravam-se as unidades da 1ª Zona Aérea, de Belém, da 6ª Zona Aérea, de Brasília, e da 3ª Zona Aérea, do Rio de Janeiro. Da Marinha, uma tropa do Grupamento dos Fuzileiros Navais de Brasília. Há ainda funcionários da Polícia Federal. Nas frentes de combate se destacam os soldados da Brigada Aeroterrestre e do Cosac — Centro de Operações de Salva e Ação de Comando. Estão estacionados permanentemente em Xambioá dois aparelhos Búfalos, um Catalina, três helicópteros e dois C-47. Noite e dia sobe e desce a cada 10 minutos um aparelho.

Um dos primeiros presos seria José Genuíno Neto, o ex-presidente do DCE do Ceará, que vivia como camponês na Gameleira. Genuíno seria condenado a cinco anos de prisão. Em março de 75, escreveu uma carta-defesa, anexada ao processo da Justiça Militar, contando, entre outras coisas, que na prisão viu chegarem os corpos de alguns guerrilheiros. Gerson Gurjão Farias, seu ex-companheiro na diretoria do DCE... Kleber Gomes, um sociólogo carioca que vivia em Caiano... Maria Lúcia Petit, ex-estudante no Rio... O lavrador Lourival Paulino, morador na Região. Também viu chegar preso o ex-estudante cearense, ali vivendo como camponês, Dower Moraes Cavalcanti.

Elza Monnerat, que viveu em Apinajés, diria num depoimento na Justiça Militar de São Paulo, em abril do ano passado, que o movimento era dirigido pelas "Forças Guerrilheiras do Araguaia", aparentemente dirigidas por uma comissão militar composta por Maurício Grabois, Ângelo Arroyo e João Carlos Haas Sobrinho. "Após o início da guerrilha", ainda segundo Elza Monnerat, "os guerrilheiros criaram a 'União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo' (ULDP), que lançou um programa que se denominou 'Em Defesa do Povo Pobre'. Também criaram um jornal — o *Araguaia*".

— A luta durou mais de dois anos, desde o dia 12 de abril de 1972 até meados de 1974, mais ou menos. O Exército realizou, até o final de 1973, três campanhas de cerco e aniquilamento contra os guerrilheiros, nelas empregando cerca de 25 mil homens. Se não fosse o apoio da população, com sua participação na luta, uma guerrilha não teria resistido tanto tempo (...). No Dia de Natal de 1973, foi cercado e bombardeado o local da mata onde se encontravam Maurício Grabois e outros guerrilheiros. Depois que fui presa, disseram-me que naquele local e naquele dia haviam sido mortos mais de 20 pessoas...

Desses combates, corriam histórias entre a população. Uma delas, referida pelo *O Estado de S. Paulo*, diz que uma certa Dina foi "a mulher que mais se notabilizou no grupo, pela liderança que chegou a exercer em São Geraldo e Xambioá". Seu nome correto: Maria Dina da Conceição, geóloga no Rio de Janeiro, uma mulher de personalidade tão forte que em São Geraldo chamavam seu marido, também geólogo, de Antônio da Dina. Padre Humberto diz que antes ela fora professora em São Geraldo e atirava muito bem, "mas não devia ser muito velha — imagino uma mulher de uns 30 anos".



Genuíno, um dos primeiros presos

— Ela foi pegada lá em Marabá. Morreu.

Quem fala agora são os índios Suruí. Eles foram contratados como batedores pelo Exército para ajudar no combate aos guerrilheiros. "Tem que acabar com esse terrorista, ele quer tomar o Brasil. Esse terrorista não presta", diziam os soldados aos índios. Os Suruí iam na frente. Quando ouviam barulho, avisavam os soldados e passavam para trás. Hoje, os índios vivem num aldeia de 64 pessoas, perto da estrada que o general Bandeira mandou construir em 60 dias. Os Suruí contam o fim da guerrilha:

— A gente escutava aqui na aldeia o barulho — tá-tátátá-trrrrrr. Terrorista morava assim embaixo do cipozal, tinha barraquinha. Areni (um índio) encontrou eles e passou para trás. Terrorista mandou uma brasa: trrrrrrrrrrr. Soldado agora veio com tudo. E terrorista já tava de calção velho, tudo rasgado. Não tinha cartucho, farinha, sal, não tinha quem desse pra eles. Tavam picado de mosquito, cheio de ferida. Não tem fogo, não tem fósforo. Não tem nada — acabou tudo... Osvaldão morreu ali no Saranzal. Foi pegar comida e o Paiuí deu um tiro nas costas dele. Era preto mesmo. Vi morto lá no São Raimundo, hericópiro **levou ele.**

Massu, seus 25 anos, entroncado, vai numa outra casa da aldeia e traz um cartaz: no alto, está escrito "procurado pela polícia"; embaixo, fotos e nomes: Michel Gomes Almeida (*Zezinho*) e Ângelo Arroyo (*Joaquim*). Estávamos em outubro de 1976 quando Massu contou isso.

Dezembro de 1976. O Exército invade a casa nº 767, na Rua Pio XI, na Lapa, em São Paulo, quando se realizava uma reunião do PC do B. Um dos mortos era Ângelo Arroyo, que aparentemente foi um dos poucos a escapar da Região, assim como Elza Monnerat, presa na mesma ocasião.

Hoje a Região tem dois batalhões de Infantaria, sediados em Imperatriz e Marabá. O coronel Cid Zenóbio do Aguiar, comandante do batalhão de Marabá, cearense, nos declarou que "as operações antiguerrilhas foram oficialmente encerradas em janeiro de 1975".



Fotos de Vincent Carelli

A casa em São Paulo onde foram mortos os últimos integrantes da guerrilha. Hoje é um salão de beleza

ASSINE coojornal

12 EDIÇÕES: Cr$ 110,00

Leia o jornal de idéias e opiniões que estimula o debate.
Que expõe os assuntos polêmicos sem rodeios. Que abre as suas páginas para os que estão pensando e analisando a realidade brasileira.
Um jornal crítico e independente, dirigido às pessoas formadoras de opinião.
Este é o Coojornal, editado pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

Cupom de assinatura

Assinatura por 12 edições: Cr$ 110,00

Envie cheque nominal ou vale postal para:
Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS — 90.000
Fones 218984 e 240951

Você pode assinar o Coojornal a partir do nº 13
☐ Assinale no quadrinho a edição em que você quer que comece a valer sua assinatura:

Nome: _____

Profissão: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

AL. MALCON
FONE 21-82-82

Complicações para agosto

Dia 23 de junho. No Palácio do Planalto, o presidente Ernesto Geisel **recebia** da cúpula arenista o projeto de reformas políticas **encomendado** ao senador Petrônio Portella. No Senado Federal, falando para uma platéia vazia e um plenário de três arenistas e oito emedebistas, o líder do Governo Eurico Rezende afirmava que aquele dia ficaria na História do Brasil como um marco democrático. Num canto do plenário, indiferente à retórica do líder da Arena, o senador alagoano Teotônio Vilela cochichava para o gaúcho Daniel Krieger: **Se este fosse um dia histórico, o Congresso estaria em ebulição, com o plenário cheio e a platéia lotada.**

Se nem os liberais como Teotônio Vilela engolem as reformas de Petrônio Portella, o que dizer dos outros políticos e militares insatisfeitos com a lenta e exasperante distensão política do Governo Geisel?

Um dos sintomas mais notórios da descrença é a facilidade com que políticos, funcionários públicos e jornalistas de Brasília contam anedotas a respeito das figuras de destaque, como o general João Baptista de Figueiredo, candidato oficial à sucessão presidencial.

Fora do anedotário, que revela profundo cansaço do autoritarismo, é difícil obter uma análise objetiva sobre a crise política e as perspectivas do regime.

Para a maioria, a crise é séria porque extravasou do perímetro político tradicional. Além de estudantes, operários, intelectuais e empresários, a dissidência alcançou também os setores militares.

Nesse contexto, a Frente Nacional de Redemocratização, comandada pelo general Euler Bentes Monteiro, chega a ser vista como a face política convencional de um amplo movimento civil-militar disposto a impedir a eleição e a posse do candidato oficial à presidência da República. Cada um a seu modo, Figueiredo e Euler estão em franca campanha política, agindo dentro das regras estabelecidas pelo pacote de abril de 1977.

A esta altura, ninguém em Brasília arrisca a dizer o que pode acontecer nos próximos tempos. A impressão dominante, porém, é que tende a aumentar o desgaste político do Governo, cujo prestígio caiu à direita e à esquerda, sem agradar ao centro.

Atrapalhado por dificuldades econômicas, o Governo Geisel não pôde realizar grandes obras. O modelo econômico de exportação, que tantos benefícios trouxe à classe empresarial, é criticado pelos próprios empresários.

A política salarial, que tantos prejuízos causou à classe operária, está sendo questionada pelos operários e pela maioria dos patrões.

Na área militar, os contratos de risco da Petrobrás descontentaram os nacionalistas, enquanto os escândalos financeiros e as mordomias do aparelho estatal feriram a honorabilidade do Governo, envergonhando a Nação. As demissões dos generais Ednardo D'Ávila Mello e Sylvio Frota desagradaram a linha dura das Forças Armadas. O pacote de abril de 1977 foi uma agressão à consciência democrática nacional.

Por fim, a forma como foi resolvida a questão sucessória não agradou a ninguém, despertando as divergências latentes entre os militares.

Agora, à medida que se aproxima do fim, o Governo Geisel encontra maiores dificuldades políticas pela frente. Segundo alguns analistas políticos de Brasília, onde vem sendo usada com freqüência a palavra **complicação,** há pelo menos cinco **complicadores** concorrendo para agravar o desgaste político do Governo:

1. A discussão das reformas políticas de Petrônio Portella no Congresso, entre agosto e setembro, quando os debates podem atingir temperaturas perigosas.
2. A discussão da emenda constitucional do senador paulista Franco Montoro, determinando a realização de eleições diretas para governador em 1978 (de acordo com o programa do MDB e, também, da Arena). Se aprovada, a emenda invalidará todo o trabalho de Geisel e Figueiredo para escolher os governadores estaduais e os senadores biônicos.
3. A campanha política de Frente Nacional de Redemocratização, que pretende mobilizar as massas a favor das eleições diretas, anistia e constituinte.
4. A possível disputa entre os generais Figueiredo e Euler Bentes pelos votos do Colégio Eleitoral, em outubro, quando será escolhido o sucessor de Geisel.
5. As eleições parlamentares de novembro, que podem dar maioria ao MDB na Câmara dos Deputados.

Apesar de tantos complicadores políticos, o ponto de referência essencial para resolver a crise é o comportamento dos militares, cujo pensamento vem aparecendo sem muita clareza através de algumas manifestações isoladas.

O problema é que, dentro das Forças Armadas, as correntes de opinião não se fundam em ideologias, mas em pessoas ou grupos de pessoas mais ou menos articuladas. Na cúpula militar (generalato), parecem existir duas correntes mais fortes: a *profissional,* representada pelos militares típicos de carreira, como Costa e Silva, Medici e Sylvio Frota, e a *política,* representada pelos remanescentes do grupo que organizou a doutrina da Escola Superior de Guerra (**Sorbonne**), como Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, que possuem longa experiência adquirida em gabinetes políticos.

Independentemente dos aspectos políticos, ambas as correntes têm em comum os princípios gerais do nacionalismo e do combate intransigente ao comunismo — traço fundamental da coesão dos militares brasileiros.

A única novidade, nos escalões abaixo do generalato, é o surgimento de uma tendência favorável à volta dos militares a sua missão profissional, deixando a cena política para os civis.

Este fato leva muitos analistas políticos de Brasília a afirmar que, independentemente da disputa dos generais Euler Bentes e Figueiredo pelo controle do Poder, a solução do impasse político brasileiro depende essencialmente do comportamento dos oficiais mais jovens, aparentemente cansados também do autoritarismo e do abuso do arbítrio.

Nas páginas, a crise política vista pelo principal cronista político do País e um dos líderes da Frente de Redemocratização.

Fin-Hab apresenta o calendário do lucro

JULHO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23/30	24/31	25	26	27	28	29

AGOSTO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

SETEMBRO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

OUTUBRO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

NOVEMBRO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

DEZEMBRO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24/31	25	26	27	28	29	30

Para lucrar ainda mais com a sua caderneta de poupança Fin-Hab, observe o calendário ao lado.

Ele registra as datas-limites de cada mês dos dois próximos trimestres, para que seus depósitos somem para o aumento dos saldos médios dos meses respectivos.

Desta forma, seu lucro também vai aumentar, pois as contas novas ou contas *sem retiradas*, têm seus rendimentos calculados pela média aritmética dos 3 menores saldos mensais de cada trimestre.

Mas para evitar os transtornos de última hora, faça seus depósitos com antecedência e ganhe também em comodidade.

Caderneta de Poupança fin-hab



• Porto Alegre • Pelotas • Rio Grande • Santa Maria • Canoas • Novo Hamburgo • Livramento • Caxias do Sul • Uruguaiana

studio

Figueiredo toma posse?

Carlos Castello Branco é o papa da crônica política no Brasil. O general João Baptista de Figueiredo diz que é o único jornalista do país que não corre o risco de sofrer censura dos donos do jornal onde trabalha, o Jornal do Brasil. **A coluna diária que escreve no** JB, **leitura indispensável de todo o político.**

Nos últimos 14 anos, quando a política passou por perigos de completo esvaziamento e o parlamento perdeu a sua força, Castello concentrou sua atenção na área militar, de onde passou a emanar todo o Poder que orienta a vida brasileira. É por isso que suas crônicas reunidas em livro mereceram o título de *Os militares no Poder*.

Na última semana de junho, Geraldo Hasse entrevistou Castello Branco para o *Coojornal*, **em Brasília**



Luis Humberto/Abril

Castello Branco: "O País é um avião em zona de turbulência"

Coojornal — O que está acontecendo com os militares?

Castello Branco — É simples, pela primeira vez nos últimos anos eles não estão unidos. É considerado crime contra a Segurança Nacional incitar a divisão das Forças Armadas, mas eu posso fazer uma constatação histórica: sempre que os militares se dividem por causa da política, o Poder volta para um civil. Em 37, Getúlio Vargas deu o Golpe do Estado Novo com o apoio militar, mas caiu em 45 porque os militares se dividiram. Em 51, Getúlio tomou posse porque o Exército também se dividiu. Em 55, Juscelino quase não toma posse, mas houve divisão nas Forças Armadas e Juscelino assumiu. Em 61, a mesma coisa: os militares não queriam dar posse a Jango Goulart, mas houve temor de um confronto com o III Exército e Jango foi empossado. No fim das divergências, o que os militares procuram preservar é a coesão interna. Em 68, Costa e Silva engoliu o fascismo para salvar a unidade militar.

Coojornal — Quando começou a atual divisão?

Castello Branco — Em todas as sucessões, desde Costa e Silva, sempre houve sintomas de divisão nas Forças Armadas. No atual período, o primeiro sintoma visível foi a reação do general Sylvio Frota contra os indícios de que o candidato do Presidente da República à sucessão era Figueiredo, um general de três estrelas, fora da hierarquia. Então Frota se preparou para provar que o Exército de 78 era ainda o Exército de 68, isto é, repressivo. Frota, que chegou a obter apoio parlamentar, era tão reacionário que combatia o que o Governo Geisel tem de melhor. Outra evidência da dissidência militar foi a demissão do general Hugo Abreu, logo que Geisel anunciou o nome de seu sucessor. Outro episódio dentro desse contexto é a candidatura dissidente do general Euler Bentes Monteiro, que é da reserva, mas possui uma influência difusa no Exército, seduzindo principalmente oficiais mais jovens.

Coojornal — O que pode acontecer a partir de agora?

Castello Branco — Não sei, não sou um técnico em questões militares. Acho que o País é como um avião que entrou numa zona de turbulência que irá até o fim do Governo Geisel.

Coojornal — Dizem que o general Figueiredo não toma posse. Por quê?

Castello Branco — O general Hugo Abreu acha que Figueiredo não toma posse como Presidente da República, mas só como ditador.

Coojornal — Qual o papel do general Hugo Abreu no jogo das dissidências?

Castello Branco — Está articulando, agindo como político. A Frente Nacional de Redemocratização é coisa dele. O candidato era para ser o general Airton Tourinho. Quando foram buscar o apoio do general Euler, o Tourinho teve de ficar na reserva, pois o Euler resolveu ser candidato. Euler quis dar uma de De Gaulle. Pensou que, surgindo como candidato, todos os outros abririam caminho, mas ninguém saiu da frente. O Magalhães Pinto, que já recebeu o apoio do brigadeiro Burnier e do capitão Sérgio — os dois lados do caso Para-Sar — não tem a menor chance, mas não larga o osso. E a cúpula do MDB, com medo de perder votos populares a 15 de novembro, está sabotando a candidatura do Euler Bentes à Presidência da República. O MDB tem medo de perder prestígio popular, caso seja derrotado no Colégio Eleitoral, em outubro. Como partido, o MDB tem mais interesse em fazer maioria na Câmara do que em se arriscar com um candidato no Colégio Eleitoral que vai eleger o Presidente da República.

Coojornal — O MDB pode fazer maioria no Colégio Eleitoral?

Castello Branco — Não, porque a fidelidade partidária já dá maioria à Arena. A única brecha do MDB, portanto do general Euler no Colégio Eleitoral, seria a abstenção de uma parcela de arenistas dissidentes. Nesse caso, a Arena perderia, mas isso é difícil. O general Euler está fazendo uma mobilização de massa para ver, justamente, se o apoio popular transforma votos certos da Arena em abstenções.

Coojornal — O general Hugo Abreu tem apoio militar?

Castello Branco — Não sei, dizem que exerce liderança sobre a tropa de elite do Exército, que são os pára-quedistas.

Coojornal — Qual a influência da Marinha e da Aeronáutica?

Castello Branco — Têm pouco peso, mas estão ressentidas, porque desde 1968 foram alijadas da chefia do Estado-Maior das Forças Armadas. A chefia do EMFA era um cargo rotativo e agora só fica com o Exército.

Coojornal — Existe possibilidade de uma confrontação direta entre o Governo e a dissidência?

Castello Branco — Por tradição, nunca houve confronto nas Forças Armadas, somente divergências. Tanto é que nas revoluções, feitas no Brasil pelos militares, nunca houve tiro e sangue. Sabe como o Lacerda explicou aos franceses, em Paris, por que não houve sangue na revolução de 64 no Brasil? Ele disse: "As revoluções brasileiras são como os casamentos entre os franceses: nunca sai sangue". Hoje a confrontação se faz no terreno legal. O general Euler está trabalhando dentro das regras do pacote de abril de 77.

Coojornal — As reformas de junho pretendem neutralizar a Oposição e a Frente Nacional de Redemocratização?

Castello Branco — As reformas pretendem reafirmar o compromisso de Geisel com a distensão gradual e segura. Elas têm alguns pontos positivos e outros negativos, pois mantêm mecanismos que invalidam o Estado de Direito. Mas Geisel foi além do que pensava. As reformas são muito liberais para o gosto dele, vão acabar roubando votos do MDB.

Coojornal — Os militares estão preocupados com o descontentamento popular, as manifestações estudantis, as greves?

Castello Branco — Eles não gostam da reação popular, mas discutem esses problemas. Antes era impossível conversar com eles, agora eles mesmo procuram a gente para conversar. Eles têm uma formação muito rígida baseada na segurança, sem preocupação social nenhuma, mas acabam tendo que examinar certos problemas. Eles não gostam de anistia, por exemplo, mas admitem uma revisão do que consideram injustiça. Quanto ao Estado de ▶

Em Brasília, um documento

Entre vários manifestos que circulam em Brasília, atribuídos a grupos militares, um deles foi considerado sério. Consta que foi escrito por um grupo de oficiais superiores (majores, tenentes-coronéis, coronéis) e nasceu fora de Brasília, onde chegou no início de junho. Informações seguras indicavam que ele chegou a todos os escalões, inclusive o Ministro do Exército. O que segue é um pequeno trecho desse documento, que tem cerca de 10 laudas espaço dois

Este desfibramento afeta a profissionalização, pois no final o que se observa é o extremo oposto da ingerência política, perniciosa e indesejável — o alheiamento real do contexto social da Nação — de forma tal, que se permite a um pequeno grupo de pessoas o controle do Poder por simples rodízio ou troca de postos. Espetáculo dantesco que não escapa ao mais humilde observador. Mas, ele vai votar. E as Forças Armadas não poderão calar as urnas. Para isso não há canhão. No bojo disto tudo um conflito latente, mas cristalino — as gerações mais jovens se frustram na observação de exemplos do que ocorre nas cúpulas das instituições, a cada instante. Não é necessário exemplificar. Nossa realidade está farta deles. Só não verá quem não quiser. O Ministro de ontem passa a "lixo direitista" num piscar de olhos. O amigo leal é preterido e desrespeitado. Altos chefes militares são tratados como inimigos perigosos. Um Governo não é uma ação entre amigos e nem uma Nação é o confronto simplista entre generais e civis, ou entre generais e escalões subordinados. O Exército não é a *vitrine* pública das excrescências dos grupos de Poder.

Um Governo não pode ser a circulação dos mesmos homens de uma chefia Pública para um organismo financeiro de grande porte, de um Governo para uma empresa estatal, de um órgão técnico para um gabinete ou para "testa-de-ferro" de uma empresa multinacional. Não é, nem pode ser um rodízio de "donos", ou de qualquer outra coisa... O Governo de uma Nação é mais do que isso. Não jamais uma troca de amigos alinhados, por mais convencidos que estejam de que aquilo que arquitetam resultará na melhor solução para o País. Em razão dessa ação entre amigos, tem-se falado no nome das Forças Armadas e feito em nome da Revolução. E falando em nome da Revolução usam-se as vozes das Forças Armadas. Não há como desvincular uma coisa da outra. E estas vozes estão, na verdade, em silêncio.

Afinal os militares têm sido ouvidos na profusão e ambigüidade de uso dos instrumentos de exceção? Na condução da economia? Na solução dos impasses políticos? Em que têm as Forças Armadas sido consultadas? Quando foram consultadas? Talvez agora, quando é preciso acalmar as revoltas de centenas de cabeças silenciosas diante de um processo que só deixou profundas cicatrizes. É verdade que a instituição militar não existe como órgão de consulta do Governo, a não ser dentro de suas atribuições constitucionais. Sua tarefa é outra. É claro! Mas há constituição ou Poder revolucionário? E o que é mais importante — o que deseja o consenso nacional?

Cabe ao Poder revolucionário dar ou encontrar respostas para o consenso nacional. Como explicar o impasse? Não seria porque as soluções têm sido dadas, não buscando respostas aos anseios nacionais, mas antes e quase sempre, na busca do controle do Poder? Não sejamos ingênuos. É assim em democracias sem fé, inclusive na Democracia Relativa! Não se cogita de pôr em dúvida a integridade dos chefes da Revolução, nem a perseverança com que se tenham lançado na materialização de suas intenções. Esforçaram-se, às vezes em conju..turas adversas, na tarefa ingente de construir um País mais justo. Então, como explicar o impasse? Só controla o Poder num espaço social quem controla os recursos disponíveis nesse espaço. As Forças Armadas, por sua biologia e fins orgânicos, não controlam nenhum recurso escasso ou mecanismo da economia nacional. Como iriam controlar o Poder? Não controlam portanto o Poder. Assistem apenas, assistem — todos os acertos e desencontros!

No momento histórico em que se depara a Nação — um momento de mudanças — não é o pessimismo, mas a clarividência que percebe a perspectiva explosiva de um impasse que se delineia. Impasse, resultante da ausência de respostas suficientemente amplas no contexto social e de um processo de mudanças, diametralmente oposto à intenção de abertura e renovação institucional. Impasse pela reprovação revolucionária, via eleitoral — a cada dia mais palpável. Tudo isto está a exigir mais consenso nas soluções e nos caminhos a seguir. É hora de unir, somar. A cada instante, o que sobra do método e do processo é a divisão e o ferimento no corpo social. O que os provoca? A luta pelo Poder. Um grupo com as mandíbulas cravadas no Poder e com contrição maxilar, por ambição desmedida. Um grupo que tolera a corrupção. Mas, não é possível encontrar estes caminhos, apropriadamente, se não se equilibrar, após devidamente dimensionadas, as aspirações de cada camada social. Não se trata, portanto, de por meio de um ou onze interlocutores identificar estas aspirações em segmentos elitizados da população. É preciso ouvir tudo e a todos. É preciso ouvir antes, não depois da trovoada!

Direito, são contra uma democracia liberal do tipo surgido em 1946, pois acham que o Executivo deve ser forte, cheio de poderes.

Coojornal — De onde saiu então a idéia de voltar aos quartéis?

Castello Branco — É uma reação deles mesmo. Os militares estudam muito, tanto nas Forças Armadas como nas universidades e sentem que a política provoca um desgaste moral em sua formação militar, pois em toda a administração pública há muito tráfico de influência e corrupção — aliás, a corrupção existe em toda a administração pública, hoje é tão grande como sempre foi.

Coojornal — As divergências têm fundo ideológico?

Castello Branco — As divergências são políticas. Ideologicamente os militares são doutrinados para combater o comunismo.

Coojornal — E os militares nacionalistas?

Castello Branco — Era uma corrente sem fundo ideológico, influenciada pelas idéias sociais. O nacionalismo é apresentado hoje pelo general Euler, mas as idéias sociais não despertam mais interesse.

Coojornal — E esse documento que circula pelos quartéis pregando a saída dos militares do Poder?

Castello Branco — Esse documento não é de agora, já tem um ano. Às vezes, mandam para mim esse tipo de manifesto. Não sei se essas idéias representam o pensamento majoritário dos militares, mas seu núcleo original é um grupo identificado com a tendência legalista, constitucionalista do marechal Castello Branco.

Coojornal — Qual o general mais liberal do Alto Comando?

Castello Branco — Parece que é o general Ariel Pacca, que há alguns anos fez pronunciamentos em defesa da liberdade de Imprensa e da democracia.

Coojornal — E o general Hugo Abreu?

Castello Branco — Ele é muito vivo. Há indícios de que o Governo pretende *punir*, isto é, afastar o general Abreu. Mas parece que é muito difícil, pois uma *punição* pode ter efeito negativo.

Coojornal Passa o País a Limpo.

Edição especial. O melhor do *Coojornal*.
São 52 páginas com os principais depoimentos, entrevistas, reportagens e cartuns publicados no *Coojornal*.
Jango, Getúlio Vargas, Brizola, Mourão Filho, Ferreira Gullar, Caso Para-Sar, Darcy Ribeiro, Carlos Chagas, Os Cassados e outras matérias quentíssimas.
Está na mesa verdadeiro prato com os acontecimentos que marcaram o País nos últimos anos para você debater, analisar, criticar.
Uma edição histórica que deve ser guardada com muito carinho.
Dia 30 de julho chega nas bancas.



coojornal Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.
Rua Comendador Coruja, 372
Fones 21-8984 e 24-0951 — Telex (051)1605
Porto Alegre — RS

Como chegar aos quartéis

Muito antes que candidaturas militares dissidentes pensassem em concorrer à Presidência da República pelo MDB, ele já mantinha contatos freqüentes com comandantes de regimentos e outros oficiais de Brasília. Muito antes de o MDB aceitar a possibilidade de concorrer com um candidato-general, ele já falava na necessidade de a Oposição estreitar seus laços com a área militar.

Paradoxalmente, Chico Pinto era — e ainda é — o principal inspirador teórico dos autênticos, a ala do MDB mais reticente quanto à participação do partido nas eleições indiretas. Em 75, teve seu mandato de deputado cassado pelo Supremo Tribunal Federal, acusado pelo presidente Geisel de ter ofendido o general Augusto Pinochet, chefe da Junta Militar chilena, em discurso pronunciado na Câmara Federal. Cassado, não deixou a militância política, e sua presença, junto com outros líderes do MDB, nas articulações da Frente de Redemocratização, é o maior atestado disso. Nessa entrevista a Carlos Alberto Sardenberg, Chico Pinto fala da viabilidade da candidatura Euler Bentes — "se ganhar, o Exército não punirá um de seus mais brilhantes generais" — e, sobretudo, sublinha o papel dos militares descontentes no trabalho da redemocratização.



Luis Humberto/Abril

Chico Pinto: "Os militares não ignoram fatos"

— A candidatura Euler Bentes é para ganhar?

Chico Pinto — É estreitar demais os objetivos da Frente supor que ela se esgote numa hipotética vitória no Colégio Eleitoral.

— Mas quais são as possibilidades de vitória no Colégio?

Chico Pinto — O ponto decisivo está no comportamento das dissidências arenistas, especialmente as que foram derrotadas. O derrotado que sofreu na carne a pressão do Poder, a corrupção do Poder, esse está muito mais marcado, e assim, mais disponível para reagir. Se for possível reunir essas dissidências arenistas nos estados em torno da Frente e do MDB, no Colégio, então a vitória do general Euler será viável. E a reunião dessas dissidências é uma possibilidade concreta. Só com o uso maciço da corrupção o Governo poderá recompor as forças dissidentes com o sistema.

— Mas além da possibilidade da vitória no Colégio Eleitoral, quais são os outros objetivos da Frente?

Chico Pinto — Dois, basicamente. Primeiro, estender uma ponta que alcance a área militar, até aqui avessa a qualquer aliança com o MDB. Segundo, trabalho de mobilização popular, de empolgação popular, que é, por assim dizer, o aspecto subjetivo da Frente. Agora, eu estou pensando na Frente com a candidatura Euler, que pegou rapidamente. O povo tem um faro muito agudo e percebeu logo que o general Euler na Frente é uma garantia, uma segurança para o jogo.

— E a área militar, como veria essa aliança?

Chico Pinto — Durante 14 anos, as Forças Armadas foram trabalhadas para ver no MDB o revanchismo, a baderna, o comunismo. Não será fácil superar isso, mas informações de boa fonte que chegaram a nós indicam que 40% da oficialidade é contra qualquer aliança com o MDB; 10% pró-Figueiredo; 50% pela candidatura Euler, com a Frente. Não posso dizer até que ponto isso é exato, nem sei precisamente qual a profundidade da amostragem. Sei que foram consultados oficiais de todo o País. Em todo caso, e já que a democracia é relativa, por que o sistema não providencia uma eleição — direta e secreta — na oficialidade, para escolher entre Figueiredo e Euler?

— Por que os militares aceitariam o MDB?

Chico Pinto — Os militares percebem que o Exército, queira ou não, foi transformado num partido político, ou, no instrumento de um partido político — o que não corresponde à função constitucional nem histórica das Forças Armadas. A maioria dos militares aceita isso, porque percebe quanto desgate essa situação causa para o Exército. A maioria dos militares desejaria mesmo voltar as suas atividades profissionais e se desvincular do regime autocrático.

— Mas como o MDB falaria a esses militares descontentes?

Chico Pinto — Sem querer dividir o Exército, é preciso registrar esta lição que a História da América Latina vem oferecendo: toda vez que há unidade de pensamento político nas Forças Armadas, temos ditadura. Quando há diversidade, temos democracia. Não foi assim no Brasil, quando havia, de um lado, as lideranças udenistas de Juarez Távora, de Juracy Magalhães, do brigadeiro Eduardo Gomes e, de outro, os pessedistas Dutra e Cordeiro? Essa correlação de forças permitia o exercício da democracia. Hoje, os militares democratas podem até ser maioria, mas não estão organizados, não formam uma liderança firme. Daí a necessidade da candidatura Euler, se a entendemos como o primeiro vínculo com a área militar, como o caminho para quebrar o gelo entre o Exército e a Frente Democrática.

— Mas são muito diferentes os motivos dos militares dissidentes. Há muitos entre eles que até ontem não pensavam em democracia.

Chico Pinto — Não é correto, neste momento, privilegiar motivos e causas. Vou dar um exemplo didático: em 1945, Otávio Mangabeira insistia com o brigadeiro Eduardo Gomes para que ele se entendesse com o Dutra. Mas o brigadeiro, com aquele purismo udenista, não admitia: "Então vou fazer acordo com o ministro da Guerra da Ditadura?". Até que Mangabeira conseguiu explicar que não se tratava de um acordo com o ministro da Ditadura, mas um acordo em torno de objetivos comuns aos dois candidatos. O brigadeiro foi a Dutra e assentaram um entendimento que afinal se revelou essencial: garantir eleições e seus resultados.

— E hoje, o que as diversas dissidências e oposições poderiam assentar?

Chico Pinto — Um compromisso com a reabertura.

— Isso não é muito modesto?

Chico Pinto — É sim, mas é o possível e é o que basta, agora. Quanto mais se amplia a Frente, mais se restringem seus objetivos. No caso, o objetivo só pode ser a democratização. Conquistada a democracia, a Frente se espatifa.

— A Frente e as reformas do senador Petrônio Portella são excludentes?

Chico Pinto — Não se excluem. A Frente pode fazer e, na verdade, já está fazendo pressão para que o Governo aprofunde suas reformas. É necessário, de qualquer modo, assinalar as diferenças. A Frente tem um objetivo mais amplo, que é o de devolver ao povo a capacidade de decidir seu próprio destino. O Governo, via Portella, pretende apenas outorgar uma **democracia** ao seu sabor.

— O Governo não poderia opor uma coisa à outra? Dizer que só tem reforma se não existir a Frente?

Chico Pinto — Eu penso que o sistema decidiu fazer a reforma — com ou sem o MDB. O que muda é o grau: mais restrita sem o MDB, mais ampla com no MDB. Não acredito, portanto, que coloquem aquela alternativa, mesmo porque as reformas não podem mais serem adiadas ou suspensas. A Arena e o Governo ficariam arrasados eleitoralmente se recusassem. Pelas informações que tenho, de fonte responsável — e vocês sabem que venho mantendo contato freqüente e proveitoso com áreas militares — o sistema tomou a decisão de fazer as reformas em julho de 1977. Nesse mês, houve uma reunião decisiva da assessoria principal de Geisel, da qual não estavam ausentes Golbery e Figueiredo. Não que essa assessoria ou o sistema seja intrinsecamente democrático. É que eles fizeram um estudo de situação, exatamente conforme o modelo militar, e se decidiram pela reforma.

— O senhor soube de mais detalhes dessa reunião?

Chico Pinto — Detalhes, não. Mas é certo que eles detectaram com muita clareza a existência das pressões internas pela abertura, exercidas por várias camadas da população, inclusive pela burguesia, categoria à qual dão muito peso. Registraram também as pressões externas — diziam que não existia mais Nixon nem Ford para dar respaldo à repressão interna. E verificaram também que não seria bom abrir dois confrontos com os Estados Unidos. Um, já estava colocado, em torno da questão nuclear. Não seria bom abrir outro, hostilizando-se a política de Carter pelos direitos humanos e pela redemocratização. Publicamente, o regime não admite as pressões externas. Mas nas reuniões fechadas seus assessores militares não as ignoram. Militares não ignoram fatos, mesmo que não gostem deles.

— Mas não teriam considerado o fato de que, com mais abertura, creceriam as pressões internas e externas?

Chico Pinto — Por estranho que possa parecer, um dos argumentos que mais sensibiliza os oficiais refere-se à incompetência das esquerdas. Verificaram muitos oficiais que os grupos esquerdistas poderão querer avançar excessivamente e com isso, certamente, vão "cair no bolsão" — expressão deles e que indica a situação da tropa que avançou demais e ficou separada de seus apoios e bases logísticos. É alvo fácil. E as esquerdas, agindo assim, até poderiam dar, mais adiante, o pretexto para fechar o regime de novo, com o apoio de muitos setores que hoje estão pela abertura.

— Então é um ardil?

Chico Pinto — Pelo menos para um importante setor do regime, é. A tese, em resumo, é a seguinte: existiam pressões pela abertura. O regime poderia resistir ou ceder. E naquela reunião de julho de 77, houve quem dissesse que bastaria pegar a metralhadora para colocar todo mundo debaixo da cama. Ou então — a outra opção — o regime poderia ceder, promover aberturas e, como já ocorreu em tantos países, esperar que se criassem as condições para novo fechamento.

— Por que teriam preferido Portella à metralhadora?

Chico Pinto — Creio que levaram muito em conta a pressão externa. E sobretudo consideraram a existência, dentro do Exército, de uma preocupação cada vez maior com o desgaste da instituição. Em resumo, eles se decidiram por um recuo organizado e seguro — não uma retirada. Resolveram dar um passo atrás e começaram a examinar o tipo de reforma possível. Finalmente, depois que a tese da Constituinte ganhou corpo, o sistema pensou, pela primeira vez, em tentar imobilizar o MDB sem truculência, de forma civilizada.

— Primeira vez?

Chico Pinto — Exatamente. Quando Geisel, no início de seu Governo, falou em distensão, ele não trazia uma verdadeira intenção de abertura. Ele apenas divulgava uma contra-informação, para bloquear a Oposição — "não vamos hostilizar porque a abertura vem aí", dizia-se então. E quem avançava, era cassado. Hoje, a situação é outra: o regime deseja fazer alguma abertura, porque a correlação de forças não o favorece de todo.

— Por que as oposições aceitariam essa falsa abertura?

Chico Pinto — Não é tão simples assim. Se o regime teve de recuar, é porque a correlação de forças não o favorecia, inteiramente. Se recua, abre um espaço — de modo que cabe ao MDB avançar por aí, somar mais forças e organizá-las. O MDB não perde nada avançando por aí. E por que não dialogar? Os operários de São Paulo são muito mais práticos. Sentaram-se e negociaram com os patrões e ninguém vai dizer que aderiram aos patrões.

— Qual o papel da Frente diante das reformas?

Chico Pinto — A Frente é um prologamento do MDB. É o resultado da adesão de novos fragmentos que se despregaram do regime. O decálogo a que aderiram MagalhãES E O GENERAL Euler Bentes é o próprio programa do MDB. Eu penso que o MDB deve entrar na reforma de Portella e continuar com a Frente. Até porque a reforma, ainda que limitada, abre espaço, assenta regras que garantam a ação da Frente.

— Ou seja, o senhor [illegible] pelo contrário, que não haverá violência contra a campanha da Frente e acredita que o general Euler, se ganha, leva?

Chico Pinto — O princípio da legalidade foi muito arraigado nas Forças Armadas até 1964. De lá para cá, tem prevalecido o arbítrio e a concepção de lei se alterou. A lei é a lei do dia e da conveniência. Mas parece que atualmente a maioria dos militares retoma a idéia de que se deve respeitar a lei emanada da vontade popular. Daí eu entender que a tendência hoje seria mais a de respeitar as regras do jogo. Penso mesmo que, se Euler ganhar no Colégio, só um golpe — um golpe do regime, quebrando sua própria legalidade — poderia impedir a posse. O Exército aceitaria esse golpe contra um de seus mais brilhantes generais?

— O candidato não poderia ser Magalhães Pinto?

Chico Pinto — Primeiro, Magalhães tem menos chances de vencer. Segundo, se ganhar, quem arriscaria a pele para garantir que êle leva? O candidato tem que ser o general Euler — ele é é a garantia e aponte com a área militar.

— E se não der certo? Há no MDB quem pense que a Frente vai só até o Colégio.

Chico Pinto — Não penso assim. Insisto, a Frente é um prolongamento do MDB e deve ir adiante, mesmo perdendo no Colégio Eleitoral. Deve prosseguir pelo Governo Figueiredo. É necessário mesmo que ela permaneça em campanha de mobilização popular. Porque então o Governo imposto pelo sistema pensará duas vezes antes de tentar qualquer retrocesso. O MDB tem de continuar com a Frente e com as reformas, procurando ampliá-las.

— Em sua opinião, qual será o momento para organização de novos partidos? Só depois de conquistada a democracia e dissolvida a Frente?

Chico Pinto — Não se deve esperar por uma alteração substancial do regime para a organização de novos partidos. O MDB é um componente da Frente, como a OAB, a ABI, Igreja, estudantes, etc. Um novo partido não arrebenta a Frente, mas é um novo componente dela.

— Um partido com um programa definido não poderia dividir a Oposição?

Chico Pinto — Essa é a questão. Teme-se que um novo partido provoque cisões na medida em que se defina mais concretamente em relação à propriedade e não apenas em relação às liberdades formais. Eu não penso assim. Acho que esse novo partido poderia trazer para a Frente os trabalhadores, hoje marginalizados tanto pelo Governo como pela Oposição legal.

— Qual partido seria?

Chico Pinto — Um partido trabalhista.

— Diferente em quê em relação ao antigo?

Chico Pinto — Um partido mais democrático, organicamente democrático, sem pelegos e sem líderes carismáticos, ditando políticas de cima para baixo. Também um partido menos populista, menos conciliador.

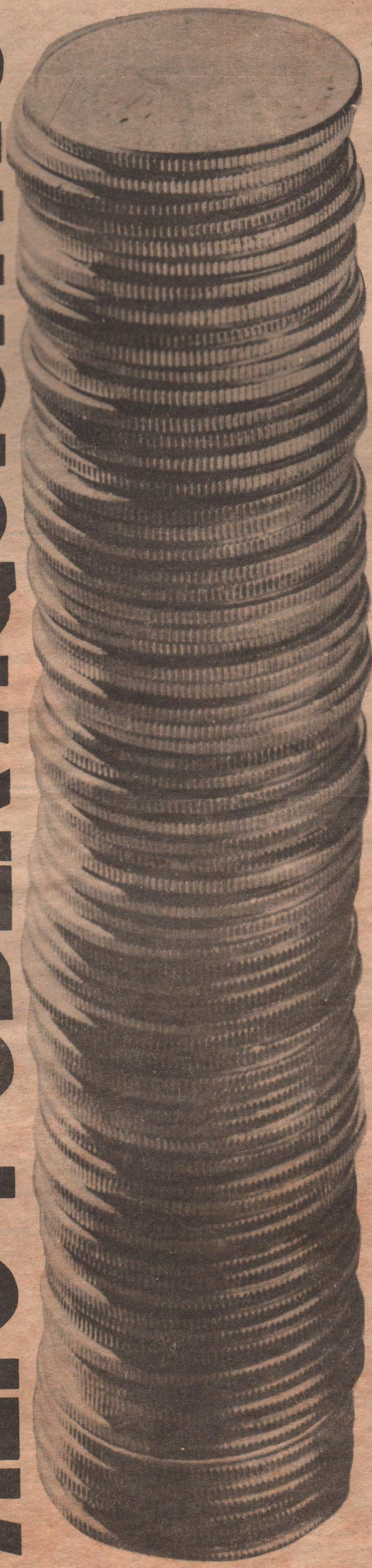
— Qual seria a definição mais concreta em relação à propriedade?

Chico Pinto — Bom, eu não vou cair no mesmo erro do partido anterior. Não sou eu quem dirá isso aos trabalhadores. Eles saberão encontrar seu caminho, como, aliás, a nova liderança sindical de São Paulo está fazendo.

— Só que essa liderança não está colocando a questão da propriedade. Lula dizia que eles queriam era 15% a mais nos salários.

Chico Pinto — A classe trabalhadora, como todas as outras, está sofrendo os efeitos da violência do regime. Depois de [illegible] de paralisia causada pela repressão [illegible]ntíssima, deu-se uma pequena abertura. [illegible]rabalhador agora volta a discutir [illegible]eus sindicatos. Mas é um começo. Eu não diria que o trabalhador brasileiro tem [illegible]e a teoria mais justa. Há desvios, mas [illegible] de outro modo. Ele está [illegible] — com a luta e — isso é [illegible]nomia. [illegible]óprios métodos e

PODER AQUISITIVO ALTO PADRÃO



Se o produto ou serviço que sua empresa vende é destinado ao público classe "A", utilize uma emissora que convive com a classe "A" nas 24 hs. do dia.

RADIO UNIVERSAL FM STEREO

Peça sem compromisso a presença de nosso contato pelos fones: 23.80.11 ou 23.07.53 e multiplique suas vendas na classe "A".



Arrigo Levi, editor do segundo jornal da Itália, usa pistola e colete de aço

A CANETA E A METRALHADORA

Além da caneta, do bloco de anotações e da máquina de escrever, os jornalistas italianos estão usando pistolas e coletes à prova de bala. É a constatação que faz a revista americana *Esquire* que na sua edição de maio último publica uma reportagem sobre os reflexos do terrorismo sobre a Imprensa.

Os terroristas são exigentes e não admitem que os jornais publiquem notícias contra a sua atuação. Se isso acontece eles podem perseguir e matar o repórter. Todos os jornalistas italianos, especialmente os de Roma, Milão ou Turim, estão conscientes que seus artigos, editoriais e mesmo o que escrevem nas entrelinhas pode custar-lhes a vida.

"Na verdade", diz Aaron Latham, o autor da reportagem, "a Itália é o País que acabará decidindo quem é o mais forte: a metralhadora ou a máquina de escrever".

Segundo Latham, um dos jornalistas deste País que atualmente corre os maiores perigos é Arrigo Levi, editor do *La Stampa*, segundo maior jornal italiano, editado em Turim, cidade-sede das Brigadas Vermelhas. Ele é um homem de 51 anos, baixo, porém elegante. Sob o seu impecável *blazer* ele esconde um colete à prova de balas. Envergonhado, diz que usa o colete apenas para tranqüilizar a sua mulher. Anda sempre com um guarda-costas e nunca percorre o mesmo caminho duas vezes. Já escapou diversas vezes de ataques terroristas.

Em 1948, Levi participou da Guerra de Israel, mas acha que o clima, hoje, na Itália, é mais angustiante do que o vivido naqueles dias. Sua mulher tem a mesma opinião. Ela sobreviveu a um bombardeio em Nápoles, mas afirma que agora a situação é bem pior. "A diferença entre aquela época e os dias atuais é que durante a guerra havia um perigo comum, compartilhado por todos. Agora não. O ataque é dirigido, o alvo é outro".

Um exemplo bem claro disso ainda está na memória do editor do *La Stampa*. Aconteceu em 16 de novembro de 1977, quando o subeditor do jornal — Carlo Casalegno — sofreu um atentado. Ele havia pedido licença para ir ao dentista, mas antes tinha comunicado a sua intenção de deixar o Jornalismo para permanecer em casa e escrever um livro sobre a História da Itália do século XIX. Afirmou estar aborrecido por seu filho ter se envolvido com atividade políticas radicais. Depois de falar com Levi, dirigu-se ao estacionamento para pegar seu carro quando foi metralhado, inicialmente, nas pernas pelos membros das Brigadas Vermelhas. Em seguida atiraram sete ou oito vezes na sua cabeça, três tiros atingiram sua cara e um o pescoço. Duas semanas depois morria Carlo Casalegno.

No dia seguinte ao atentado, Arrijo Levi escreveu um extenso e emocionado editorial, publicado na primeira página, onde dizia: "Os terroristas não acertaram seu alvo. Se eles quisessem acabar com a democracia — e parece que eles querem isso — atingindo um homem como Casalegno, que sempre defendeu a liberdade e lutou por uma Itália civilizada, eles erraram". E com essa acusação, ele incluiu seu nome na lista dos jornalistas a serem mortos pelas Brigadas Vermelhas. Depois da morte de Casalegno, muitos jornalistas deixaram de assinar suas reportagens e artigos, com medo de represálias. Apenas o filho rebelde do subeditor morto se atreveu a romper o bloqueio e fazer uma autocrítica escrevendo um artigo com o título "Onde nós erramos?".

As raízes das Brigadas Vermelhas confundem-se com as reformas implantadas na Universidade de Trento, em 1963, quando foi criado um novo departamento de Sociologia. Nele ingressou um grupo de jovens inquietos, entre eles Margherita Cagol e Renato Curcio, os ideólogos das Brigadas Vermelhas. Ambos eram católicos e casaram na igreja em 1969. Vinham de famílias da classe média e ainda nesse mesmo ano começaram a atuar em movimentos revolucionários. O casal mudou-se para Milão e passou a difundir a guerrilha urbana nas grandes indústrias da cidade. E foi nos últimos meses desse ano, que o prefeito milanês escreveu um relatório ao Ministro do Interior, falando da existência de um núcleo das Brigadas Vermelhas que estava se infiltrando nas fábricas.

Foi ainda em 69, que Arrigo Levi começou a trabalhar no *La Stampa*. Ele nasceu em 1926, em Modena, localidade que fica no Noroeste da itália. Recebeu o título de Ph. D. da Universidade de Bologna, fez curso de pós-graduação na Universidade de Buenos Aires e no *King's College*, em Londres. Antes de entrar para o jornal de Turin, trabalhou no *Corriere Della Sera*, o maior jornal do país e foi correspondente em Londres e Moscou. Ainda foi comentarista de uma estação de TV, em Roma.

As Brigadas Vermelhas, a partir do início da década de 70, ativaram seus ataques, queimando carros de executivos e distribuindo panfletos. Em 1972 cometeram seu primeiro seqüestro. Três homens encapuzados agarraram o diretor de uma indústria de Milão, submetendo-o a um "tribunal do povo". Enviaram fotos do industrial a toda a Imprensa dizendo: "As Brigadas Vermelhas o apanharam. Pegamos o primeiro para que seja exemplo a centenas". Em seguida o libertaram. Um ano depois realizaram novo seqüestro na mesma cidade. Só que desta vez mantiveram sua vítima durante um dia em cativeiro. Na manhã seguinte, operários o encontraram amarrado a um poste de luz, em frente a sua fábrica, com a cabeça raspada.

Os neofacistas também atacavam e um deles incendiou o carro de Levi, antes de ter raptado e estuprado três jovens em uma praia. Em maio de 73, o jornalista aceitou o cargo de editor e prometeu combater a violência. Pouco tempo depois de Levi ter assumido o cargo, as Brigadas cometeram seu primeiro atentado em Turim: seqüestraram o diretor de pessoal da Fiat, empresa proprietária do *La Stampa*. Ficaram durante nove dias com o prisioneiro.

Apesar disso, Levi estava mais preocupado com o coronel Moammar Khadafy, dirigente da Líbia, que exigia sua demissão. Seu jornal havia publicado um artigo insinuando que o coronel Khadafy era homossexual. Furioso, Khadafy ordenou um boicote de todos os países árabes à Fiat, lembrando das atividades de seu editor durante a guerra de 1948. Giovanni Agnelli, diretor-presidente da Fiat resistiu e não demitiu o editor do jornal. Arrigo Levi também teve seu nome colocado em primeiro lugar na lista negra dos guerrilheiros palestinos. Com isso, durante meses, ele recebeu uma escolta policial permanente.

La Stampa, além de ser o segundo maior jornal da Itália, é o segundo mais antigo, com mais de 70 anos. Diariamente circulam mais de 400 mil exemplares e consegue manter uma imparcialidade, atualmente difícil para os jornais italianos. Equilibra-se entre os democrata-cristãos e os comunistas. Assim mesmo, recentemente desafiou os primeiros ao defender o divórcio e a lei do aborto.

Em 1974, as Brigadas mataram pela primeira vez. O grupo invadiu um clube neofascista em Pádua e atirou em dois homens. Mais tarde, nesse mesmo ano, iniciou uma série de atentados que o próprio grupo chamou de "Operação Girassol". O atentado que deu mais manchetes às Brigadas Vermelhas foi o do juiz Mario Sossi, implacável ao julgar os membros do movimento. "Você estava nos procurando, agora nos encontrou", disseram os terroristas das brigadas ao magistrado antes de levá-lo a um tribunal do povo. Para a Imprensa anunciaram que ele não seria o único a ser julgado.

Durante o cativeiro, Sossi — segundo a polícia — foi drogado. Escreveu longas cartas acusando as autoridades policiais de estarem envolvidas no comércio ilegal de armas. A acusação foi refutada e o Governo pediu aos jornais para não publicarem a carta. As Brigadas voltaram a acusar o Governo. Desta vez de tentar impor a censura à Imprensa. Julgaram e condenaram Mario Sossi à morte. Só que antes disso ele foi libertado em troca de oito terroristas.

Ainda no final do ano os policiais obtiveram grandes avanços ao ter como informante Silvano Girotti, integrante das Brigadas. Ele tinha sido frei franciscano, viajou para a América do Sul, onde tornou-se revolucionário participando de guerrilhas na Bolívia e no Chile. Voltou à Itália com mulher e filho e engajou-se à luta das Brigadas Vermelhas. Com suas informações, a polícia conseguiu pegar Renato Curcio, levado para a vigiadíssima prisão de Casale Monferrato.

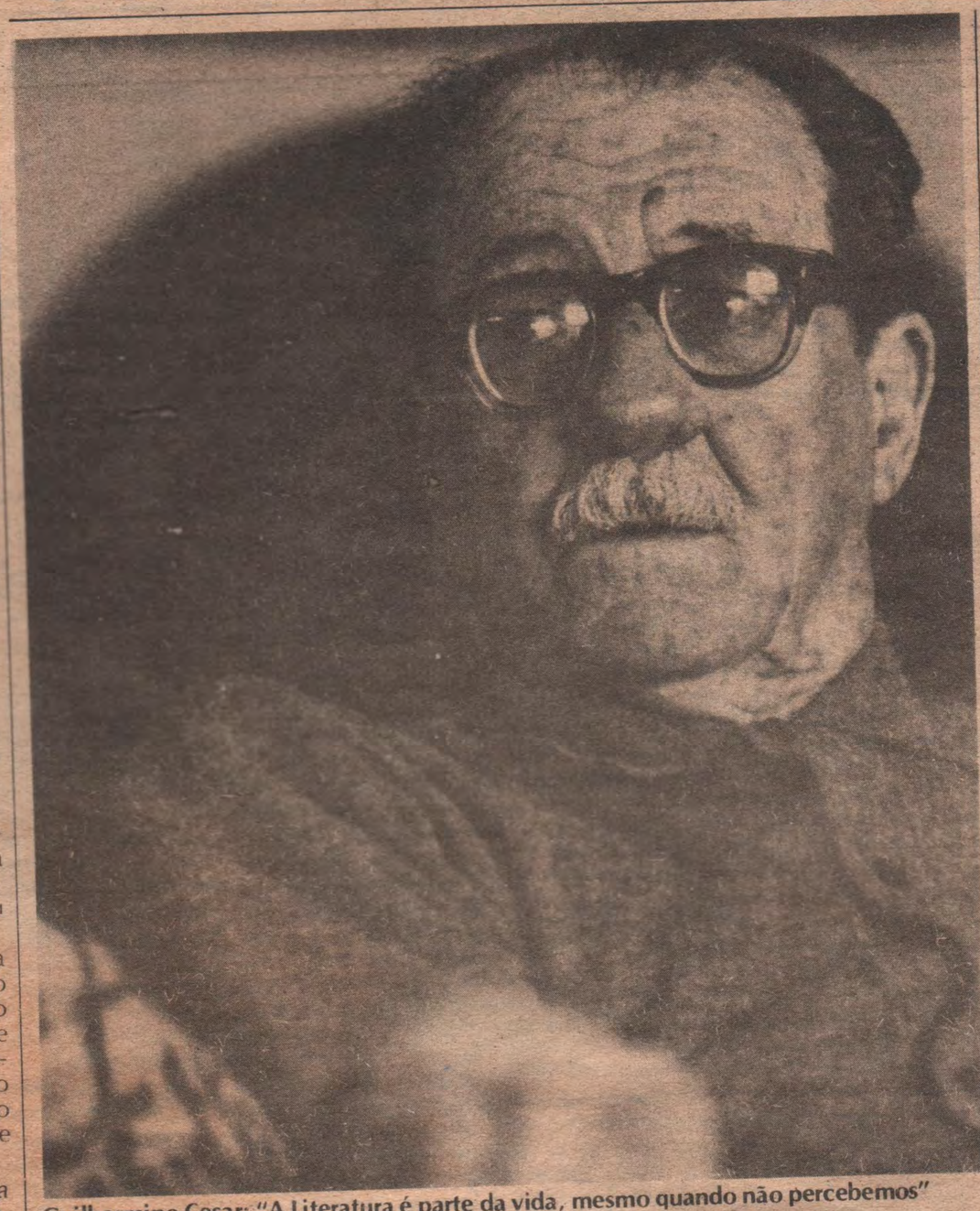
Poucos meses depois, fugiu ao receber a visita de uma bela loira armada de metralhadora. Era dia de visitas e ela ameaçou todos os prisioneiros familiares. A bela loira era a nova mulher de Curcio, conhecida no grupo como a Camarada Mara. Semanas mais tarde, quando a polícia procurava um industrial do vinho, seqüestrado pelas Brigadas, em Milão, acabou se defrontando com alguns membros, entre eles a jovem loira. Houve um tiroteio e morreram dois policiais e a Camarada Mara. Em junho de 75, morreu Margherita co-fundadora do movimento. Em janeiro de 1976, Renato Curcio voltou a ser preso, também num apartamento em Milão. Seus companheiros tentaram trocá-lo inutilmente por reféns. Iniciaram a guerra aos jornalistas, atirando em suas pernas para assustá-los. E conseguiram os primeiros resultados calando diversos repórteres.

Indro Montanelli, editor do jornal conservador *Il Giornale Nuovo*, foi atingido quatro vezes nas pernas quando dirigia-se ao trabalho. Ele carragava uma pistola, mas jamais disparou, pois sabia que se tentasse usá-la seria um homem morto. Por milagre, nenhum tiro atingiu seus ossos. Continua a escrever artigos contra os terroristas, leva sempre sua pistola e, eventualmente, apóia-se numa bengala. Seis outros jornalistas sofreram atentados idênticos ao de Montanelli: Alguns escreviam para jornais conservadores, outros para veículos comunistas e outros para jornais de centro. Todos voltaram a trabalhar, muitos, porém, deixaram de atacar as Brigadas.

Também Emílio Rossi, editor de notícias da cadeia de televisão estatal RAI, foi ferido uma dúzia de vezes nas pernas, [illegible] desta vez as balas atingiram seus ossos. [illegible] agora, 11 meses depois do ataque [illegible] continua sem poder andar, está [illegible] psicologicamente e não voltou a trabalhar. [illegible] E a mais recente vítima do terrorismo foi [illegible] tra a Imprensa americana de Roma, Judy [illegible] quando teve a Patricia Bernia passeata Brasil, e no uma cobertura [illegible] sidade de P[illegible] no campus [illegible]

CULTURA É PROTESTO

Depoimento de Guilhermino Cesar, professor, poeta, ensaísta, historiador, 70 anos de Literatura



Guilhermino Cesar: "A Literatura é parte da vida, mesmo quando não percebemos"

Em maio último, o professor Guilhermino Cesar completou 70 anos. Metade de sua vida ele viveu em Minas, onde fez sua iniciação literária junto com Carlos Drummond de Andrade, Ciro dos Anjos e outros notáveis do *Grupo Cataguases*.

"Se você vai para o Sul, escreva sobre o Sul e para os do Sul", disse-lhe Mário de Andrade, quando Guilhermeino decidiu vir para o Rio Grande do Sul em 1943. E ele não tem feito outra coisa, nos últimos trinta e cinco anos.

Ajudou a Fundar a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade do Rio Grande do Sul (atual Instituto de Letras), escreveu uma História da Literatura Gaúcha e uma História do Rio Grande do Sul, e, entre as aulas e centenas de artigos em jornais, encontrou tempo para a sua poesia (*Sistema do Imperfeito & Outros Poemas*, publicado em 1977.é o seu livro mais recente).

Aposentado da Universidade, agora apenas os alunos de pós-graduação terão contato com seu erudito e apaixonado conhecimento da literatura, embora ele ainda possa ser lido em seus artigos semanais no Caderno de Sábado do Correio do Povo. Cultura e literatura brasileiras são os temas de Guilhermino Cesar neste depoimento ao Coojornal:

Que é Cultura? Acho muito boa a definição de um crítico da área espanhola, para quem ela é "uma entidade viva, consubstancializada com a linguagem". Por outro lado, em sentido bem mais genérico, é uma atividade que ajuda o homem a suportar as "agressões". Quer do mundo físico, quer do mundo social. Em verdade, a palavra cultura, para o antropólogo, já tem outro sentido. E assim, ela muda quando se trata do psicólogo, do político, do escritor. Acho que, neste complexo, a Literatura ocupa um lugar proeminente, muitasvezes sem que os elementos formadores da sociedade o percebam. Nós estamos na Literatura como o peixe dentro d'água. Não sabemos por que e como, mas o fato é que, sintamos ou não a Literatura, sua presença é dominante. Ela está presente, de forma, entre os primitivos. A Literatura Oral não é pior nem melhor que a escrita, existente numa sociedade moderna. Em qualquer de seus Veículos, a Literatura é fator principal de cultura. Representa um espaço pela superação do imediato. Porque é justamente pela superação, pelo mito, pela criação da fábula, do romance, da poesia, que ela se instala. E a própria translinguagem.

Agora: ela não foi feita para exercer nenhuma função moral ou norteadora. Há algumas semanas, fui dar um curso em Santa Maria, e os alunos me disseram que a Censura havia "excomungado" um conto do Sérgio Faraco. A revista em que foi publicado, inclusive, foi apreendida. Um repórter me perguntou o que eu achava.

Acho que todo o processo cultural é um risco, pois é uma forma de protesto. Se fossemos perfeitos, organizados, angélicos, se não houvesse fome, greves, guerras, não haveria necessidade de protesto. Acho que todo processo cultural é uma tentativa de superação do que nos incomoda. A Literatura tem o mérito de transformar esse processo em artefatos inofensivos. Um romance, por exemplo, com personagens criadas pela imaginação, que ameaça representa? Que risco corre a sociedade [illegible] de um conto? Também lá em Santa [illegible]me perguntaram qual a relação da [illegible]om a moral, a religião, a po[illegible]ho que nenhuma, diretamen[illegible]bém que é inútil e estranho [illegible] um escritor por meio da Re[illegible]ca ou religiosa. O es[illegible]roduz poesia, que [illegible]tence por inteiro [illegible]o mito; ele bus-

Av. Getú

ca uma transcedência da ação, o seu tempo é o tempo quase absoluto. Seu material de trabalho não é, portanto, o mesmo material dos interessados em mudar ou conservar uma obra política ou social. Pode, acidentalm,ente, servir para isto. mas o fim do escritor é o de criar. Benedetto Croce diz que muitas vezes a Literatura não importa em nada. E muitas vezes importa em tudo. O objetivo de um Dostoiewski, por exemplo, ao escrever seus livros, não foi o de forçar a modificação da sociedade russa. Foi um grito de rebeldia do próprio homem, diante daquelas opressões todas que ele sentia na época. Entretanto, a obra de Dostoiewski vai ser mais um elemento para modificar, depois, a sociedade do seu tempo.

Quero dizer o seguinte: o escritor, quando fala, está sempre construindo a sua verdade. Uma verdade acima dos erros e das circunstâncias que o cercam, e até das exigênciasdo meio social. Por isso é que há sempre uma defasagem entre o escritor e a censura. Um censor, um policial, não pode censurar a obra de arte, não pode entender o escritor, não tem condições. É por isso que a censura costuma ser intrinsicamente má. Outras vezes ela é um instrumento para regular a vida social, num momentro de crise. Então ela assume função proibitiva e restritiva. mas a obra de arte vinga-se desta censura. Ela subsiste com a e apesar da censura. Com o correr do tempo, ela se justifica. Porque realmente a obra de arte se liga muito pouco ao tempo, bem menos do que nós pensamos. Ela é um instrumento dos tempos. Ela atua diretamente num tempo determinado, mas atua também em todos os tempos.

É como diz Sartre: se nós fôssemos escrever hoje um livro para narrar o sofrimento de um negro dos EUA, que trabalhava nos algodoais do Sul esse livro não teria sentido. Hoje nós devemos escrever um livro sobre a vida de um negro nos EUA do ponto de vista, não da servidão que ele viveu, não da escravidão, mas do ponto de vista do preconceito de cor. Ele já não é vítima do capitalismo propriamente dito, ele é vítima do preconceito de cor. Por exemplo, A Cabana do Pai Tomás foi um livro que em sua época produziu resultados. Hoje, como perdeu a eficácia.

Vamos tomar um exemplo no Brasil. Uma Literatura de combate, como a poesia de Castro Alves. Hoje é muito menos importante que a sua poesia lírica. Por quê? Porque o problema do negro hoje não é libertar-se do senhor. É libertar-se da fome, da miséria. Eu acho que um livro do Jorge Amado, como Capitães de Areia, é muito mais violento e universal que o Navio Negreiro. Capitães de Areia narra o quê? Narra a miséria dos meninos, num bairro de Salvador, e narrar a miséria dos meninos é atingir o eterno. Será eterno como documento de opressão econômica. Já a obra de Castro Alves, dirigida contra a escravatura, é uma coisa que morreu, porque não há mais escravos no Brasil. Quer dizer, a obra perdeu o seu conteúdo. Sobrou a abnegação do poeta, mas a arte interessada em combater, essa já se apagou. E será analisada apenas do ponto de vista antropológico ou cultural e histórico.

Os Luzíadas perderam metade de sua importância. A lírica de Camoões, por exemplo, é muito mais permanente, tem muito mais valor de perenidade, porque trata do coração humano, das reações naturais do homem. Eu acho muito boa esta opinião do Sartre: "O conteúdo da obra se esvazia quando o objetivo da obra, seu ideal, já foi atingido". Veja, por exemplo, a poesia de um François Villon. Você pode ler aquilo até a consumação dos séculos. Já a Literatura engajada é humilde, está fazendo uma obra de humildade, está dirigida ao leitor, ao receptor, num sentido utilitário. E como o sermão de um padre, como um conselho. É Literatura utilitária. Planfetária, moralizante, o que seja de propagandístico...

Mas existem obras que permaneceram, apesar de terem sido cr[illegible]s com objetivos específicos. Grande pa[illegible] da obra de Lamartine permaneceu. A de Vitor Hugo, também. A poesia de Castro Alves, de que falava há pouco: ainda é uma poesia que se pode ler porque tem arrrojo, calor humano, e uma estrutura frasal que resiste mais ou menos ao desgaste do tempo. Agora, vejam o Luís Gama: quem se lembra ou fala da Bodorrada? Mas, na época, os versos dele eram declamados na rua; todo mundo sabia-os de cor. Ele fazia própaganda abolicionista. Era negro e portanto falava em causa própria. Foi vendido pelo próprio pai, um português. Este indivíduo fez o filho numa escrava e depois vendeu-a e à criança. Não há poeta mais sincero do que Luís Gama, no Brasil, porque era um negro falando daquilo que ele sofria. Na época arrepiava o cabelo de quem o lia. E hoje ninguém fala dele. Por quê? Porque o valor literário dele é muito pequeno.

O valor literário, então, é o que permanece, porque perene. Hoje nós vivemos num tempo de massificação. A técnica massificou tudo. Ligamos a televisão e lá está tudo feitinho, de acordo com o que se fez na América do Norte. O predomínio da técnica nos impõe o consumo e isto tem uma participação altamente negativa na construção de uma sensibilidade nacional. Condicionados aos esqueminhas de televisão, temos no Brasil um público dopado. Um exemplo claro disso é que Chico Anísio vende 100 mil exemplares, enquanto a boa Literatura fica reduzida a tiragens mínimas, da qual só parte é realmente vendida. Tem sentido que um humorista de televisão venda mais que um Cyro Martins, que escreve maravilhosamente bem? Mas assim é o mercado. E os técnicos nos impõem, com sua linguagem empolada, a submissão a um "gosto" que, na verdade, é ele mesmo criado pela televisão, pelos mas media (diz-se "média" mesmo, porque "mídia" é um anglicismo. Média é latim). O técnico é hoje um ditador. E nos diz: "Devemos fazer isto, devemos fazer aquilo, porque é isto ou aquilo que o povo quer". E então "decreta" o seu ponto de vista. Mas o povo quer isto ou aquilo realmente? Ou está condicionado em seu desejo aos objetos e Literaturas que os técnicos desejam vender?

Mas é claro que boa parte disso também se deve à inexistência de uma crítica combatente, corajosa. Onde há crítica hoje? No suplemento O Livro do JB? Ora, lá só se pode escrever num espaço pré-determinado, uma ou duas laudas. Isto não tem sentido. O indivíduo escreve no mesmo tamanho a matéria sobre um livro, que tenha muito a dizer, porque o livro é excelente, quer não tenha nada e dizer. Você gosta de um livro, gostaria de escrever tudo de bom que ele tem, mas não pode. Há uma regra, carceadora. E tem mais: lá só se pode falar uma vez num livro. isto é uma insensatez. Um grande romance ou um grande livro de poemas, que deveria ocasionar o surgimento de vários artigos, vários enfoques, só pode ser referido uma vez, da mesma forma que um best-seller de ínfima categoria. E o mesmo se aplica a um livro ruim, danoso. Crítica, só uma vez. Então não temos, na crítica, aquela presença norteadora, hierarquizadora, que ajude o leitor a se organizar em face dos romancistas e poetas de seu tempo. Não é de estranhar que um José Mauro de Vasconcelos, um Chico Anísio, vendam o que vendem.

E culpam a Universidade. Ela se tornou a grande responsável pela má qualidade de produção ou críçtica literárias. Mas não é nela que se deve buscar os responsáveis, é no curso secundário, onde os alunos são afastados, pela própria estrutura do ensino, do gosto pela Literatura. Para o indivíduo que chega à Universidade, como é comum, sem ter aberto sequer um livro de contos, ou de poemas, não existe professor "genial" que o salve e o reencaminhe para a leitura. Será mais um dopado pela televisão, incapaz de distinguir entre um José Prequeté e um Graciliano. E vai espalhar esta insensibilidade, no caso de se formar (e a maioria se forma) entre as pobres vítimas do secundário.

Olhem bem: não existe grande País sem um grande curso secundário, e nesta etapa que se consolida o tipo de universitário que vale a pena diplomar. E daí o tipo de crítico, técnico, romancista, dirigente. Vejam a Inglaterra, vejam a França. Grandes cursos secundários. Mas há outra coisa, sobre a questão da "qualidade universitária". Alguém sabe o nome de uma grande universidade sueca? Ou norueguesa? Não. Mas são países que funcionam, países educados, países com um grande curso secundário. É claro que a nossa universidade não é boa, burocratizou-se não traz mais grandes professores de fora, e tampouco manda os nossos para receberem treinamento adequado, informações de qualidade. Mas não é a Univer-

(segue)

BIBLIOTECA DCE UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

(CULTURA É PROTESTO/cont.)

sidade a única responsável pela crise cultural brasileira.

Os nossos escritores de hoje, por exemplo, têm uma grande dose de responsabilidade. O escritor brasileiro de hoje é um alienado. Todos estão inseridos no mass media, escrevendo segundo uma receita, cujo valor é medido pelo maior ou menor consumo. O livro de sexo está na moda? Lá vão eles escrevinhar sobre sexo. Há escritor no Brasil que se dá o desplante de escrever um livro de três em três meses para atender o mercado. Eu pergunto se alguém pode acreditar num escritor destes. Meu Deus do céu! Isto não é possível! Literatura não é mercadoria que se produza em massa. Isso não pode ser. Isto tudo prejudica a qualidade, é óbvio. Basta dizer que Machado de Assis não chegou a publicar um décimo daquilo que escreveu. Os pósteros é que foram trabalhar em cima do que ele havia repudiado e editaram isso, para que tivéssemos um pouco mais, em novelas, contos, ou crônicas, deste que é o maior escritor brasileiro.

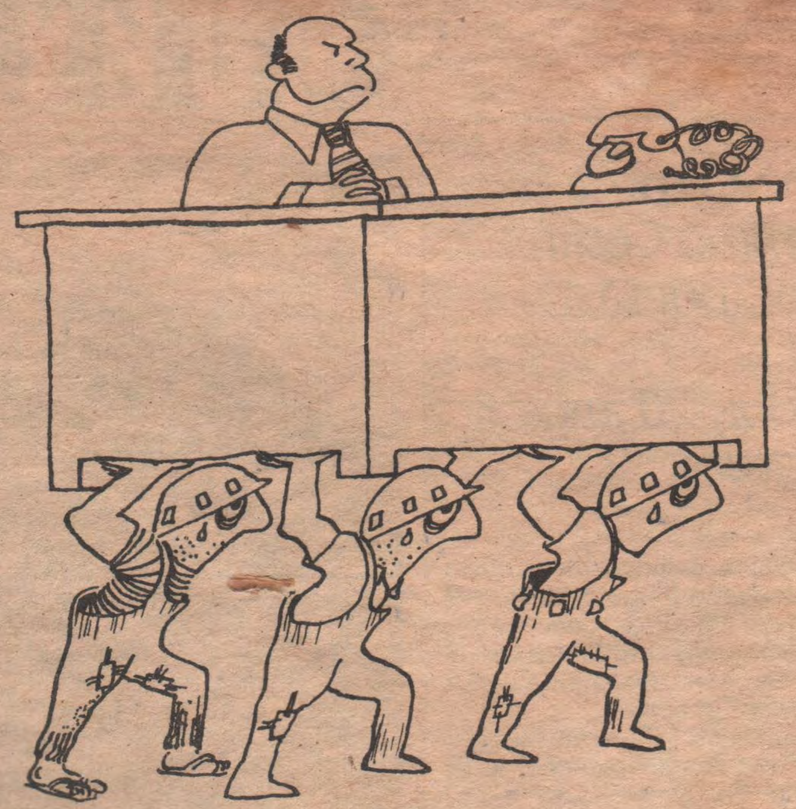
Não vejo grandes revelações no Brasil de hoje. Há, porém, um autor que julgo possuir enormes qualidades. É Luís Fernando Veríssimo. Escreve admiravelmente bem. Com talento, com rigor, com simplicidade. Tem uma força de expressão rara, realmente de primeira qualidade. E estilisticamente muito agradável. Parece que nós regredimos. Lamento dizer isto, mas a nossa Literatura e nossa poesia perderam forças. Principalmente se comparadas com o que já foi feito, no início do século e mesmo em períodos anteriores. Você vê a geração romântica, por exemplo. Ela procurou com fervor absoluto e calor extraordinário descobrir se havia no Brasil o romance, a economia, o ensaio político. Foi uma geração muito bem dotada espiritualmente. E conseguiu dar ao Império que nascia uma estrutura literária bem razoável, para a impostura geral.

Em termos de escritores: Machado de Assis é o escritor que sintetiza para nós o século XIX. Passa pelo romantismo pelo realismo e vem até o impressionismo. Isto falando de um escritor que não se voltou exclusivamente a retratar pecualiaridades brasileiras. Neste sentido temos Alencar. O "bruxo" cearense morreu em 1877, escreveu apenas durante 20 anos, e nesse período fez uma espécie de "romancesca do Brasil". Interpretou todas as nossas preocupações de nacionalismo, de liberalismo e de Literatura sentimental na primeira metade do século XIX. Pode-se dizer que resumiu aquilo tudo. Vem depois o Machado e preenche a segunda metade do século XIX. Eu acho que os três escritores mais importantes do Brasil são José de Alencar, Bernardo Guimarães e Machado de Assis. São os que realizam aquilo que Otto Maria Carpeaux chamou, muito agudamente, de "romantismo liberal e nacional". Em segundo lugar, atingiram o sentimento nacional. Tiveram popularidade, conquistaram multidões, foram editados por todo o mundo, foram lidos, amados e imitados. A verdade é a seguinte: em todo este interior do Brasil, ainda se escreve e se usa na vida diária a linguagem de Alencar, a linguagem de Machado. Leia um jornal de Caitipó ou Cruz Alta, por exemplo. Foram, realmente, escritores poderosos e influentes. De certa forma, encarnaram a época, o século para o Brasil. Como Dickens o fez para a Inglaterra, Balzac e Sthendal, para a França Hoje não temos cinco escritores com este poder, este prestígio. Tivemos grandes escritores depois; Graciliano, Guimarães Rosa, Erico, e ainda temos o Carlos Drummond de Andrade. Mas os nossos escritores novos parecem não saber que a única coisa importante é a própria Literatura. E fazê-la bem. O sucesso imediato, ligado à qualidade, sempre foi difícil. E o é muito mais agora, com a massificação de alguns símbolos, com a padronização da linguagem. O grande texto dificilmente será absorvido com facilidade. No século passado, e mesmo no início deste século, também tivemos escritores de sucesso popular, mas sem qualidade. Quem se lembra de Figueiredo Pimentel, de Benjamin Constant, de Gastão Pereira, de Vitrúvio Marcondes?

Quem se lembra deles agora? Mas um Lima Barreto ficou. A grande Literatura fica. A vida de Lima Barreto não foi feliz, e nem ao menos lhe permitiu um mínimo de conforto material. Nesse sentido, ele foi um fracasso. Mas a sua obra está aí: inteira, lúcida, decisiva para nos ajudar a entender este País. De M. J. Gonzaga e Sá. De Policarpo Quaeresma. E de Clara dos Anjos.

REVOLUÇÕES SOB SUSPEITA

MITOS REVOLUCIONÁRIOS DO TERCEIRO MUNDO — **de Gérard Chaliand, com prefácio de Noam Chomsky; Tradução de Antônio Monteiro Guimarães Filho; 226 páginas; Francisco Alves; Cr$ 120,00.**



Gerard Chaliand analisa os principais acontecimentos políticos do Terceiro Mundo, esquadrinhando África, Ásia, Oriente Médio e América Latina, através de seus países-chave.

O autor, conforme o prefácio de Noam Chomsky, examina os movimentos políticos destas regiões com o objetivo de responder a três perguntas: Qual a natureza destes movimentos? Por que tantos fracassaram e tão poucos tiveram sucesso? Quais são os seus objetivos, suas bases de classe, seus traços culturais históricos?

Ele faz um esboço rápido dos problemas econômicos e detém sua preferência na questão política, que é desdobrada em três aspectos: natureza política da luta armada, natureza e características das revoluções nacionais que se afirmam como *socialistas*, natureza e características das revoluções nacionais e sociais que igualmente se definem como socialistas. Explica por que preferiu dar mais ênfase ao político — embora o econômico esteja presente em todos os momentos: as instituições do terceiro mundo tornaram-se obstáculos a um processo real de desenvolvimento e, no quadro apresentado por elas, torna-se inútil uma reflexão técnica, simplesmente. Esta dominância de instituições (por vezes tão incipientes) se deve à aliança entre a camada dirigente dos países do terceiro mundo com os interesses dos países industrializados.

A introdução trata da situação econômica, do surgimento do "terceiro mundismo", como ideologia dominante, e a forma como se consolidaram as relações de classe nessas regiões. A Primeira Parte examina a luta armada, nos três continentes, comparando a teoria guevarista do foquismo com as tentativas de executá-la. Há um apêndice sobre as teorias e a prática da contra-insurreição desenvolvidas nos EUA. Na Segunda Parte, ele examina as revoluções nacionais antiimperialistas, as revoluções sociais e os modelos "marxistas-leninistas" na URSS, China e Iugoslávia. Na Conclusão, Chaliand tenta projetar alguns problemas sobre a crise atual do Terceiro Mundo, a diplomacia dos EUA, as perspectivas da luta armada, concluindo com o que ele mesmo chama de "perspectivas e balanço de uma época". Há uma bibliografia comentada sobre cada um dos assuntos e países examinados, no fim da obra.

A "ineficiência" dos movimentos revolucionários é o ponto central do livro. Ao examinar os movimentos de independência do neocolonialismo ou as revoluções nacionais e sociais, Chaliand distingue alguns aspectos importantes. Há o *espontaneísmo* de Fannon ou o *foquismo* de Guevara. Ambos partem do princípio de que, no terceiro mundo, a miséria e as contradições políticas e ideológicas tornaram viável um movimento revolucionário.

E que rebeliões surgiriam mesmo sem um partido de massas revolucionário. Fannon chega a afirmar que as condições estão maduras. Guevara prefere extrapolar sua experiência, em Cuba, e observa que o "foco" guerrilheiro — mesmo quando as contradições sociais não atingiram um ponto de ruptura — conduzirá a isso. A guerrilha deveria ser implantada mesmo em condições adversas. O tempo e a ação acabariam criando as condições. Ao fundo destes dois enfoques, está o "marxismo-leninismo" segundo a ótica stalinista. Dele foi retirada a idéia de que o capitalismo se defrontaria após a descolonização, com sua "crise geral". E que caberia a uma vanguarda aguçar esta situação.

Ao examinar os regimes da África, Ásia, Oriente Médio e América Latina, surgidos do período que vai da Revolução Chinesa até a retirada dos EUA do Vietnam do Sul, Chaliand mostra que em todos — exceto o Vietnam, a Coréia do Norte e a China — a revolução nacional não foi seguida de uma revolução social. Uma elite de pequenos funcionários, quadros médios do Exército, intelectuais formados na Europa ocupou o Poder e deu forma a vários tipos de estados nacionais, seja o bonapartismo árabe ou o civilismo da Guiné. O traço comum entre eles é a criação da pequena propriedade, no campo, o fortalecimento de uma nova burguesia administrativa, controlando o Poder. Não há acesso direto (e muitas vezes nem indireto) dos trabalhadores, seja na participação do Poder, seja na simples utilização de sindicatos como arma de luta econômica. Em alguns países africanos, os grandes proprietários de terra que controlavam o Poder, associados aos representantes de bancos e empresas estrangeiras) foram substituídos por comerciantes ou, em alguns casos, eles mesmos transformaram suas terras em capital, realizando investimentos ao nível urbano e passando a participar do esquema geral de dominação. Nos países onde não havia uma burguesia rural, os burocratas controlavam tudo, junto com a cúpula militar. Nos países onde havia uma incipiente burguesia comercial e agrária, foram forjadas novas coalizões, em alguns casos de caráter nacionalista, cuja característica principal era manter a grande massa populacional fora das decisões e, principalmente, ativar o capitalismo de estado. Não raro tudo se resumia em aumentar a dependência do exterior, evitando, de qualquer forma, alterar as relações sociais pré-existentes.

China, Vietnam e Coréia, pela sua tradição, escaparam disso. A maior densidade demográfica, a tradição de vida em aldeia e comunidades rurais, o fato do confucionismo ser uma concepção de mundo oposta ao islamismo, cristianismo ou animismos, torno[illegible] similável a concepção material [illegible] vida social, política e econômica, [illegible] nas versões soviét[illegible] marxismo-leninismo. Esta con[illegible]apidamente aculturada, substituiu o confucionismo sem traumatizar a matriz da vida comunal. O partido revolucionário, até por questões militares, se estabeleceu junto às populações, formando quadros e dirigentes. A existência da pressão norte-americana ajudou em muito a solidificação da idéia revolucionária, filtrada por uma concepção de "luta nacional". Chaliand frisa: "Todos os países, que tiveram sucesso em realizar mutações sociais, não puderam deixar de lado o enfoque 'nacionalista' da luta. E todos aqueles que usaram a ideologia nacionalista, mas alteraram pouco as velhas estruturas, acabaram derrotados ou assimilados, no mínimo associados, ao esquema anterior".

Chaliand na conclusão tenta colocar em questão a "utopia marxista", isto é, aquilo que André Glucksmann chama de "os projetos do século XIX". Apesar de elogiar o projeto da utopia, acha conveniente abrir discussões em torno das periodizações "profetizadas" por Marx (principalmente na *Crítica ao Programa de Gotha*). E examina, rapidamente, China, URSS e Iugoslávia, como modelos reais retirados do projeto marxista inicial, e não vê, em nenhum deles, a concretização destas "etapas para o comunismo". Enfatiza a presença dominante de estratos da pequena burguesia, em todos os movimentos revolucionários do Terceiro Mundo, e se questiona bastante sobre a viabilidade de um projeto revolucionário baseado neste modelo de vanguarda. Enfim, o mito dominante do século XX, o da "revolução", mesmo com um exame teórico demasiado sintético, balança. E seus principais mentores desta segunda metade de século, Fanon e Guevara, principalmente, têm suas análises e projetos reduzidos à quase nada.

Na América Latina, Chaliand enfatiza o desconhecimento, pela "vanguarda", da situação real de vida entre camponeses e trabalhadores. Mais do que uma análise e compreensão, houve uma aplicação mecânica editorial do que propriamente resultado prático.

Um livro, no mínimo, estimulante. Sua principal deficiência é que boa parte dos dados, recolhidos diretamente pelo autor, não têm registro de fonte. E ele ao menos poderia ter utilizado o dólar como padrão monetário, para permitir uma hierarquização melhor da verdadeira situação financeira, em termos internacionais, de alguns países. Mas isto, é claro, não foi seu objetivo. E o livro, até posterior e bem documentada refutação, consegue o tom desmistificador que pretendia. O que, convenhamos, é o material mais necessário nos dias que correm. Algumas construções de frase parecem indicar que ele não escapou da costumeira mordida dos tradutores.

O trabalho de Gerard Chaliand está bem planejado. Ele procurou sempre dar mais ênfase aos países e movimentos que conheceu de perto e com os quais conviveu, ao todo, sete anos. Mas não ficou apenas na experiência do contato direto. Seu currículo universitário (*visiting professor* na UCLA e em Harvard; conferencista em todas grandes universidades norte-americanas) o define como "especialista em problemas sócio-políticos do subdesenvolvimento, das experiências revolucionárias e das lutas de libertação nacional". Publicou artigos em *Le Monde Diplomatique, Esprit* e alguns livros que o autor da orelha não achou necessário especificar.

O livro está mais ligado ao "Alto Jornalismo" de um Anthony Sampsom que a um exame acadêmico. Embora a bibliografia indique uma preocupação teórica — o que transparece na crítica ao "terceiro-mundismo", — seu esquema de exposição dá uma impressão de que o autor não conseguiu esquadrinhar todos os aspectos de sua convicção, embora o seu modelo pareça bastante organizado. Talvez em razão de não ter elaborado totalmente o material teórico ou a experiência igualmanete não conseguiu re[illegible] exposição mais organizada, [illegible]o preferindo resumir sua in[illegible]idatos ao "mito revolucionário[illegible]ição: é páginas finais, embora[illegible]al usando faça várias referê[illegible]er um pouco de ineficiências [illegible]de dignidade. cionárias.

Alegre, RS

METRALHADORA GROTESCA

O livro com as memórias de Carlos Lacerda, publicado pela Nova Fronteira, tem merecido elogios na Imprensa. Werner Becker, jornalista e advogado gaúcho, que foi amigo e trabalhou com Lacerda, leu o livro e escreveu o seguinte comentário:

O mais grave de tudo é que a Editora Nova Fronteira é da família de Lacerda. Quem conheceu Lacerda um pouco mais de perto sabe que muitas das suas preocupações foram causadas por traquinadas filiais. Quem diz isto sabe o que está dizendo. *Remember* o episódio da mala que Jânio Quadros pôs na porta do Palácio Alvorada. Lacerda no próprio livro pretende desmentir. Compreende-se. Pai é para estas coisas. Jânio conta que Lacerda foi apreensivo a Brasília pedir um financiamento para o jornal de que seu filho Sérgio era diretor (Tribuna da Imprensa). Não queria que já aos 21 anos o filho fosse à falência. Jânio disse que não e colocou a mala de Lacerda na porta do Alvorada. Depois desta, muitas outras traquinadas se sucederam. Mas esta da edição de *Depoimento* não era preciso.

Lacerda — e isto não era segredo para ninguém e nem disto ele tinha culpa — nos últimos tempos de sua vida, talvez amargurado por problemas subjetivos ou objetivos, doente, quem sabe intuindo a morte, tinha-se tornado cada vez mais destemperado e obsessivo. Não era segredo para ninguém, muito menos para sua família. E, então, esqueceram muita coisa séria, bem-escrita, refletida, e editaram um calhamaço desordenado, insultuoso a todos e principalmente a sua memória. Depois botaram à venda e faturaram em cima. Posso afirmar que *Depoimento* foi impresso contra a sua memória lúcida. Já tinha me dito uma vez que nunca publicaria as suas memórias, porque a sua vida agitada tinha-lhe levado a muitas injustiças e errados afetos. O que está no "livro" é o resultado de uma gravação feita de improviso, um roteiro pessoal de lembranças e nunca um texto para edição.

O calhamaço é deprimente. Nele, a célebre "metralhadora giratória" usada tanto para causas boas como ruins, mas sempre portada com elegância, aparece grotesca, sem alvo certo, com sabor de maus humores e maledicências. Atira contra todos. Começa pelo próprio pai, a quem nunca poupa uma reticência maldosa. Getúlio Vargas é retirado da galeria dos grandes estadistas e posto a morrer de pijama com a dentadura no copo. Juscelino chega a aparecer como apadrinhado de Gregório. Jango, a quem Lacerda foi abraçar no Uruguai, num gesto que pareceu de grandeza, volta a ser retratado com a adjetivação de 1964. A sua própria UDN é um reduto elitista destituído, à sua própria exceção, de qualquer sensibilidade popular. O PTB é uma malta de vigaristas uns, comunistas outros, analfabetos todos. O estilo é de uma pobreza que pode lembrar a muita gente, menos Lacerda. A superficialidade com que analisa os fatos cruciais faz lembrar conversa de barbeiro sobre futebol. Insultos grosseiros quase de página em página. E o pior são as insinuações constantes, que vão desde ladrão até homossexual. Das reticências maldosas não escapam nem amigos íntimos a quem tanto deveu, como Aduato Lúcio Cardoso, nem pessoas que na véspera da gravação, como ele mesmo confessa, tinham estado em visita. Afonso Arinos é um exemplo. O único que poupa é seu filho Sérgio, que pretende fazer passar por herói aos 15 nos, no episódio de Toneleros.

Se os sociólogos gostam de afirmar que Lacerda foi o mais representativo ideólogo da classe média, Machado de Assis ao ler o seu *Depoimento* diria que foi apenas uma comadre maledicente numa tarde de café com bolinhos. Os que admiram Lacerda não devem ler o "livro" em homemagem ao seu talento e ao vulto de sua presença com que passou a história independente de seus méritos ou deméritos. Àqueles que o odiaram a Nova Fronteira proporcionou um bom pasto.

(**DEPOIMENTO — impresso de uma gravação de Carlos Lacerda. Editora Nova Fronteira. 470 páginas — Cr$ 270,00**)

MIRAGENS DO DOUTOR SCLIAR

Doutor Miragem, o mais novo livro de Moacyr Scliar, ainda não é o romance que este conhecido escritor gaúcho nos está devendo desde que demonstrou talento e criatividade no conto e partiu para um gênero, senão mais difícil, ao menos mais complexo e exigente que a história curta. Em *Doutor Miragem,* como em outros romances recentes do autor, estão reunidos todos os elementos necessários para uma boa e bem-acabada obra de ficção, há criatividade no estilo e no enredo e concretas propostas de analisar certas situações da sociedade através da ficção, mas depois da leitura fica uma estranha sensação de inacabado, de tema e talento desperdiçados na pressa de concluir a obra.

Este, aliás, parece o pecado capital da maioria dos novos escritores nacionais que conseguem alguma evidência: o medo de sair das páginas literárias dos jornais ou desaparecer dos comentários dos círculos intelectuais. Então, começam a produzir adoidados, em massa, na base de um a dois livros por ano, e esta pressa certamente se reflete na qualidade do produto final.

Ao longo de uma carreira de 16 anos e 12 livros publicados, Moacyr Scliar vem desenvolvendo e aprimorando sua maneira de escrever, tornando enxuta e certeira sua linguagem, demonstrando grande inventividade romanesca e aprofundando sua capacidade de análise do fato social, mas ainda não conseguiu que todos estes fatores positivos se somem num todo ideal que é a obra de arte. Em *Doutor Miragem* existe, ao nível da linguagem e da estrutura formal, verdadeiros achados literários que comprovam o talento de Scliar, mas a história em si e a proposta crítica de algumas situações sociais não convencem o leitor. Misturando um seqüestro praticado por uma vítima do êxodo rural com a vida e a carreira de um jovem que se forma em Medicina sem muita convicção, Moacyr Scliar escreveu um *romance em círculos* — as vidas dos personagens cruzam-se em vários momentos — que fala na difícil vida de pobre no interior e na capital, nos falsos ideais da classe média, na violência gerada pelas injustiças sociais, no poder do dinheiro, e ressucita a tese antiga de que a Medicina só beneficia o homem e gratifica o médico se for encarada como sacerdócio.

Danilo Ucha

Doutor Miragem, Moacyr Scliar 180 páginas, Cr$ 90,00 L&PM Editores, 1978.

REGISTRO

CONTRAMÃO — Poemas de sete jovens paulistas, das Edições Pindaíba. Resultado em livro de um amplo movimento formado ao redor do jornal *Poesias Populares.* Três jornais editados, um cartaz de poesia para banheiro (Estamos curiosos, pessoal!), dezenas de recitais, debates e um livro. Um ano de trabalho de 220 poetas. "É verdade", diz a carta que acompanha o livro, "que nos recitais a maioria dos poetas adota uma posição de prudência (cagaço mesmo) ao se dirigir ao público" e que houve dificuldades financeiras e de trabalho em grupo. A "prova disto é o calote sofrido pelo jornal por poetas que venderam os exemplares e não deram satisfação do dinheiro". Uma prova que poesia e contabilidade não se misturam mesmo.

BATISTA LUZARDO — Lançamento do II volume de *O Último Caudilho* no dia 10 de agosto, no Palácio Tiradentes, Rio de Janeiro. O autor é Glauco Carneiro.

MINAS — de Hugo de Lara. Um "manifesto literário" que "pretende divulgar novos autores e a literatura em geral" para mineiros e não-mineiros.

Estudos *AFRO-ASIÁTICOS* — Primeiro número dos *Cadernos Candido Mendes.* África do Sul, cultura afro-brasileira, as raízes do **apartheid.**

CLASSIFICADOS



Compro *Prática da Análise Econômica,* de Joan Robinson. Uma edição de 63 ou 64, da Fundo de Cultura. Escrever para a Coojornal.

Geopolítica do Brasil, do general Golbery do Couto e Silva. Edição da José Olympo, de 66 ou 67. Informações à Coojornal.

[illegible]tes, de Sófocles — [illegible], de preferência a [illegible]lesa. Não há inedição por[illegible]re Alves



Se é de ler, está na Cepal.

Imagine: de Guimarães Rosa à Física Nuclear, tudo quanto é livro a Cepal tem.
Com uma vantagem: a Cepal é uma cooperativa voltada aos interesses dos estudantes e intelectuais. Portanto, vende por menos.
E, através do crediário da Cepal, você pode facilmente começar a organizar a sua biblioteca.
Pode escrever: sem fazer estória, a Cepal é quem mais entende de livros.

Pode escrever.

sópropaganda

Cepal

Cooperativa dos Estudantes de Porto Alegre.
André da Rocha, 216/Pres. Roosevelt, 1344
Assis Brasil, 2642

LUIZ FERNANDO

VERÍSSIMO



Cresce a cada dia o número de conversões e o fato já pode ser classificado como um fenômeno para-religioso de proporcções inéditas. O que estaria ocasionando esta verdadeira avalanche de novas vocações? As conversões seriam milagrosas? Conversamos com uma autoridade no assunto.

— O número inusitado de conversões à democracia se explicaria pelo milagre?

— Bem. Como você sabe, somos bastante cuidadosos nessa questão de atribuir fenômenos paranormais ao milagre. Há uma série de testes, de provas e estudos que precisam ser feitos. Só no caso de ter havido, comprovadamente, a intervenção divina é que o milagre é oficialmente declarado.

— Mas é impressionante o número de pessoas que, de uma hora para a outra, se declaram convertidas à democracia.

— De fato, o fenômeno é pouco comum. Mas não é sem precedente. Lembro que em 1945 aconteceu coisa parecida. Muitas pessoas contrárias à democracia num dia, no dia seguinte se declaravam convertidas. Confessavam o seu erro, faziam profissão de fé e entravam para as hostes da democracia sem maiores problemas. Aliás, a democracia nunca se recusou a acolher essas ovelhas desgarradas. Mesmo que não aceitasse o caráter milagroso da sua adesão.

— Como são feitos os testes para estabelecer se houve ou não houve milagre?

— Posso citar um exemplo. Há pouco soubemos de uma pessoa, notoriamente antidemocrática, que, durante um banquete político, subitamente pediu a palavra, levantou-se e exclamou: "Sou um Democrata!", diante do espanto de todos. Como o povo, na sua inocência, é muito crente, parece que houve até uma romaria de humildes ao local. Queria tocar no convertido, tirar pedaços da sua roupa, etc. Fomos obrigados a intervir e declarar que teríamos de examiná-lo antes de certificar o milagre.

— E então?

— O caso era, realmente, impressionante. Nós mesmos, na presença do convertido, tivemos que nos controlar para não cair de joelhos e agradecer ao céu pela sua transformação. O convertido era o mesmo que declarara, certa vez: "Quem quiser democracia que vá viver na Grécia Antiga!" O mesmo que dizia: "Abertura, só na cabeça de subversivo". O mesmo que protestava até contra eleição de Miss e quis acabar com a semana inglesa no Brasil depois que os trabalhistas tomaram o poder na Inglaterra. E ali estava ele, declarando-se um democrata. Tudo indicava que havia acontecido um milagre.

— E não havia?

— Fizemos o teste audiovisual. Projetamos *slides* coloridos numa tela e medimos as suas reações durante a projeção.

— Que *slides* eram estes?

— Uma urna eleitoral. Estudantes na rua. Coisas assim. Ele começou a suar frio. À certa altura não se conteve e gritou "Chamem a Brigada!" Depois disfarçou e disse que realmente gritara: "Um copo d'água!"

— Que outros tipos de teste existem?

— Há o psicotécnico. Deixamos a pessoa sozinha numa sala com um exemplar da Declaração Universal dos Direitos Humanos e uma caneta Pilot. Se a conversão é verdadeira, a pessoa sublinha os trechos mais importantes.

— E se não é verdadeira?

— Ela risca os trechos mais importantes, nervosamente.

— O que mais?

— Um questionário. Fazemos perguntas do tipo: "Todo o poder emana do.....?" E ainda damos uma ajuda. A resposta começa com "P..."

— Neste caso, o que foi que ele respondeu?

— "Pacote".

— Esse não passou, portanto. Sua conversão não foi aceita.

— Bom, podia ser uma recaída. Às vezes a pessoa se converte mas custa a abandonar os hábitos antigos. Mas definitivamente não houve milagre.

— Há outros casos?

— Tivemos um difícil, não faz muito. Um homem que chamava o Zé Bonifácio de "Esquerdinha" e apontava o Franco como exemplo de um Governo de centro. Tem um filho chamado Torquemada e um cachorro chamado Goebbels e uma vez foi pego torturando um telefone: ligou para saber a hora certa mas não acreditou na gravação. E esse homem acordou no meio da noite — foi o que ele contou — iluminado por um feixe de luz. Viu que todos estes anos esteve errado. Que a democracia não é um complô de comunistas com o Demônio e o Jimmy Carter para roubar a sua propriedade. Converteu-se. Agora que a abertura, já.

— Fantástico. Certamente, um milagre.

— Foi o que nós pensamos. Mas na nossa conversa sobre dogma...

— O que houve?

— Ele disse que queria a democracia irrestrita e imediata no Brasil. Mas com certas salvaguardas.

— Que salvaguardas?

— Nada de eleição direita. Imprensa controlada. O Congresso reunido só para receber visita de artistas estrangeiras... Segundo ele, só assim a democracia funcionaria entre nós.

— Como deve proceder uma pessoa que quer se converter à democracia mas não sabe como?

— Deve fazer um exame de consciência. Quais são os seus motivos? Ele realmente acredita na democracia ou só quer estar na moda, ser eleito ou experimentar alguma coisa nova? A sua convicção é duradoura ou, se houver uma reviravolta, ela será a primeira a dizer que só aderiu à democracia por estratégia mas realmente ainda não está preparada para ela? Se responder satisfatoriamente a todas estas perguntas, sem se contradizer — ou, pelo menos, sem rir — estará pronto para a conversão.

— Mas casos de milagre, até agora...

— Olha: genuíno, genuíno, nen...

...judar
...lução
...estres.
...s: correndo
...um grande
..., recorrendo a
...senhor está com a
...a lua".

...avion, Porto Alegre, RS